

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2007

Área Temática: Biocombustíveis

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato
Junho de 2007.

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL	12
BIODIESEL	12
Mercedes vai anunciar a Lula planos para biodiesel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007	12
ETANOL	13
Crescimento ‘chinês’, exploração ‘chinesa’: duas faces do etanol - André Barrocal – Carta Maior – 01/06/2007	13
Conab prevê safra recorde de cana - Alexandre Inacio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/06/2007	15
Fusão cria o segundo maior grupo do País – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/06/2007	16
Petrobrás faz primeira venda de etanol ao Japão – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/06/2007	16
Preço do álcool cai 38,3% na usina - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/06/2007	16
Com impulso do álcool, emprego industrial cresce 1,09% em SP - Paula Puliti – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007	17
Etanol: problema ou solução - Abram Szajman – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007	18
Desaceleração – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/06/2007	20
Pressão da Cana – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/06/2007	20
Demanda por álcool leva o Brasil a safra recorde de cana – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/06/2007	20
São Paulo antecipa fim da queima da cana – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 05/06/2007	21
De entrada – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities - 05/06/2007	22

Sindicalistas se dizem contra a medida – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 05/06/2007	23
Fim das queimadas – Folha de São Paulo – Opinião – 06/06/2007	23
Soros intensifica atuação no setor de álcool no país – Denise Brito e Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2007	24
Álcool encarecerá petróleo, afirma Opep – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2007	26
Trabalhador de usina consegue aumento real de 3,44% em SP – Claudia Rolli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2007	27
Petrobras quer banda de preço para o álcool – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/06/2007	27
SP pode ter 1ª greve geral de cortadores de cana em 21 anos – Jorge Soufen Jr. – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/06/2007	28
Todo o gás para a agricultura - Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 06/05/2007	29
Etanol, negócio para ricos e famosos - Eliane Oliveira, Patrícia Duarte e Aguinaldo Novo – O Globo – Economia – 07/06/2007	31
Petrobras: R\$ 808 milhões para energia renovável – Ramona Ordoñez - O Globo – Economia - 13/06/2007	33
Movida a biocombustíveis – Flávia Oliveira - O Globo – Negócios e Cia – 13/06/2007 ..	33
Cana faz preço da terra superar nível dos "anos da soja" no país - Cibelle Bouças e Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócio - 01/06/2007	34
Conab prevê safra "alcooleira" recorde – Valor Econômico – Agronegócio - 01/06/2007	35
Para se manter competitivas, usinas pequenas investem em ampliações - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 04/06/2007	36
Petrobras considera ampliar ainda mais negócios com etanol - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 06/06/2007	37
Adcoagro, de Soros, começa a construir primeira usina - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 06/06/2007	38

Aportes no RJ chegarão a R\$ 1 bilhão até 2011 – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 06/06/2007	39
Itochu no álcool – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 08/06/2007	39
Algodyne no Brasil – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 08/06/2007	39
Grupo de empresários investe em usina no PR - Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 08/06/2007	40
Ipea vê 'exagero' no apetite por etanol e recomenda foco no mercado doméstico - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 08/06/2007	41
Álcool no Japão – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 12/06/2007	42
Álcool e cana puxam de novo emprego paulista – Valor Econômico – Brasil - 13/06/2007	42
Greve nos canaviais – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/06/2007	43
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS	43
BIODIESEL	43
Na corrida do biodiesel, Brasil deve antecipar meta da nova mistura - Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 03/06/2007	43
MDA discute com secretários estaduais a produção de sementes no Nordeste – Sítio Eletrônico MDA – 01/06/2007	44
Governo estuda a elevação da mistura do biodiesel em 2008 – Cibelle Bouças- Valor Econômico – Agronegócios - 05/06/2007	46
Projeto para B20 – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 12/06/2007	46
ETANOL	46
Não há almoço grátis, nem barato - Ilan Goldfajn – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/06/2007	46
Não houve aumento da produção de cana no Brasil, diz Stephanes - SONIA RACY – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 05/06/2007	48
Canaviais de SP devem eliminar queimada até 2014 - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/06/2007	49

Os sem-queimada - Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007	50
A queimada dos canaviais – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 06/06/2007..	52
Mistura de álcool à gasolina vai a 25% - Gustavo Porto e Alexandre Inacio - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007	53
Mistura de álcool anidro na gasolina vai a 25% - Alexandre Inacio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/06/2007	54
Desafios para a cúpula do G8 – Luiz Inácio Lula da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 08/05/2007	55
Aumenta mistura de álcool à gasolina - Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 05/06/2007	57
Preço de combustíveis começa a cair nos postos - Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 05/06/2007	57
Produção de etanol faz preço da terra ter valorização histórica no Brasil - Aguinaldo Novo – O Globo – Economia – 07/06/2007	58
Mais álcool na gasolina - Geralda Doca e Mônica Tavares – O Globo – Economia – 14/06/2007	59
Editorial: Biocombustíveis não precisam nos deixar famintos – Financial Times (veiculado no uol) - 02/06/2007	59
Corrida mundial para ver quem vai patentear enzima de celulose - Clayton Levy – Valor Econômico – Agronegócios - 04/06/2007	61
Risco ambiental na Amazônia está descartado – Assis Moreira – Valor Econômico – Suplemento Especial - 04/06/2007	63
Barreira à cana em SP – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 05/06/2007	64
Desequilíbrio entre oferta e demanda transforma estoques em preocupação - Bettina Barros e Cibelle Bouças – Valor econômico - Agronegócios - 05/06/2007	64
Tudo pela corrida do álcool – Valor Econômico – Brasil - 13/06/2007	65
Petrobras quer limite de preço e selo de qualidade para álcool - Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Agronegócios - 13/06/2007	66

Ministro também faz alerta sobre "excesso de euforia" no etanol - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 14/06/2007	67
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	68
BIODIESEL	68
Uma ambição movida a biodiesel – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 08/06/2007	68
Barreiras técnicas da UE barram biodiesel brasileiro – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 12/06/2007	69
Preocupação inclui também o ambiente – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 12/06/2007	70
ETANOL	71
Crescimento ‘chinês’, exploração ‘chinesa’: duas faces do etanol - André Barrocal – Carta Maior – 01/06/2007	71
'O Brasil é um líder inevitável e inexorável' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/06/2007	73
ANP autoriza volta da mistura de álcool na gasolina aos 25% - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/06/2007	74
Álcool barato. Nas usinas - Chico Siqueira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/06/2007	75
Potencial de produção da AL está em estudo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/6/2007	75
Lula encerrará visita à Índia sem acordo na área de biocombustíveis - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Econmia e Negócios – 05/06/2007	76
Etanol deve ser incluído em documento paralelo - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007	78
'A Amazônia é nossa', diz Lula – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/06/2007	79
Fidel: contra o etanol e contra Cuba - Suely Caldas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/06/2007	79

Agora é a Opep que ataca o etanol - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/06/2007	81
Petrobrás quer selo para etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007	84
Opep diz não e GM adere ao álcool - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/06/2007	84
Pela primeira vez, Brasil tem voz ativa no G8 – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/06/2007	86
Convidados buscam criar estratégia comum para G8 – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2007	88
Demanda maior dos EUA dobra exportação de álcool do Brasil – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2007	89
Da Carne à Cana – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007	90
Parcerias – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007	90
O que é melhor – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007	90
Logística – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007	90
Safra Recorde – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007	90
Ritmo Forte – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007	91
Investimentos – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007	91
Troca de Comando – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007	91
Biocombustível eleva custo dos alimentos, afirma FAO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/06/2007	91

Regra de álcool deve ser fechada com EUA e passar a ser global – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 12/06/2007	92
ENERGIA: PETROBRAS FAZ 1º EMBARQUE DE ÁLCOOL AO JAPÃO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/06/2007	93
Críticas a Bush por proposta ambiental - Natalia Viana – O Globo – O País – 02/06/2007	93
Lula defende 'revolução' do etanol em artigo – O Globo – O País – 02/06/2007	94
Etanol: Brasil e Índia estudam parceria - Diana Fernandes – O Globo – Economia – 05/06/2007	94
Brasil e emergentes querem incluir etanol na agenda da nações do G-8 - Diana Fernandes – O Globo – Economia – 06/06/2007	95
EUA rejeitam meta de redução de poluentes – O Globo – Economia – 07/07/2007	96
UE terá de importar óleos para produzir biodiesel - Maria Helena Tachinardi- Valor Econômico – Suplemento especial - 04/06/2007	97
Indianos querem transferência de tecnologia para etanol – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 05/06/2007	99
Novo contrato futuro de álcool em gestação - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 05/06/2007	100
Há limites para a "agroinflação" global - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 11/06/2007	101

Segunda Quinzena

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL	104
ETANOL	104
Na terra do álcool, sobram empregos e bons salários - Fernando Dantas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/06/2007	104
Barrinha só fica com os problemas sociais da cana – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/06/2007	107
Bioeletricidade - eficiente e sustentável - Marcos Sawaya Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto– 20/06/2007	108
IAC fecha parceria com o México - Fernanda Yoneya – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 27/06/2007	110
Odebrecht investirá R\$ 5 bi em cana - Wellington Bahnemann – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007	111

Ritmo Menor – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 16/06/2007	112
Distribuição concentrada encarece álcool – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2007	113
Governo considera "decepção" leilão de energia alternativa – Márcio Rodrigues - Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2007	114
MOAGEM DE CANA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 21/06/2007	116
SAFRA ALCOOLEIRA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 21/06/2007	116
QUEBRA NA CANA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 21/06/2007	116
Preço maior reduz consumo de álcool, afirmam usinas – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2007	117
Petrobras define investimento em cinco usinas – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/06/2007	118
MERCADO NOVO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 28/06/2007	119
DIFERENCIAL – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 28/06/2007	119
Belga investirá R\$ 155 mi em biomassa em SP – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/06/2007	119
Forbes investe US\$ 400 mi no álcool – Jorge Soufen Jr. – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/06/2007	119
Álcool cai mais na usina do que no posto - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 19/06/2007	121
Recurso para biodiesel – Valor Econômico – Agronegócios- Curtas – 19/06/2007	121
Grupo Cosan reafirma apetite por mais aquisições de usinas – Monica Scaramuzzi – Valor Econômico – Agronegócios - 21/06/2007	121
Bagaço de cana pode adicionar uma usina do Madeira ao setor - Maurício Capela e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Empresas e Tecnologia - 25/06/2007 .	122
Biodiesel para Portugal – Valor Econômico- Agronegócios – 25/06/2007	124
Investimento em açúcar com os dias contados - Bettina Barros e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 25/06/2007	125
Bioenergia é vantajosa até 2013, diz técnico - Cláudia Schüffner – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2007	126
Petrobras e Mitsui aceleram parceria na área de etanol - Chico Santos – Valor Econômico – Agronegócios - 27/06/2007	126
Odebrecht planeja destinar R\$ 5 bi para açúcar e álcool - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 28/06/2007	127
Odebrecht adere ao etanol com R\$ 5 bi - Ronaldo D’Ercole – O Globo – Economia – 28/06/2007	129
BIODIESEL	130
Equipe usa açúcar para produzir biocombustível – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 25/06/2007	130

Biocombustível une Galp e Petrobras - Maurício Capela – Valor Econômico – Empresas - 19/06/2007	131
POLÍTICA DE BIOCMBUSTÍVEL	132
ETANOL	132
São Paulo limita áreas de queimada para cana - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007	132
As mentes brilhantes do etanol brasileiro - Angélica Santa Cruz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007	133
'O cérebro da elite da Petrobrás não é flex' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007	136
Deputado quer convocar ANP para discutir regra sobre venda de álcool – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/06/2007	138
Produção de álcool formaliza vagas temendo imagem externa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2007	138
QUEIMA DE CANA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 22/06/2007	139
RESTRICÇÕES – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 22/06/2007	139
Brasil usará mais álcool e gás como fontes de energia em 2030, diz EPE – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/06/2007	139
NA BOMBA: GRUPO VAI CHECAR POR QUE PREÇO NÃO CAI – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/06/2007	140
Ministro considera decepcionante leilão de energia de fonte alternativa - Mônica Tavares – O Globo – Economia – 19/06/2007	140
Parceria em etanol e trem-bala – O Globo – Economia – 19/06/2007	141
BIODIESEL	141
Unicamp produz biodiesel mais "verde" – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 30/06/2007	141
Ministro se encontra com representantes da União Brasileira do Biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2007	143
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	144
ETANOL	144
Governo convoca reunião do álcool - Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2007	144
Brasil cobra corte em tarifa do etanol – Estado de São – Economia e Negócios – 21/06/2007	145
É a lei do etanol – Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/06/2007	146
EUA: SENADO MANTÉM TARIFA PARA ÁLCOOL IMPORTADO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2007	147
Morales cita artigo que liga fome a biocombustíveis – Rodrigo Röttsch – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/06/2007	147

Forbes investe US\$ 400 mi no álcool – Jorge Soufen Jr. – O Globo – Economia – 26/06/2007	147
Morales critica 'entusiasmo nocivo' com etanol - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 30/06/2007	149
País 'apresenta' cadeia do álcool a europeus - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 26/06/2007	150
Unica vai internacionalizar atuação - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 26/06/2007	150
BIODIESEL	151
AGRICULTURA: MOSCOU SUGERE CRIAR "OPEP DOS GRÃOS" – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/06/2007	151
Encontro debate ações em assistência técnica para a safra 2007/2008 – Sitio Eletrônico do MDA – 18/06/2007	151

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

BIODIESEL

Mercedes vai anunciar a Lula planos para biodiesel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007

A Mercedes planeja a fabricação de caminhões a biodiesel. A medida poderá ser um dos temas da reunião entre os executivos da companhia e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje em Berlim, para tratar dos investimentos da multinacional no País. O encontro entre a empresa alemã e Lula ocorrerá na embaixada do Brasil em Berlim e foi agendada depois que o presidente decidiu antecipar para ontem sua chegada à capital alemã.

Uma série de empresas automotivas está desenvolvendo novas versões de seus motores com o objetivo de reduzir as emissões de dióxido de carbono.

Em vários países europeus, governos estão até mesmo reduzindo os impostos na compra de carros para quem queira trocar seus carros por modelos ambientalmente mais adequados. O próximo passo, segundo a Mercedes, será a implementação desses modelos também em caminhões.

INVESTIMENTO

Em sua agenda, Lula ainda terá reuniões com outro grande investidor no País, a siderúrgica Thyssen, que destinou US\$ 2 bilhões a um projeto no setor de siderurgia.

'Trata-se do maior investimento alemão hoje no Brasil', afirmou o embaixador do País em Berlim, Luis Felipe de Seixas Correa.

Segundo a embaixada, a companhia deverá também falar com Lula sobre seus futuros planos de investimento no País e expectativas.

A agenda de Lula ainda incluirá hoje conversas com os partidos políticos de oposição ao governo da chanceler Angela Merkel. A idéia do governo é a de manter o diálogo com todos os interlocutores na Alemanha, como o Partido Socialista (SPD).

ENERGIA

Amanhã, enquanto espera por sua vez para participar do G8 na sexta-feira, Lula ainda terá encontros com os presidentes da Nigéria, Umaru Yar'dua, e da Argélia.

O Brasil assinou recentemente acordos com ambos países no campo do petróleo e gás. Um dos objetivos do governo é o de ter nigerianos e argelinos como alternativas reais para o abastecimento de energia diante da situação pouco confortável com Bolívia.

Amanhã, Lula também terá encontros com o novo secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, e com o presidente México, Felipe Calderón.

ETANOL

Crescimento ‘chinês’, exploração ‘chinesa’: duas faces do etanol - André Barrocal – Carta Maior – 01/06/2007

Por trás da produção recorde de cana e álcool na safra 2007/08, há um quadro de superexploração de cortadores e condições de trabalho desumanas. Estudo da Universidade Federal de São Carlos dimensionou essa exploração.

BRASÍLIA – A produção de álcool combustível no Brasil vai crescer 14% e atingir a marca histórica de 20 bilhões de litros na safra 2007/2008. O plantio de cana avançará 11% e também será recorde. Os números divulgados pelo ministério da Agricultura na última quinta-feira (31) mostram que, graças ao aumento do consumo de etanol no Brasil e no mundo, por razões ambientais ou econômicas, o setor canavieiro vive um momento “chinês”, expressão que virou sinônimo de altos índices de expansão.

Mas não são só os negócios canavieiros que merecem o carimbo. Os números grandiosos escondem - quando não dependem de - uma “chinesa” exploração dos trabalhadores. Como no país asiático, que deve muito de sua fama de competitivo e seu elevado crescimento a salários baixos e desproteção da mão-de-obra, os canavieiros brasileiros submetem os cortadores de cana a condições desumanas, como se viu, por coincidência também na quinta-feira, durante uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Segundo sindicalistas, fiscais e procuradores do trabalho, as jornadas dos cortadores são muito longas, enfrentadas sem direito a descanso, sem água mesmo sob sol forte, sem equipamento adequado de segurança. A imposição de pesadas cotas de corte leva os trabalhadores a um esforço superior ao que o corpo suporta, causando lesão por esforço repetitivo (LER) e distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (DORT).

Em São Paulo, Estado campeão na produção de cana, cada trabalhador corta em média 10 toneladas por dia, em troca de R\$ 24. Para dar conta do serviço, percorre 9 km a pé, desfere 72 mil golpes de facão, faz 36 mil flexões de perna e carrega 800 montes de 15kg de cana, de acordo com estudo da Universidade Federal de São Carlos (UFScar).

No Mato Grosso, o Ministério Público do Trabalho (MPT) já flagrou fazenda cobrando 30 toneladas dos cortadores. “É difícil imaginar o que é isso. E é tudo feito com exposição a intempéries, jornadas extensas, geralmente sem pausas, sem reposição de água, sem abrigos”, disse o procurador Alessandro Miranda, coordenador nacional de defesa do meio ambiente do trabalho do MPT.

“O que se exige do cortador de cana é digno de um atleta, mas sem o mesmo cuidado, o mesmo preparo, o mesmo descanso”, afirmou Valdiney Arruda, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Acidentes e mortes

As condições de trabalho dos cortadores são propícias para acidentes não raro fatais. De cada 100 acidentes com gente que tem carteira assinada, cinco ocorrem no setor sucroalcooleiro. De 2002 a 2005, foram 83 mil casos. No período, houve 312 mortes no setor. “No Brasil, está diminuindo a taxa de mortalidade dos trabalhadores, mas neste setor há um aumento significativo”, disse Remígio Todeschini, presidente da Fundacentro, órgão do Ministério do Trabalho responsável por estudos na área de segurança e saúde no trabalho.

Para melhorar a vida dos cortadores, Todeschini defende que se reforce a aplicação de uma norma do ministério (NR 31) que impõe regras de segurança de trabalho à agricultura. E a

redução da jornada para seis horas. São duas idéias polêmicas. Os fazendeiros rejeitam a primeira, e os trabalhadores têm medo da segunda.

“A NR 31 é a norma mais exigente do mundo, queremos que ela seja mais amena”, disse Clovis Veloso de Queiroz Neto, técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A aplicação da norma também esbarra na insuficiência de fiscais do trabalho. São pouco mais de 3 mil, menos da metade do que a Organização Mundial do Trabalho (OIT) recomenda para o Brasil (7 mil).

Os trabalhadores, por sua vez, receiam a diminuição da jornada porque pode provocar queda de renda, uma vez que existem cotas de produção. Seria necessário um improvável tabelamento salarial. Ou, o que também parece improvável, uma instantânea conscientização social por parte dos fazendeiros de que lucros não deveriam nascer da exploração.

“Não se conhece usineiro pobre, só trabalhador miserável”, afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos. E completou: “Etanol produzido à base de profunda exploração, é uma energia limpa? Não queremos um combustível limpo simplesmente para os carburadores, mas também para os trabalhadores.”

Arrocho salarial

A tese de que a exploração dos trabalhadores sustenta lucros dos patrões canavieiros tem o endosso de dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Nos últimos 12 anos, o salário mínimo aumentou 280%, mas o valor pago pela tonelada de cana cortada subiu bem menos, 118%. O custo de produção do álcool no Brasil é a metade do que se vê em países concorrentes como Índia e Tailândia. “O Brasil é um país competitivo porque tem um baixo custo de produção e isso tem relação não só com a tecnologia que o país domina, mas também o baixo salário do trabalhador”, disse o supervisor técnico do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira.

Mais identificado com o lado patronal do setor rural, o Ministério da Agricultura reconhece o arrocho. “O salário do cortador de cana é maior do que em outras áreas rurais, mas tinha de ser melhor”, afirmou Alexandre Betinardi Strapasson, coordenador-geral de açúcar e álcool do Ministério.

Apesar disso, Strapasson acredita que não se deve satanizar o setor sucro-alcooleiro, mas sim resolver os problemas por meio de uma agenda positiva. Apostar no setor, disse ele, vale à pena pelo impacto ambiental positivo do etanol como combustível e pela geração de empregos - a atividade emprega um milhão de brasileiros. Para ele, aos poucos haverá um “processo de amadurecimento empresarial” que mudará as relações capital-trabalho no setor. Mas fica a dúvida: quantas mortes ainda vão necessárias para que haja “amadurecimento empresarial”?

Conab prevê safra recorde de cana - Alexandre Inacio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/06/2007

Ministro da Agricultura quer aumentar a mistura de álcool na gasolina

A resposta brasileira para o crescimento da demanda mundial por etanol foi divulgada ontem pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. O País terá a maior safra de cana-de-açúcar da história, com uma produção de 527,98 milhões de toneladas, 11,2% a mais do que na safra 2006/07.

Desse total, 87,4% terá como origem a região Centro-Sul, ficando os 12,6% restantes para o Norte e Nordeste.

Com a safra recorde de cana, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que as usinas brasileiras produzam 20,01 bilhões de litros de álcool, volume que deixa o País mais perto dos EUA na liderança do ranking de produtores de etanol. O volume recorde representa um crescimento de 14,54% em relação à safra anterior e indica que as empresas aplicarão mais de 50% da matéria-prima para a produção do combustível, ficando para o açúcar cerca de 45,5% da oferta de cana.

A maior disponibilidade de álcool no mercado interno, aliado à queda contínua dos preços nas usinas, fez com que o ministro defendesse o aumento da mistura de etanol na gasolina. 'Temos elementos técnicos que permitem a retomada da adição de 25% de álcool à gasolina', disse Stephanes. Segundo ele, já foram dados os encaminhamentos necessários para que o percentual suba dos atuais 23% para 25% e a expectativa é de que o aumento ocorra ainda no mês de junho.

O ministro informou também que produtores, usinas e o governo estão estudando formas de minimizar a volatilidade dos preços do álcool no mercado interno e que já devem entrar em vigor a partir de 2008. A modalidade que mais agrada o governo seria a fixação de preços na Bolsa Brasileira de Mercadorias. Apesar da preferência, Stephanes lembrou que não está descartada a possibilidade de se formarem estoques reguladores. 'Já existe uma capacidade instalada de armazenamento nas empresas, mas a Petrobrás poderia entrar eventualmente no mercado para também formar estoques.'

Apenas em 2007 entraram em operação 18 usinas, além de outras 30 que estão sendo construídas. A expectativa do ministério é que outras 50 comecem a funcionar nos próximos três anos. 'O que o levantamento da Conab confirmou é que o avanço das áreas de cana está acontecendo em áreas de pastagem', disse o ministro.

CAFÉ

A Conab divulgou ontem, pela primeira vez, um levantamento dos estoques privados de café no Brasil. Até o dia 31 de março, existiam 17,58 milhões de sacas armazenadas, das quais 16,78 milhões correspondiam à variedade arábica e 803 mil eram

do tipo robusta. De posse do governo, ainda existem 1,81 milhão de sacas armazenadas em armazéns públicos.

Apesar de aparentemente elevado, o estoque total pode não ser suficiente para manter o ritmo de exportações no próximo ano. Segundo o secretário-executivo do ministério, Silas Brasileiro, até 30 de junho, quando começa o novo ano-safra, os estoques privados estarão em aproximadamente 7 milhões de sacas. A produção da safra 2007/08 está estimada em 32,06 milhões de sacas, o que resulta em uma disponibilidade de aproximadamente 39 milhões de sacas.

Fusão cria o segundo maior grupo do País – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/06/2007

A Cia. Açucareira Vale do Rosário, a Cia. Energética Santa Elisa e sua coligada Usina Jardest concluíram ontem uma fusão que formará o segundo maior grupo de açúcar e álcool do País. A nova companhia, que ainda não tem nome, deve moer 18 milhões de toneladas métricas de cana na safra 2007-2008, segundo o presidente da Santa Elisa, André Biagi. Na safra seguinte, o volume poderá chegar a 20 milhões de toneladas, ou quase metade da capacidade da Cosan, a maior do setor no País.

Petrobrás faz primeira venda de etanol ao Japão – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/06/2007

A Petrobrás informou ontem que completou, no último dia 7, a primeira operação de exportação de álcool para o Japão. Segundo a estatal, foram 73 mil litros de etanol para consumo industrial, que foram desembarcados na cidade de Kobe. A operação foi realizada pela Brazil-Japan Ethanol, fruto de uma parceria entre a Petrobrás e a estatal japonesa Nippon Alcohol Hanbai. 'Apesar do volume envolvido não ser expressivo, essa exportação é importante para avaliar todas as etapas do processo da logística envolvida e o seu impacto na qualidade final do produto, que vai desde a origem no Brasil até o cliente final no Japão', disse a Petrobrás.

Preço do álcool cai 38,3% na usina - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/06/2007

Na bomba, queda desde maior valor em maio é de apenas 6,67%; preço da gasolina caiu só 0,27% em um mês

O preço do álcool nos postos brasileiros caiu 2,85% na semana passada, segundo pesquisa semanal da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A redução acompanha, ainda que em ritmo lento, a queda da cotação do combustível nas usinas de São Paulo, que já acumula 38,3% desde o fim de março. Nos postos paulistas, o álcool hidratado foi vendido,

na semana passada, a um preço 2,76% menor do que na semana anterior.

De acordo com a ANP, o litro do álcool custou em média, no Brasil, R\$ 1,586 na última semana. O valor é 6,67% menor do que o cobrado um mês atrás. Em São Paulo, o preço de venda chegou a R\$ 1,372 por litro, uma queda de 5,89% em relação há um mês. O preço do combustível registrou o pico anual em meados de maio, por causa da entressafra de cana-de-açúcar.

Agora, com o início da colheita, as cotações despencam nas usinas de São Paulo. Segundo dados do Centro Avançado em Pesquisa Econômica Aplicada da USP (Cepea), o litro do álcool hidratado na produção atingiu a média de R\$ 0,594 na última semana, uma queda de 38,3% ante o preço vigente na semana terminada em 30 de março, maior cotação do ano.

O álcool anidro, que é misturado à gasolina, foi vendido pelas usinas a um preço médio de R\$ 0,686 por litro na última semana (queda de 2,7% ante a cotação anterior). Comparada à cotação máxima do ano, atingida em abril, a queda chega a 37,1%. A redução no preço do álcool anidro não teve ainda grande impacto no preço da gasolina nos postos, cuja fórmula é composta por 77% de gasolina e 23% de álcool anidro. Segundo a ANP, a gasolina custava, na semana passada, R\$ 2,526, em média. O valor é apenas 0,27% menor do que o registrado há um mês.

A queda do preço do álcool nas usinas é comum nesta época do ano, quando os estoques começam a ser renovados por combustível da nova safra. Com o objetivo de evitar grandes oscilações, o governo estuda aumentar para 25% o percentual de álcool anidro na gasolina, ampliando, assim, a demanda pelo combustível. Em fevereiro, quando as cotações dispararam, o percentual de anidro na gasolina foi reduzido para 20%, afim de evitar problemas de abastecimento.

Com impulso do álcool, emprego industrial cresce 1,09% em SP - Paula Puliti – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007

Usinas são responsáveis por 73% das vagas abertas no Estado até maio

As usinas de açúcar e álcool continuam a sustentar o crescimento do nível de emprego na indústria paulista. Segundo a pesquisa mensal de emprego da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), da alta de 1,09% em maio ante abril, 0,73 ponto percentual corresponde a vagas criadas nesse setor.

Foram 16,1 mil postos abertos no mês passado só pelas usinas, de 24 mil no total da indústria paulista. De janeiro a maio, as usinas de açúcar e álcool participam com 73% de todo o emprego industrial gerado no Estado. Não por coincidência, os setores com pior desempenho no indicador são couro, calçados, material eletrônico, vestuário e móveis, contemplados com as medidas anunciadas hoje para compensar os efeitos negativos do real valorizado.

O nível de emprego apurado pela Fiesp vem registrando aumentos seguidos desde janeiro. E acumula, no ano, uma alta de 6,66% sobre dezembro, podendo se aproximar ou até superar o total de 2004. Naquele ano, considerado ótimo pela indústria, a variação foi positiva em 7,45%, com a criação de quase 145 mil postos. Em 2006, o emprego teve queda de 0,25%.

Além de açúcar e álcool, outro setor de destaque positivo no índice foi produtos alimentícios e bebidas, com alta de 3,34% em maio ante abril, puxado pela fabricação de suco de laranja, segundo o diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas Econômicas da Fiesp, Paulo Francini.

MÃO-DE-OBRA

Apesar de liderar a criação de vagas, as indústrias do setor de fabricação de açúcar e álcool lutam contra a falta de mão-obra. Em Piracicaba, trabalhadores que estavam aposentados voltaram à ativa e patrões e empregados se unem para instalar cursos de treinamento para formação de novos profissionais. Enquanto isso, a atividade industrial se mantém com trabalhadores 'importados' de outros centros.

'Estamos importando trabalhadores de Osasco, Campinas e outras cidades. O aquecimento do setor sucroalcooleiro está causando a falta de mão-obra nas indústrias que fabricam usinas', diz José Luiz Ribeiro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba e Região. Dos 20 mil trabalhadores, 4,4 mil são aposentados que voltaram ao trabalho devido à falta de profissionais.

COLABOROU CHICO SIQUEIRA, ESPECIAL PARA O ESTADO

Etanol: problema ou solução - Abram Szajman – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007

O mar de etanol, que promete encobrir o mundo nas próximas décadas, mal começou a ser formado e já tem água suficiente para lançar o Brasil em uma intrincada polêmica. O debate, que começou fora de nossas fronteiras, situa o País numa escala de valores entre o bem e o mal, ainda que não se tenha perguntado qual a nossa verdadeira participação nos fatos - reais, presumíveis ou imaginários. Nascido da preocupação tardia com a anunciada escassez do petróleo e com a destruição sistemática do meio ambiente, a energia verde aflora à ribalta no duplo papel de panacéia capaz de redimir os erros do passado e quintessência dos ardis de sujeição da humanidade a novos projetos de poder. Dono de clima e solo privilegiados, ideais à produção de biomassa, o Brasil é, por força da natureza, o favorito na disputa pelo novo ciclo mundial de energia. Essa pole position também se deve ao trabalho de nossos pesquisadores e cientistas que, desde as décadas de 20 e 30 do século passado, se dedicam ao objetivo de dominar e desenvolver tecnologias para a produção de energia limpa, renovável. Por isso não se estranha o País ser levado à berlinda nas discussões internacionais em torno do álcool combustível. Mas se estranha o silêncio do governo brasileiro a respeito de um assunto que exige posições claras e

definidas. Para o bem ou para o mal, o etanol coloca o Brasil ante objetivo histórico. Seus privilégios naturais, suas competências adquiridas o trouxeram ao ponto de mutação capaz de levá-lo ao progresso, à riqueza, ao conforto social, até hoje desconhecido. Ou a mais atraso e miséria, à fome e ao crescimento da injustiça social. Essas incertezas, nutridas por teses, estudos e dados contraditórios, impõem uma reflexão profunda do País e da sociedade brasileira acerca da melhor escolha a ser feita. Estamos, como cidadãos, preocupados com o envolvimento inevitável do País nas turbulências, também inevitáveis, do início de um processo mundial de substituição da matriz energética. Como temos de tomar decisões corretas, precisamos receber do governo informações confiáveis e esclarecedoras - e não interpretações ideológicas ou político-partidárias, em corrida em que o Brasil larga e chega na frente. Em relação aos Estados Unidos, maior produtor mundial de etanol, as vantagens comparativas da produção brasileira são enormes, sem contar as indiretas: derivado da cana-de-açúcar, o etanol made in Brasil é 25% mais barato do que o concorrente, extraído do milho; para produzi-lo, os americanos gastam quatro vezes mais energia do que os brasileiros; e a produtividade da cana na produção de álcool (7 mil litros por hectare de terra) é o dobro da que vem do milho, na mesma unidade de área. Ainda que a União Européia pretenda, até o fim da década, duplicar sua produção de biodiesel de beterraba, lá e em outros continentes não há nada que se compare às alternativas que se oferecem ao Brasil. Quando vier a nova tecnologia de quebra da celulose, os ventos serão ainda mais favoráveis: a produção de etanol dobra sem que se amplie em um milímetro a área plantada com cana. Em suma: do jogo que hoje se joga somos mestres e estamos com excelentes trunfos nas mãos. Tão promissoras expectativas põem o País às portas do Paraíso... Mas de que adiantaria 'ver Nápoles e depois morrer'? O reverso da medalha precisa ser considerado para que a prometida festa não se volte em tragédia, pois o novo ciclo de produção de energia implica mudança radical na matriz produtiva brasileira. Daí o País correr o risco de voltar, ironicamente mediante alto grau de desenvolvimento tecnológico, ao engenho de açúcar, à monocultura, à 'maldição do petróleo', que faz de seus grandes produtores países pobres, ditatoriais, dependentes contumazes da importação de todo tipo de bens e de serviços. Para desfrutar plenamente de sua privilegiada posição no tabuleiro do etanol, o Brasil precisa manter a pujança na produção de alimentos e comprometer-se ainda mais com a recuperação e a preservação do meio ambiente, o que implica urgente implantação de um Plano Estratégico da Agricultura Brasileira para que o País avance como nação industrial, produtora de todos os tipos de bens e de serviços, farta em recursos naturais.

***Abram Szajman é presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP) e dos Conselhos Regionais do Sesc e do Senac**

Desaceleração – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/06/2007

A crise agrícola dos últimos anos interrompeu a alta dos preços da terra no Estado de São Paulo. Em média, as áreas de primeira caíram 3,52% em 2006; as de segunda, 3,15%; e as de pastagem, 3,87%. Mesmo assim, de 2001 a 2006, a valorização acumulada é de 17% para as terras de culturas agrícolas e de 18% para as de pastagem.

Pressão da Cana – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/06/2007

Os dados são do Instituto de Economia Agrícola e foram levantados por Felipe Pires de Camargo, que destaca a pressão do setor sucroalcooleiro nos últimos anos. Outro destaque é o preço das áreas de pastagens, que vem subindo devido à recuperação de renda na bovinocultura. Esta acaba forçando a alta dos preços no setor de grãos.

Demanda por álcool leva o Brasil a safra recorde de cana – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/06/2007

Segundo a Conab, aumento da produção do combustível chegará a 14,5% em 2007/08, para 20 bilhões de litros; o volume de açúcar deve crescer 3,6%. A demanda por álcool levará a uma produção recorde de 527,98 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2007/ 2008, de acordo com projeções da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

Com essa matéria-prima, as usinas deverão colocar no mercado 20,0 bilhões de litros de álcool e 31,3 milhões de toneladas de açúcar. O crescimento em relação à safra anterior é de 14,5% para a produção de álcool e de 3,6% para a de açúcar. O aumento da oferta do combustível está levando a uma redução de preços. Para conter a queda, o governo deverá elevar de 23% para 25% a quantidade de álcool na gasolina. A medida deverá ser anunciada neste mês e entrar em vigor em julho. O objetivo é aumentar a demanda por álcool e, com isso, forçar os preços para cima ou tentar estabilizá-los. "É importante que se aumente a mistura. Devemos encaminhar logo a proposta. É algo que está se articulando e, no decorrer deste mês, deverá ter uma solução", disse o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura).

Segundo ele, o governo também está estudando uma forma de evitar as oscilações do preço do álcool. A solução poderá ser a criação de um mercado futuro ou a implantação de estoques reguladores. Nessa última hipótese, poderia haver participação da Petrobras. De acordo com a pesquisa de preços feita pelo Cepea, o litro do álcool anidro (misturado à gasolina) está caindo desde o início de maio. Pela última cotação, está em R\$ 0,76 por litro (sem impostos) na usina, menor valor desde setembro de 2005. Em relação ao álcool hidratado (que pode ser usado diretamente em automóveis), a cotação está em R\$ 0,60 (sem impostos) na usina, menor valor desde junho de 2005.

Em tese, com o aumento da quantidade de álcool misturada, o preço da gasolina pode ter um recuo. Isso porque o álcool é mais barato que a própria gasolina. Na prática, no

entanto, os preços aos consumidores são liberados e as oscilações dependem de outros fatores, como o nível de competição entre distribuidoras e entre postos.

A perspectiva de recorde da produção de álcool no país foi comemorada pelo governo brasileiro. "Devemos ter encostado nos EUA. Estamos disputando o primeiro lugar", afirmou Stephanes. "Há demanda, o clima foi bom e há investimento em tecnologia."

De acordo com o ministro, a expectativa é que o mercado de álcool cresça 10% ao ano nos próximos anos.

São Paulo antecipa fim da queima da cana – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 05/06/2007

Prazo anterior, que ia até 2021, foi encurtado para 2014; redução será voluntária, mas quem aderir receberá certificado

Protocolo prevê que em áreas com inclinações, que tinham prazo final em 2031, queima terá de ser interrompida em 2017

A queima da palha de cana nas áreas mecanizáveis do Estado de São Paulo deverá terminar em 2014. O prazo anterior, definido pela lei 11.241, permitia a queima até 2021. Esse é o conteúdo de um protocolo assinado ontem entre a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), e as secretarias estaduais do Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento. O protocolo foi divulgado ontem no São Paulo Ethanol Summit, evento organizado pela Unica.

As áreas com inclinações, e que tinham data final para a queima em 2031, vão ter de interrompê-la a partir de 2017. O protocolo tem caráter voluntário, mas Serra destacou que quem se ajustar vai receber um certificado de conformidade agroambiental. Os demais vão ter problemas com o Estado.

Serra quer antecipar o fim da queima porque, com o avanço da cana no Estado, a área de queima está aumentando. São Paulo tem 4,2 milhões de hectares e colheu cana em 3,4 milhões deles em 2006. Dessa área, em 2,5 milhões a colheita foi feita com a queima, ou seja, em 10% do território paulista (25 milhões de hectares).

A antecipação é necessária na avaliação dos produtores, mas o investimento que eles devem fazer não satisfaz a todos, principalmente os que estão em áreas ainda em fase inicial de mecanização. "Não será fácil [antecipar] pelo custo e pela falta de disponibilidade de máquinas. A indústria não está preparada para atender a essa demanda", diz Eduardo Pereira de Carvalho, presidente da Unica. Para João Sampaio, secretário paulista de Agricultura, as indústrias têm capacidade de elevar a produção rapidamente.

Os produtores de novas áreas também vêm problemas, já que, pelo protocolo, não poderão fazer queimadas, mas deverão mecanizar a lavoura. Para avaliar eventuais problemas de adaptação ao protocolo, será criado um comitê executivo, diz Antonio Pádua, da Unica.

Segundo o secretário de Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, o governo paulista deverá fazer do protocolo um projeto de lei que será enviado à Assembléia legislativa.

Energia do século 21

A geoeconomia mundial muda com o avanço da bioenergia. Essa é a conclusão de vários participantes das discussões sobre os desafios da energia no século 21, ocorrida ontem no evento em São Paulo.

O Brasil tem todos os elementos para liderar essa corrida pela bioenergia, devido à disponibilidade de terra, água e baixo custo. Essa liderança passa, no entanto, pela resolução de vários problemas, que vão da infra-estrutura a mais investimentos em pesquisas.

O ex-primeiro-ministro da Espanha Felipe Gonzalez participou da abertura do evento e destacou alguns aspectos do desafio energético no mundo, como a excessiva dependência dos combustíveis não-renováveis, a necessidade de trazer de volta o debate sobre o uso de energia nuclear e a ausência, nos últimos 30 anos, de estratégias políticas fortes para a renovação do mix energético. "A exceção talvez seja o Brasil." Rubens Ometto, da Cosan, crê na expansão da bioenergia, mas diz que grandes projetos, como o alcoolduto, não devem ficar só nas mãos de grandes empresas, como a Petrobras, mas ser feitos em parcerias.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que o governo deve rever a porcentagem de álcool na gasolina ainda neste mês, devendo voltar aos 25% (hoje, de 22% a 24%). Evandro Gueiros, vice-presidente do Sindicom (sindicato do setor de distribuição), destacou que o alto índice de informalidade no mercado de álcool hidratado é incompatível com a posição do Brasil como competidor global no álcool.

Colaborou **CATIA SEABRA**, da Reportagem Local

De entrada – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities - 05/06/2007

A Unica anuncia hoje Marcos Jank como o novo presidente da entidade. Ele substitui Eduardo Pereira de Carvalho, que sai para desenvolver projetos ligados à área de álcool.

Exportações – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities
- 05/06/2007

Pelo menos 45% da cana desta safra da Cosan deve ser destinada para a produção de álcool. No ano passado, foram 35%. Rubens Ometto, presidente da empresa, prevê que o Brasil vá exportar 3 bilhões de litros neste ano.

Sindicalistas se dizem contra a medida – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha –
05/06/2007

DA FOLHA RIBEIRÃO

Os representantes de sindicatos de trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto são contra a antecipação da mecanização da cana em projetos paralelos para evitar demissão em massa dos trabalhadores rurais.

"A questão ambiental tem que ser discutida, mas de outra forma", disse o presidente do Sindicato de Guariba, Wilson Rodrigues da Silva.

"Essa história de que o trabalhador vai ser qualificado não existe. Alguns vão trabalhar nas áreas onde a máquina não entra", afirmou.

Para o presidente do sindicato em Ribeirão Preto, Sílvio Palvequeres, o prazo anterior -2021 para áreas mecanizáveis e 2031 nas não-mecanizáveis- é o ideal para os trabalhadores se adaptarem.

Fim das queimadas – Folha de São Paulo – Opinião – 06/06/2007

A QUEIMA da cana-de-açúcar é uma técnica agrícola que está com os dias contados. Além de muito poluente, ela pressupõe a colheita manual, que é bem menos eficaz do que sua congênere mecanizada.

Diante desse quadro, é oportuno o protocolo firmado anteontem entre a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), o governador de São Paulo, José Serra, e as secretarias estaduais do Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento para antecipar o fim das queimadas.

Pelo acordo, o prazo para acabar com elas passa de 2021 para 2014 nas áreas mecanizáveis e de 2031 para 2017 nas terras em aclive. Por ora, a adesão ao protocolo é voluntária, mas o governo pretende transformá-lo num projeto de lei e enviá-lo à Assembléia. Se for aprovado, ele vai substituir a lei nº 11.241, que fixa os atuais prazos. Há dois principais empecilhos à antecipação das datas. Em primeiro lugar estão as dificuldades para avançar mais rapidamente com a mecanização da colheita. Faltam

máquinas e o custo para adquiri-las não é baixo, em especial para os produtores que ainda estão dando início ao processo de automação.

Em segundo vem a pressão de sindicatos. Por razões óbvias, eles querem manter os empregos pelo maior tempo possível. Não há dúvida de que a eliminação de postos de trabalho na colheita tem forte impacto social. Mas é forçoso reconhecer que estas são vagas de baixa qualidade -temporárias e mal-remuneradas- e que estão sendo mantidas a um alto custo em termos de poluição e perda de produtividade. Faria mais sentido tentar requalificar os bóias-frias para desempenharem outras funções na economia do etanol. É claro que é mais fácil falar do que fazer.

No mais, é moralmente difícil defender a manutenção de um regime de trabalho que, como mostrou reportagem recente desta **Folha**, sujeita os cortadores a uma vida útil comparável à dos escravos.

Soros intensifica atuação no setor de álcool no país – Denise Brito e Mauro Zafalon –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2007

Megainvestidor já tem uma usina em MG e está construindo mais três em MS. Ele participou de encontro em SP sobre o tema, ao lado do ex-presidente FHC, para quem o álcool não é a única solução para o aquecimento

O megainvestidor George Soros está intensificando sua aposta no setor de bioenergia. Ao participar ontem do São Paulo Ethanol Summit, disse que veio para aprender sobre o álcool combustível, mas o megainvestidor está partindo, na verdade, para seu segundo investimento no setor no Brasil.

Após a consolidação do primeiro negócio, em Minas Gerais, onde sua empresa, a Adecoagro, adquiriu a usina Monte Alegre, Soros e seus sócios brasileiros estão montando três usinas em Mato Grosso do Sul.

Soros é o maior acionista individual do investimento, que soma US\$ 900 milhões, mas não tem o controle acionário da operação. Serão construídas três usinas, e a primeira, que começa a produzir 70 milhões de litros na próxima safra, atingirá capacidade máxima de 300 milhões de litros em cinco anos. As outras duas, que não têm previsão para entrar em operação, também devem ter capacidade para 300 milhões de litros cada uma. "Tenho interesse em investir bastante no álcool no Brasil", disse.

Segundo Soros, os valores investidos vêm de seu capital pessoal, e não de seu fundo de investimento. "Não sabia que o termo especulador tinha uma conotação negativa no Brasil. Bem, confesso que sou um especulador na área do álcool." O megainvestidor também apontou problemas que o setor ainda enfrenta: questões regulatórias, impostos, falta de logística e barreiras externas.

O megainvestidor diz que a abertura de novos mercados para o álcool, principalmente na Europa e na Ásia, é vital para o setor. Sem essa abertura e com o ritmo de investimento atual no setor, poderá sobrar álcool nos dois maiores países produtores (Brasil e EUA).

"O Brasil tem capacidade para aumentar em até dez vezes sua produção, mas o ambiente regulatório não permite que isso seja feito", reclamou. Para ele, a prioridade é abrir os mercados de países na Europa, Estados Unidos e Japão.

Soros criticou os "juros elevados" no Brasil. Sobre o real forte, disse: "Posso prever o futuro das moedas, mas não posso revelar a previsão".

Aquecimento

Também presente ao São Paulo Ethanol Summit, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que o álcool é um produto importante e coloca o Brasil em posição privilegiada na busca global por energias renováveis, mas não é suficiente para solucionar a questão ambiental relacionada ao aquecimento da Terra.

"O etanol é uma coisa importante que vem acontecendo no Brasil hoje (...), mas não é a solução de todos os problemas do mundo", afirmou, lembrando que questões relacionadas ao aquecimento global dependem de um conjunto mais amplo de formas de produzir energia.

"O etanol não vai substituir o diesel, não vai substituir o querosene do avião, não vai gerar eletricidade, mas ele já tem efeitos positivos no Brasil; já reduziu a poluição aqui, obviamente é uma vantagem, mas que não é suficiente."

Para FHC, a experiência bem-sucedida com o álcool "abre uma chance para o Brasil desempenhar papel de liderança na renegociação da questão energética global", mas os atores desse processo precisam se engajar mais.

Petróleo

Outro participante do encontro, Daniel Yergin, do Cera (Cambridge Energy Research Associates), surpreendeu ao dizer que a era do petróleo não está no fim. Ao contrário, a oferta deve aumentar.

Para Yergin, no entanto, o Brasil, que está à frente na bioenergia, também deverá ser importante no setor de petróleo. Na avaliação dele, o país vai ganhar nas duas pontas. No que se refere ao petróleo, Yergin diz que a extração caminha para águas profundas, uma especialidade que o país desenvolveu nos últimos anos para chegar à auto-suficiência. Em 2015, o consumo mundial de petróleo vindo de águas profundas deverá ser de 23% do total -hoje é de apenas 2%.

Dirigente diz que países podem reduzir seus investimentos na produção e que preço do barril deve chegar "até o teto"

Essa é a primeira vez em que a entidade faz uma ameaça tão clara ao biocombustível; em abril ela cogitava corte na produção de petróleo

O secretário-geral da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), o líbio Abdalla El-Badri, disse ao "Financial Times" que o preço do barril do combustível pode chegar "até o teto" devido aos investimentos em biocombustíveis, como o álcool. Segundo ele, os países que formam a entidade, responsável por cerca de 40% do petróleo consumido no mundo, estudam reduzir seus investimentos na produção em resposta. Cenário semelhante foi apresentado na semana passada pelas petroleiras dos EUA. Por enquanto, diz o dirigente líbio, os investimentos estão garantidos, mas "há dúvidas" se eles continuarão depois de 2012. "Se não tivermos segurança de [que haverá] demanda, nós podemos revisitar os investimentos de longo prazo."

El-Badri afirmou que alguns integrantes da Opep enfrentam dificuldades nos setores de educação, habitação e saúde e que o dinheiro usado para descobrir novos poços "poderia ser usado em algum outro lugar".

Para, o dirigente da Opep a produção de biocombustíveis pode se mostrar insustentável já que irá competir com a produção de alimentos, que, com possível elevação de seus preços, se tornará mais atrativa para os produtores.

Caso isso se concretize, diz, fracassarão os planos de expansão do uso do combustível de fonte renovável e o preço do petróleo subirá. "Você não terá a expansão da produção do petróleo e não terá o álcool."

A Opep já manifestou dúvidas sobre as fontes alternativas de energia, mas a declaração do seu secretário-geral foi a primeira vez em que a entidade ameaçou de forma mais clara proteger seus interesses contra o biocombustível.

Em abril, a revista da entidade já mencionava a possibilidade de corte na produção de petróleo, mas não ameaçava com o aumento do preço. "Os sinais errados estão sendo enviados pelos países consumidores. Não estão ajudando a confiança dos membros em realizar investimentos futuros", disse, na ocasião, um porta-voz da Opep.

Trabalhador de usina consegue aumento real de 3,44% em SP – Claudia Rolli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2007

DA REPORTAGEM LOCAL

Os trabalhadores do setor sucroalcooleiro conseguiram reajuste de 7%, sendo 3,44% de aumento real, no primeiro acordo negociado na campanha salarial deste ano. As negociações ocorreram em nove usinas e destilarias da região de São José do Rio Preto e beneficiam 5.000 trabalhadores do setor.

Para o secretário-geral da Fequimfar, a federação dos químicos paulistas, Sérgio Luiz Leite, o acordo vai servir de referência para as negociações salariais nas outras 11 regiões do interior, onde há pelo menos 20 mil trabalhadores. A campanha envolve os empregados de 74 usinas e destilarias do Estado de São Paulo representados por 12 sindicatos dos trabalhadores desse setor.

Em 2006, o reajuste na região foi 11%, com aumento real ainda maior, entre 7% e 11%. **(CLAUDIA ROLLI)**

Petrobras quer banda de preço para o álcool – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/06/2007

DA SUCURSAL DO RIO

O principal entrave para a exportação de grandes volumes de álcool para o Japão e outros países é a falta de um mercado internacional do produto, que seja capaz de definir seus preços, avaliou ontem o diretor financeiro da Petrobras, Almir Barbassa. Diante de tal dificuldade, diz, a estatal negocia com clientes japoneses e produtores locais a possibilidade da criação de "uma banda" de oscilação de preço do álcool. Ou seja, haverá um teto e um piso.

Segundo Barbassa, os japoneses querem firmar contratos de 10 a 20 anos e a maior dificuldade é estabelecer fórmula de preço para um período tão longo. Pelo modelo em análise preliminar, os produtores de álcool teriam um piso garantido de preço, mas abririam mão de ganhar mais nos momentos de alta do produto -geralmente na entressafra.

"Uma coisa é você vender uma carga de álcool, outra coisa é vender por 10 ou 15 anos. Um dos itens mais complexos para modelagem do negócio é determinar uma forma de preço para vigorar no longo prazo sem prejudicar o produtor e o comprador", disse Barbassa.

A meta da Petrobras para o setor é ambiciosa: estima exportações de 3,5 bilhões de litros de álcool anuais em 2011. No ano passado, a produção total do Brasil foi de 16 bilhões de litros do produto.

De acordo com Barbassa, a estatal estuda ainda a possibilidade de investir minoritariamente em usinas de álcool.

O objetivo é assegurar a qualidade do produto e as boas práticas no setor -afetado até hoje por trabalho análogo ao escravo ou degradante. (PS)

SP pode ter 1ª greve geral de cortadores de cana em 21 anos – Jorge Soufen Jr. – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/06/2007

Trabalhadores reivindicam reajuste, carga horária máxima de 30 horas semanais e pagamento por metro, em vez de por tonelada

Última paralisação com pauta unificada aconteceu em 1986; Unica, associação que representa os produtores, não comenta

Entraves na negociação salarial com usineiros ameaçam levar 120 mil cortadores de cana do Estado, o equivalente a 70% do total, a iniciar uma greve geral. O alerta é da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo). A última greve geral de bóias-frias, com pauta unificada, aconteceu em 1986, começando por Leme e se espalhando por todas as regiões canavieiras do Estado. A mais famosa ocorreu dois anos antes, começando em Guariba. Em todos os anos, há paralisações descentralizadas, a maioria motivada por reivindicações pontuais. Ontem, parte dos trabalhadores da usina Santa Cruz, de Américo Brasiliense, aderiu ao movimento grevista, elevando para três o número de usinas cujos cortadores estão de braços cruzados. A Folha encontrou 150 trabalhadores da usina andando no meio do canavial, jogando baralho e dominó ou chupando cana. Eles disseram que só voltam ao trabalho se a usina elevar o salário deles.

Já estavam paradas as usinas Zanin, de Araraquara, e São Francisco, de Sertãozinho. Juntas, as três usinas têm cerca de 2.500 trabalhadores parados, segundo a Feraesp, ou menos de 2% dos 170 mil trabalhadores do Estado. As usinas calculam em menos de 500 cortadores parados.

Estado de greve

Outras três usinas entraram em estado de greve ontem, segundo a Feraesp: Santa Adelaide, de Dois Córregos; Ruete, de Catanduva; e Serra, de Ibaté. Élio Neves, presidente da Feraesp, prevê novas paralisações para esta semana. "Se não houver um processo de negociação estadual urgente que traga nivelamento do salário e das

condições de trabalho para melhor, não por baixo, a tendência é a categoria paralisar o setor."

A Feraesp, ligada à CUT, reivindica piso de R\$ 1.600 (hoje é, em média, R\$ 450), carga horária máxima de 30 horas semanais (hoje é em torno de 44), fim do pagamento por tonelada cortada (querem por metro), assistência médica e social, horário de descanso e refeições, mais segurança no trabalho e no transporte.

A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) informou que não comentaria o assunto.

Todo o gás para a agricultura - Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 06/05/2007

Aumento do uso de biocombustíveis no mundo impulsiona exportações de grãos brasileiros

O aumento mundial do uso de biocombustíveis começa a afetar fortemente a agricultura brasileira — e para o bem. O fenômeno não é apenas sentido na exportação de álcool, que cresceu 108% nos primeiros quatro meses deste ano, sobre igual período do ano passado, atingindo US\$ 490 milhões em receita. O milho também está sendo beneficiado. As vendas externas do grão cresceram 313,5% no primeiro quadrimestre, para US\$ 260 milhões. As culturas da soja — da qual o Brasil é o maior exportador e o segundo maior produtor do planeta — e do algodão são as próximas a sentirem o impacto, segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Isso ocorre porque os Estados Unidos estão ampliando o uso do milho para produção de etanol, o que eleva seu preço internacional e aquece a procura pelo produto brasileiro.

Essa situação é aliada a uma safra recorde de milho no Brasil. Segundo dados divulgados ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o segmento terá o maior crescimento entre as culturas, estimado em 19,2% no ano (de 42,5 milhões de toneladas em 2006 para 50,7 milhões de toneladas).

— A questão energética dos Estados Unidos ainda vai ter impactos por um bom tempo na agricultura brasileira, pois eles têm toda a área agricultável utilizada e qualquer expansão de uma cultura significa redução de outra, como soja e algodão, com forte impacto no mercado mundial — afirmou Antônio Donizetti Beraldo, assessor técnico da CNA.

A entidade alerta que, a longo prazo, isso pode ter efeitos nocivos para a economia brasileira — em última análise, há risco de aumentar o custo da ração para a produção de aves e suínos. Mas, em geral, o país tende a ganhar: seja com o álcool, seja com as outras culturas.

O setor de cana já está em franca expansão.

A expectativa do Ministério da Agricultura é que a produção cresça 11,2%, passando a 527,98 milhões de toneladas na próxima safra — 468,15 milhões destinadas ao setor sucroalcooleiro.

A área plantada também cresceu 500 mil hectares, para 6,62 milhões (7,4%). Com isso, a produção de álcool passará de 17,4 bilhões de litros para 20,4 bilhões de litros.

PIB agrícola deve crescer 3%, com exportação maior

As outras culturas que tendem a ser prejudicadas nos EUA também estão crescendo no Brasil. A expectativa é que a produção de soja cresça 8,62%, alcançando 58 milhões de toneladas, segundo a Conab. As vendas do grão e seus derivados ao exterior já cresceram 11,3% no primeiro quadrimestre e atingiram US\$ 2,8 bilhões. Até o momento, a quantidade exportada caiu 3,1%, mas os preços acabaram subindo 14,9%. O mesmo ocorre com o algodão, que tende a perder espaço nos EUA. A produção brasileira deve saltar 35,9%, alcançando 2,3 milhões de toneladas este ano.

A expectativa da entidade é que as exportações agropecuárias somem US\$ 55 bilhões este ano, com aumento de 11,3% sobre os US\$ 49,4 bilhões vendidos ao exterior em 2006. Isso deve gerar saldo recorde de US\$ 47,4 bilhões, uma alta de 11% em relação ao ano passado.

Esse aumento das exportações vai se refletir no PIB da agricultura, que deve crescer 3% no ano. Levando em conta só a produção agropecuária (sem insumos e agroindústria), o PIB já se expandiu 1,49% no primeiro trimestre — 1,7% na agricultura e 1,22% na pecuária. O agronegócio em geral subiu 0,7%. A expectativa da CNA é que o valor bruto da produção agropecuária de 2007 chegue a R\$ 197,7 bilhões.

Apesar do bom momento, os produtores reclamam.

Segundo a CNA, os preços em dólares dos produtos brasileiros de exportação subiram mais de 12% no último ano. Mas os agricultores afirmam que esse faturamento maior não se traduz em aumento de renda do produtor, pois o preço dos insumos — 60% deles atrelados ao dólar — não cai na mesma velocidade da moeda americana. Isso porque, segundo Ricardo Cotta Ferreira, superintendente técnico da CNA, o mercado hoje é oligopolizado: — O aumento dos preços internacionais está amenizando o efeito da queda do dólar, mas o produtor está tendo menos renda, pois o custo dos insumos está aumentando.

Mas a Conab tem boas previsões para o setor.

Segundo estudo apresentado ontem, a produção de grãos deve crescer 8,1% sobre a colheita de 2005/2006. A soja continua sendo o principal produto agrícola brasileiro. A safra, prevê a Conab, passará de 53,41 milhões de toneladas para 58,02 milhões de toneladas, uma alta de 8,6%.

Sobre os esforços necessários para colocar o Brasil na liderança da produção de etanol, a ministra-chefe da casa Civil, Dilma Rousseff, disse ontem que o país está investindo R\$ 400 milhões no desenvolvimento da segunda geração do combustível, o etanol derivado da celulose, com R\$ 150 milhões da Petrobras.

— E isso tende a ser ampliado, não só com recursos do governo, mas também com mais dinheiro da Petrobras — disse a ministra, lembrando ainda do acordo de cooperação firmado entre Brasil e EUA para o desenvolvimento de novas tecnologias para o etanol

Etanol, negócio para ricos e famosos - Eliane Oliveira, Patrícia Duarte e Aguinaldo Novo
– O Globo – Economia – 07/06/2007

Estrelas da economia e do esporte investem no setor

BRASÍLIA e SÃO PAULO Afebre mundial do etanol — que deverá virar commodity em um horizonte de cinco anos — está mobilizando os planos de investimento de figurões brasileiros e estrangeiros, que se antecipam para lucrar com o processo de substituição do petróleo como principal combustível da economia internacional. Personalidades do esporte, do mercado financeiro e até ex-membros do governo estão mergulhando nas oportunidades, comprando terras — que atingiram preços históricos em abril —, formando fundos de investimento e participações e montando consultorias.

Os novos — ou renovados — investidores são estrelas principalmente do noticiário econômico. Do Banco Central vêm dois ex-presidentes: Gustavo Franco e Armínio Fraga.

O ex-chefe deste último, o megainvestidor húngaro naturalizado americano George Soros, olha com lupa esse mercado. A Adeco, empresa da qual é acionista, investe em usinas em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. O leque inclui nomes guardados em segredo, como os membros de um grupo recente, capitaneado pelo ex-presidente da Associação de Promoção das Exportações (Apex), Juan Quirós. Ex-ministros, como Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento — que, ao sair da quarentena, comprará participações — e Roberto Rodrigues, da Agricultura, que é produtor há 35 anos e tem prestado consultoria, também integram o time.

Há ainda o ex-presidente da Petrobras Henri Phillippe Reichstul, líder de um megafundo de investimentos que teria US\$ 2 bilhões destinados ao etanol.

Outra figura de peso é o todo-poderoso da AmBev, Jorge Paulo Lemann, segundo homem mais rico do Brasil. No mercado, circulam ainda rumores de que Naji Nahas — um dos símbolos da especulação nacional — estuda projetos na área. Uns dizem que teria comprado terras, com parceiros, no Piauí.

Outros afirmam que ele está interessado no mercado, mas, a exemplo de Lemann, prefere esperar a consolidação dos primeiros grandes negócios.

Os investidores dão preferência por parcerias com quem já está instalado, pois são considerados ativos importantes o conhecimento tecnológico de toda a cadeia produtiva, desde as terras ideais e o tipo de cana a ser plantada à fabricação e à distribuição de álcool. Os dois últimos segmentos são os mais atrativos, disseram técnicos do governo. Nessa situação, enquadrase Fraga, interessado em comprar 15% de uma usina em São Paulo.

— Este é o mercado do futuro — afirma o presidente da Ethanol Trading, Roberto Giannetti da Fonseca, ex-secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

O lucro prometido também atraiu o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity.

Segundo informações de mercado, Dantas tem um projeto para exportação de etanol que dependeria ainda de possíveis parceiros. A ambição do banqueiro pode ser medida pela recente compra de uma área superior a cem mil hectares no Sul do Pará, perto da ferrovia de Carajás.

Assessores dizem que a terra — propícia para o cultivo da cana — seria usada para pecuária de “alto rendimento”.

— Ele está de olho no etanol, mas não lá (Pará) — disse um assessor.

O empresário e ex-piloto de Fórmula 1 Emerson Fittipaldi, que entre o fim dos anos 70 e início dos 80 montou a equipe Copersucar, trabalha há cerca de dois anos num projeto para instalação de uma usina na região de Uberlândia (MG).

Um assessor do empresário diz que Fittipaldi conta com a parceria de “grupos fortes” (o mercado fala em americanos) para um projeto volumoso.

Em processo mais adiantado estão os empresários e pecuaristas Alexandre Grendene (da área de calçados) e Jonas Barcellos (da Brasif, ex-dona dos free shops brasileiros), que se uniram há dois posanos num projeto avaliado em cerca de R\$ 200 milhões para a instalação de uma usina de açúcar e álcool e o plantio de 15 mil hectares de cana em Valparaíso (SP).

A usina, prevista para entrar em operação em 2008, deverá ser uma das maiores da região Noroeste paulista — que já concentra outras 40. Grendene comprou uma fazenda na Bahia e está mandando para lá boa parte do gado de São Paulo. No lugar das antigas pastagens, passou a plantar cana.

Os fundos de private equity são outro caminho. A Rio Bravo, de Franco, pretende lançar em setembro um fundo de R\$ 100 milhões para investir em empresas com perfil ambiental, e, aí, destacam-se as do setor de etanol. Quirós afirma que seu grupo estará voltado exclusivamente à exportação. Ele diz, porém, que no país há grandes investimentos para produção de etanol e poucos para infra-estrutura e pesquisa.

— Em cinco anos, o etanol será uma commodity mundial.

Quem estiver mais próximo do centro de logística e distribuição terá sucesso — diz ele.

Roberto Rodrigues diz ter defendido a criação de um programa voltado para o etanol em 1973, em documento enviado ao então presidente Ernesto Geisel, antes mesmo da criação do Proálcool. Ao deixar o Ministério da Agricultura, ele se uniu a Jeb Bush — irmão do presidente dos EUA —, ao presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luiz Alberto Moreno, e ao ex-primeiro-ministro do Japão Junichiro Koizumi, com o objetivo de difundir o uso do etanol no mundo: — Sempre considere um absurdo a humanidade ter construído uma civilização inteira em cima de um produto fóssil, finito e mal distribuído no planeta (o petróleo) — diz, acrescentando que cinco fatores atraem investidores ao Brasil: terra, água, sol, tecnologia e mão-de-obra: — O que falta é o capital.

Ou faltava. Na avaliação de interessados, já há bastante dinheiro, mas poucas propostas. Estima-se que só os fundos internacionais tenham cerca de US\$ 15 bilhões para investir.

“Quem estiver mais próximo do centro de logística e distribuição terá sucesso”

JUAN QUIRÓS

Ex-presidente da Associação de Promoção das Exportações

LEMANN (no alto) e Nahas (acima) estariam à espera de consolidação no setor. Dantas (abaixo) tem interesse e Fittipaldi já é investidor

EX-PRESIDENTES do BC, Fraga (no alto) e Franco (acima) aderiram ao setor. Os empresários Barcellos (abaixo) e Grendene se uniram

Petrobras: R\$ 808 milhões para energia renovável – Ramona Ordoñez - O Globo – Economia - 13/06/2007

Investimento em esporte sobe 145%

A Petrobras vai investir este ano R\$ 808,4 milhões em projetos de fontes de energia renováveis, um dos maiores já feitos pela companhia.

O investimento total da empresa em 2007 será de R\$ 40 bilhões. Segundo o diretor Financeiro da Petrobras, Almir Barbassa — que apresentou ontem o balanço social e ambiental relativo a 2006 —, a maior parte desses recursos será usada na construção de três usinas de biodiesel (Ceará, Bahia e Minas Gerais).

A meta da Petrobras para 2011 é oferecer no mercado um total de 855 milhões de litros por ano de biodiesel.

Outra meta é exportar cerca de 3,5 bilhões de litros por ano de álcool.

O diretor reafirmou a intenção de a Petrobras participar da produção de álcool para exportação.

Segundo ele, a participação seria mínima, com o objetivo de criar um selo de qualidade do produto: — Essa participação seria justamente para garantir a qualidade exigida pelo Japão — explicou.

Em projetos ambientais, a Petrobras investiu R\$ 1,4 bilhão no ano passado, 16% a mais do que o R\$ 1,2 bilhão de 2005. Segundo a empresa, foram 171 mil toneladas de carbono equivalente que deixaram de ser emitidas no ano passado.

No programa Fome Zero, do governo federal, a Petrobras já colocou, desde 2003, R\$ 385,7 milhões, dos quais R\$ 175 milhões no ano passado. O programa beneficiou um total de 10,7 milhões de pessoas.

Na cultura, a estatal aumentou os investimentos em 2,7%, de R\$ 244,4 milhões para R\$ 251 milhões, aplicando em projetos como cinema, música e teatro. Nos esportes, os investimentos (boa parte para Fórmula 1) foram de R\$ 58,1 milhões, contra R\$ 23,7 milhões, um aumento de 145%. (Ramona Ordoñez)

Movida a biocombustíveis – Flávia Oliveira - O Globo – Negócios e Cia – 13/06/2007

As estimativas do IBGE para a safra deste ano — um recorde histórico de 135,1 milhões de toneladas — não deixam dúvidas sobre o impacto dos biocombustíveis no agronegócio brasileiro.

As condições climáticas favoráveis são fundamentais para a expansão de 15,5% na produção diante do aumento de apenas 0,2% da área plantada, salienta Flavio Bolliger, coordenador de Agropecuária do instituto.

Mas somente a febre por etanol e biodiesel explicam o salto de 11% na produção de cana-de-açúcar e soja sobre 2006, de até 43% no milho (2 asafra) e de 50% na mamona.

A colheita da cana terá um acréscimo de 57 milhões de toneladas este ano sobre os 513 milhões de 2003.

Os produtores vão colher 52,9 milhões de toneladas de milho e 58,4 milhões de soja. Tudo na esteira do aumento da demanda pelo primeiro e da redução da área plantada da segunda nos EUA, conta Bolliger.

Outro sinal da força dos biocombustíveis está na segunda edição do “Anuário Exame de Negócios”, que chega às bancas amanhã.

A publicação pesquisou as 500 maiores empresas do agronegócio nacional. Elas venderam cerca de R\$ 400 bilhões e lucraram R\$ 8 bilhões em 2006. Das 20 que mais

cresceram, oito estão no mercado de açúcar e álcool. O setor também foi o campeão de exportações no anuário: vendeu o equivalente a R\$ 9,1 bilhões no exterior.

Cana faz preço da terra superar nível dos "anos da soja" no país - Cibelle Bouças e Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócio - 01/06/2007

O crescimento da procura por áreas para o plantio de cana, acelerado desde o fim de 2006 sobretudo nas regiões Sudeste e Nordeste, confirmou as expectativas e tirou os preços médios das terras agropecuárias do país da estagnação. Com o apetite expansionista dos usineiros, os preços atuais já superam o patamar médio de 2004, último ano do mais recente ciclo de valorização, puxado pelo avanço da soja principalmente no Centro-Oeste.

Levantamento do Instituto FNP mostra que, nos últimos 12 meses até o bimestre março-abril deste ano, as terras destinadas a plantios ou criações subiram, em média, 11,64% no Brasil, com acentuada valorização no quadrimestre final do intervalo. Descontada a inflação - o instituto trabalha com 4,77% para o período -, a alta média cai para 7%, ainda considerado um percentual firme. Já nos últimos 36 meses, os cálculos apontam para um ganho absoluto de 2,03%, o que resulta em queda de 4% uma vez descontada a inflação.

"De uma maneira geral, observamos quedas na maior parte das regiões do país nos últimos dois anos. Mas São Paulo, graças à cana e à boa infra-estrutura que tem, registrou valorização média. Ela se acentuou nos últimos meses, mas acredito que nas tradicionais regiões canavieiras paulista, como Ribeirão Preto, os preços tenham alcançado um limite. É difícil prever o futuro desse mercado, mas há espaço para aumentos em regiões menos tradicionais do próprio Estado, onde a cana está chegando agora", afirma Jacqueline Bierhals, analista do Instituto FNP.

Nos últimos 12 meses, mostra o estudo, houve valorizações absolutas médias de terras em todos os Estados do país - mas seis deles, descontada a inflação, não tiveram ganhos reais -, com destaque para Rio de Janeiro (26%, em média, graças à cana), Espírito Santo (25,3%, em razão da cafeicultura) e São Paulo (16,5%). E os negócios, segundo Jacqueline, estão saindo. "Normalmente a expansão da cana é equilibrada. Parte das terras para plantio é comprada, parte é arrendada e parte fica com os fornecedores das usinas. Por isso também é difícil prever os limites das valorizações".

Em São Paulo, onde a cana já ocupa nesta safra 3,452 milhões de hectares (52% do plantio brasileiro), a expansão da cultura tem se dado principalmente rumo à região oeste do Estado, com arrendamento e aquisição de terras, e mesmo por meio de contratação de produção, observa Carlos Moraes Toledo, presidente da União dos Produtores de Bionergia (Udop), que reúne 55 usinas sucroalcooleiras do oeste paulista. "Hoje, no oeste paulista, a cana ocupa apenas 15% da área e é uma região tradicionalmente voltada à pecuária. A expansão das lavouras levará mais alguns anos nessa região", afirma.

Um levantamento realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo confirma tal avaliação. O estudo, feito com base no preço absoluto pago pelas terras paulistas ano a ano, revela que o preço de terras para pastagem tiveram aumentos mais significativos do que as chamadas "terras de culturas de primeira" e "de segunda", utilizadas tradicionalmente para o plantio de grãos e culturas perenes.

Entre 2001 e 2006, o preço médio da terra para pastagem subiu 18,23% por ano em todo no Estado, ante aumento de 17,2% a 17,3% de outras áreas. Em microrregiões do

oeste do Estado, o aumento nos preços das terras de pastagens foram mais significativos, com valorização média de 20,19% em Araçatuba, 22,98% em Bauru, 17,44% em Barretos e 26,89% em Ribeirão Preto. Em todas as microrregiões, as terras de primeira e segunda tiveram incrementos menores.

Felipe Pires de Camargo, engenheiro agrônomo e pesquisador do IEA, observa que o aumento de preços nos últimos três anos deveu-se à expansão da cana, mas em anos anteriores também deveu-se ao desenvolvimento de outras culturas altamente tecnificadas, como citros e café. "Mesmo onde não há cana, mas o clima e o solo são favoráveis à adoção da cultura, as terras se valorizaram, apenas pelo potencial de venda", observa. De acordo com o estudo, o valor médio da terra no Estado quase triplicou entre 1995 e 2006, passando de uma média de R\$ 3.899,54 por hectare para R\$ 10.128,12, no caso de terras de primeira qualidade. O incremento mais expressivo se deu nos últimos cinco anos, com um aumento médio de 17,22% ao ano.

Conab prevê safra "alcooleira" recorde – Valor Econômico – Agronegócio - 01/06/2007

Em seu primeiro levantamento da safra 2007/08 de cana-de-açúcar, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou uma produção brasileira recorde de 527,977 milhões de toneladas, 11,2% mais que na safra anterior. Do total, 461,63 milhões (ou 87,4%) serão cultivadas na região centro-sul e o restante (66,34 milhões), no Norte e Nordeste.

A estimativa ficou bem acima das previsões feitas por consultorias e entidades do setor. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) estima que a produção no centro-sul ficará em 420 milhões de toneladas - mesma previsão feita pela Job Economia e Planejamento. A consultoria Datagro prevê rendimento ainda menor, de 415 milhões na região, considerando a perda de produtividade causada pela seca que afetou o brotamento das soqueiras e em 2006 e o excesso de chuvas e pouca luminosidade, que afetou o desenvolvimento da cana nas lavouras nos primeiros meses deste ano.

A maior discrepância refere-se às regiões Norte e Nordeste, onde a Conab prevê uma produção total de 66,34 milhões de toneladas, com as maiores expansões de produção no Ceará (de 20%), Tocantins (15,5%), Amazonas (10,9%) e na Paraíba (10,9%). As consultorias estimam um volume bem inferior, entre 58 milhões a 60 milhões de toneladas.

De acordo com o levantamento da Conab, de toda a cana a ser esmagada pelo setor sucroalcooleiro, 59,41% serão processadas por usinas de São Paulo. O Paraná, Estado que ampliou a área plantada em 25% e deve colher 32,3% mais neste ciclo, chegando a 45,162 milhões de toneladas, processará 8,97% da safra brasileira. O restante será esmagado em Minas (7,85%), Alagoas (5,26%), Goiás (4,24%) e Pernambuco (3,5%).

Em todo o país, 50,53% da cana será destinada à produção de álcool, que deve aumentar 14,54% neste ciclo, para 20,01 bilhões de litros. Do total, 53,11% serão de álcool hidratado, voltado a atender a frota brasileira de veículos flex. A produção nacional de açúcar deverá crescer 3,6%, para 31,31 milhões de toneladas.

Ver mais em www.conab.gov.br

Para se manter competitivas, usinas pequenas investem em ampliações - Cibelle

Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 04/06/2007

A Usina Ferrari, de Pirassununga (SP), iniciou um programa de investimentos de R\$ 100 milhões para dobrar a sua capacidade produtiva e fazer a co-geração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar. A empresa obteve financiamento de R\$ 60 milhões do BNDES para ampliar o processamento de cana de 1 milhão de toneladas para 2 milhões até a safra 2008/09. Para os anos seguintes, a meta é chegar a 7 milhões de toneladas de cana por ano, segundo Antônio Carlos Previte, diretor-financeiro da Usina Ferrari.

A empresa também se transformou em sociedade anônima, para facilitar a formação de joint ventures com outras usinas. "Com a chegada de grandes grupos, as pequenas usinas terão que aumentar a produção e se unir para se conseguirem contratos mais rentáveis e se manterem competitivas", diz Previte.

A Usina Ipiranga, de Mococa (SP), também fez investimentos - cujo valor é mantido em sigilo - em uma nova usina para dobrar a sua capacidade produtiva, hoje de 1,8 milhão de toneladas. A empresa tem duas unidades, em Mococa e Descalvado (SP).

De acordo com Leopoldo Titoto, diretor da Ipiranga, a usina iniciará nesta safra as operações na nova unidade, com capacidade para moer 1,5 milhão de toneladas de cana por ano, localizada em Iacanga (SP). No primeiro ano, a unidade vai processar 600 mil toneladas, alcançando a capacidade total na safra seguinte.

A empresa, que é limitada, também pretende abrir capital. "As escalas de produção estão modificando. Hoje uma usina que processa 4 milhões de toneladas é grande, mas logo será considerada média ou pequena. E nessa competição, é melhor ser um consolidador que um consolidado", afirma.

"Como ocorre com outras commodities, a tendência é ter grupos cada vez maiores, o que está obrigando todos a crescerem mais rapidamente", reitera José Carlos Toledo, presidente da União dos Produtores de Bioenergia (Udop), que reúne 55 usinas do oeste paulista. O grupo produziu 105 milhões de toneladas de cana na safra passada e elevou o volume para 125 milhões de toneladas na safra atual.

Preocupadas com o processo de consolidação no setor sucroalcooleiro e com a chegada de multinacionais, usinas de pequeno e médio portes como a Ipiranga e a Ferrari têm investido na ampliação de área e na co-geração de energia, para se manterem competitivas - e até atraentes para futuras aquisições, observa Gustavo Correia, sócio da consultoria F&G Agro. "São detalhes que tornam a usina mais atrativa para aquisições e também mais competitiva caso haja interesse da empresa em se manter no mercado", afirma.

Correia observa que muitas usinas realizaram investimentos em ampliação, mas não fizeram mudanças administrativas e, no atual ciclo de baixa nos preços internacionais do açúcar, ficarão mais vulneráveis a aquisições. "Principalmente as empresas pequenas precisam ser eficientes e rentáveis, para ter mais acesso a financiamentos nos ciclos de baixa, como o atual", afirma.

Petrobras considera ampliar ainda mais negócios com etanol - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 06/06/2007

Já com forte presença na distribuição e planos ambiciosos para transporte e produção de álcool no país, a Petrobras caminha a passos largos para se consolidar como um dos principais players do "novo" mercado global do combustível que começa a se formar.

Ontem, no segundo e último dia do seminário Ethanol Summit, em São Paulo, a estatal voltou a sinalizar que seu apetite é grande e que a influência que pretende ter no segmento não é pequena. Atenta às demandas da iniciativa privada, seu braço de logística, a Transpetro, confirmou que tem interesse em construir outro alcooduto além dos que já anunciou, desta feita em parceria com os usineiros.

"Hoje o mundo é feito de parcerias. Temos que discutir o que é melhor para o país", afirmou Sérgio Machado, presidente da Transpetro. Segundo ele, hoje os custos logísticos para levar o álcool das usinas aos portos dos EUA e da Ásia correspondem a 20% e 30%, respectivamente, do custo total do etanol. E, para que o Brasil seja mais competitivo, disse, é preciso reduzir esse percentual para 10%.

Num horizonte de maior competitividade brasileira e adoção do uso do etanol em mercados importantes como o Japão, a Transpetro visa elevar o volume de embarques de etanol dos atuais 500 milhões de litros por ano para 12 bilhões até 2015, sendo que já há capacidade para 2 bilhões de litros. Para isso, já definiu projetos que exigirão investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões em alcoodutos, considerados vitais para conferir segurança aos importadores.

Um deles, em obras, escoará etanol desde Goiás até o porto de São Sebastião (SP). Outro, com 900 quilômetros, ligará Campo Grande (MS) ao porto de Paranaguá (PR). A Transpetro também estuda mais dois dutos, para as regiões Nordeste e Sul do país.

O horizonte delineado pela estatal é até mais otimista que o traçado por muitas usinas. Diogo Galhardo, diretor de operações da Coopersucar, por exemplo, acredita que o país exportará 9 bilhões de litros a partir da safra 2012/13. A cooperativa faz parte de um grupo de usinas, liderado pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), que planeja instalar seu próprio alcooduto, ligando Paulínia ao porto de São Sebastião. A meta é exportar 5 bilhões de litros de álcool em uma primeira fase, para chegar posteriormente a 10 bilhões. O aporte previsto é de US\$ 450 milhões a US\$ 500 milhões.

Galhardo e outros usineiros disseram, porém, que não têm interesse em parceria com a Transpetro, porque não querem ficar reféns da empresa. Conforme Galhardo, com o alcooduto próprio as usinas paulistas poderão reduzir o custo de exportação em 40%, para US\$ 30 por metros cúbico. "Financiamento é bem vindo, mas não queremos ligação com o governo", afirmou o dirigente.

Mas, como ressaltou Paulo Fleury, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as exportações brasileiras de etanol também são limitadas pelos portos. Hoje Santos concentra os embarques, e sem investimentos em alternativas as vendas ao exterior dificilmente superarão 4 bilhões de litros.

Adecoagro, de Soros, começa a construir primeira usina - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 06/06/2007

A Adecoagro, empresa argentina do setor de agroenergia e alimentos cujo principal acionista é o megainvestidor George Soros, inicia neste mês a construção da primeira de suas três usinas de álcool no Mato Grosso do Sul (MS). A unidade, localizada em Ivinhema, deverá começar a operar em 2008. A expectativa de produção é de 70 milhões de litros anuais, passando para uma capacidade final de 300 milhões de litros anuais por unidade até 2013. O projeto das três usinas no Estado prevê investimentos de US\$ 900 milhões e deve ser finalizado em cinco anos.

É a primeira investida em etanol realizada por Soros, cujo "core business" se caracterizou nos últimos anos em movimentações no mercado financeiro. Em São Paulo, onde participou do Ethanol Summit, ele disse apostar nesse mercado e fez questão de frisar: "Estou colocando em etanol dinheiro pessoal, não tem nada a ver com o meu fundo de investimentos que há anos tem negócios no Brasil". Soros não revela quanto do investimento total refere-se à sua parte. Diz apenas que é uma quantia "substancial".

Criada em 2002 e inicialmente atuando apenas no mercado pecuário argentino, a Adecoagro chegou ao Brasil em 2004, com a compra de três fazendas na Bahia e em Tocantins. Em 2005, o grupo entrou no setor de agroenergia com a aquisição da Usina Monte Alegre (MG), que produz 30 milhões de litros de etanol e 80 mil toneladas de açúcar por ano. Segundo a empresa, as usinas do MS levarão a receita anual do grupo de US\$ 125 milhões para US\$ 600 milhões em oito anos.

Embora acredite que o etanol terá lugar garantido no futuro, dada a necessidade de combustíveis limpos, Soros prevê obstáculos à expansão do setor brasileiro devido às tarifas "proibitivas" de importação nos EUA e na União Européia. "Há um paradoxo no etanol. Existe um excesso de oferta no Brasil quando existe um apetite enorme por biocombustíveis no resto do mundo. Há algo errado nisso e deve haver mudanças nas políticas dos países desenvolvidos", disse. Os EUA, que fabricam etanol a partir do milho, impõem tarifa de importação de US\$ 0,54 por galão (de 3,785 litros) sobre o etanol brasileiro. Já a União Européia aplica uma tarifa de US\$ 0,19.

Segundo Soros, o Brasil, maior produtor mundial de álcool feito à base de cana-de-açúcar, precisa de um mercado de exportação maior para manter a atratividade nos investimentos em usinas. "A menos que os países desenvolvidos se abram, haverá sobreoferta de álcool". No atual ano-safra, as usinas brasileiras processarão o recorde de 20 bilhões de litros de álcool, segundo o Ministério da Agricultura.

"Sou um especulador", disse o investidor. "Há muitos problemas que precisamos solucionar para tornar os investimentos em etanol realmente viáveis".

Aportes no RJ chegarão a R\$ 1 bilhão até 2011 – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 06/06/2007

O Estado do Rio de Janeiro, que hoje responde por 85% da produção brasileira de petróleo, busca atingir a auto-suficiência na produção de etanol. Para tanto, o Estado vai receber, até 2011, investimentos de R\$ 1 bilhão entre recursos privados e públicos, para ampliação do plantio de cana-de-açúcar, melhoria de infra-estrutura e instalação de novas usinas. De acordo com Joaquim Levy, secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, a meta do Estado é triplicar a produção de cana até 2011, ante a produção atual de 5 milhões de toneladas por ano.

Christiano Áureo, secretário de Agricultura do Estado, disse ao Valor que, do total dos investimentos, R\$ 350 milhões serão aportados pelo setor privado para aumentar a área plantada dos atuais 127 mil hectares para 227 mil até 2011. Outros R\$ 150 milhões já vêm sendo aplicados pelo governo estadual para recuperar a rede de canais de drenagem e irrigação existentes na região norte do Estado. E cerca de R\$ 500 milhões serão investidos no aumento de capacidade produtiva das oito usinas já em operação e na construção de outras quatro - que serão instaladas Quissamã, Campos, São Francisco do Itapirama e Bom Jesus do Itapirama, todas na região norte do Estado, onde se concentra a produção canavieira.

"O pólo canavieiro fica a 200 quilômetros da capital e a 50 quilômetros do porto do Açú. A meta é tornar o Estado auto-suficiente em álcool hidratado, ou destinar parte da produção à exportação, dependendo das condições de câmbio no futuro", afirmou o secretário. O porto do Açú está sendo implantado em São João da Barra, norte do Estado, pelas empresas MMX e a inglesa Anglo American, e deve operar a partir de 2009.

Segundo Áureo, hoje o Estado produz 250 milhões de litros de álcool, entre anidro e hidratado. Conforme Levy, esse volume equivale a 70% do álcool hidratado que o Estado consome, e 10% do anidro que utiliza. "A meta é triplicar a produção de etanol, o que será alcançado com investimento privado", afirmou Levy. Ao todo, os investimentos previstos para a área de energia no Rio de Janeiro chegam a US\$ 20 bilhões, entre projetos de geração de energia elétrica, refinarias de petróleo, produção de energia nuclear, entre outras. Os secretários participaram do seminário Ethanol Summit, encerrado ontem em São Paulo. **(CB)**

Itochu no álcool – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 08/06/2007

A trading japonesa Itochu e a Petrobras assinam hoje acordo para a produção de etanol no Brasil, para exportação ao Japão a partir de 2010, informou a Dow Jones Newswires. As empresas plantarão cana e construirão de cinco a sete usinas em Pernambuco, para produzir 270 mil metros cúbicos de etanol por ano. A expectativa é gerar R\$ 2,1 bilhões de receita/ano.

Algodyne no Brasil – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 08/06/2007

A americana AlgoDyne Ethanol Energy, focada em energias renováveis, vai instalar uma subsidiária no Brasil para prospectar negócios com bioquerosene de algas. Segundo a agência Reuters, a empresa estuda fazer joint ventures com grupos brasileiros. A AlgoDyne também instalará um viveiro de mudas de pinhão-mansinho no país e uma planta-piloto para produção de etanol a partir de algas.

Grupo de empresários investe em usina no PR - Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 08/06/2007

Em busca de diversificação, um grupo de 26 sócios que reúne empresários dos segmentos de avicultura, pecuária, suco, hotelaria e construção civil, está investindo US\$ 140 milhões na construção de uma usina de álcool e açúcar, a Brazcana Agroindustrial, no município de Paranaíba, no noroeste paranaense.

Além da oportunidade de diversificação, afirma Edmar Arruda, presidente da Brazcana, o que levou um grupo tão heterogêneo a unir forças e investir no ramo sucroalcooleiro foi a perspectiva de aumento na demanda por etanol tanto nos Estados Unidos, que estão incentivando a ampliação da utilização de combustíveis renováveis, quanto no Brasil, onde 85% dos carros novos vendidos já são flexfuel e podem rodar com gasolina ou álcool.

A maior acionista da Brazcana é a paranaense Globoaves, com sede em Cascavel, que atua na produção de pintos de corte de um dia e em sociedade com outras empresas no abate de frango. A participação da Globoaves na usina é de 17%. "Estamos focados em carne de frango e vamos continuar crescendo nesse segmento. Mas existe um 'boom' de energia. Por que não entrar nele?", indaga o diretor da Globoaves, Roberto Kafer, que é vice-presidente da Brazcana.

Outra empresa do segmento avícola, a Avícola Felipe, de Paranaíba, terá participação de 10% na Brazcana. Edmar Arruda, que também atua na área - tem sociedade com a Globoaves na Frangobras, em Campo Mourão -, terá 10%. O restante está dividido entre os demais acionistas.

Conforme Arruda, em uma primeira fase, a usina vai moer 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano para produzir álcool. A previsão é que as operações tenham início em 2010, também com co-geração de energia elétrica a partir do bagaço. A partir de 2014, a moagem deverá aumentar para 3 milhões de toneladas por ano, com parte já destinada também à produção de açúcar. "O projeto é moer 4 milhões de toneladas de cana a partir de 2015, com 70% do volume destinado ao álcool e 30% ao açúcar", diz o executivo.

Na primeira fase do projeto, a cana para processamento será fornecida pelos pecuaristas sócios da usina. Segundo o presidente da Brazcana, serão utilizadas áreas de pastagens para o plantio da cana-de-açúcar, num total de 13 mil hectares. "Existem 100 mil hectares de área de pastagens [na região]. Parte dessa área vai para a cana", informa ele. Até 2015, quando a moagem estiver em 4 milhões de toneladas, a área com cana na região da Brazcana deverá alcançar 45 mil hectares, de acordo com Arruda.

A construção da usina deverá começar em 180 dias. A Brazcana já solicitou ao BNDES financiamento de 70% do valor a ser investido, e o pedido está sob análise, segundo o presidente da usina.

No Paraná, 29 usinas vão operar na moagem nesta safra e a previsão é de um processamento de 41,6 milhões de toneladas de cana.

Ipea vê 'exagero' no apetite por etanol e recomenda foco no mercado doméstico -

Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 08/06/2007

O entusiasmo generalizado no Brasil com o etanol e a influência da febre em torno do combustível na mudança da matriz energética mundial começa a encontrar vozes dissonantes também entre especialistas bem próximos ao Ministério da Agricultura.

Estudo preparado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) alerta para um "exagero" no apetite por álcool, sugere limitação da produção de grandes excedentes voltados para a exportação e recomenda a concentração de esforços no aumento do consumo doméstico.

Assinado pelo pesquisador Benedito Rosa do Espírito Santo, nome cotado para ocupar uma diretoria na Secretaria-Executiva do ministério, o estudo aponta impactos negativos da elevação da área plantada com cana na região de cerrados do país, tanto sobre os preços de terras e quanto sobre a produção de cereais e oleaginosas, além de aspectos sociais e ambientais de risco no movimento.

"A oferta brasileira de etanol não é a salvação para o mundo e não representará mudança substancial na matriz de consumo do sistema de transporte do planeta". Segundo ele, a fatia do etanol brasileiro no mercado internacional de biocombustíveis chegará a 7% na safra 2013/14. "Definitivamente, não estamos falando de um Golfo Pérsico do etanol por aqui".

No cenário traçado por Benedito Rosa, ex-secretário de Política Agrícola e ex-diretor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) na Argentina, está desenhado um crescimento de 10% ao ano na produção de álcool do país, dos atuais 17,7 bilhões de litros para 31,3 bilhões em 2013/14. Já o aumento do consumo seria de 1 bilhão de litros ao ano, o que resultaria em 22 bilhões de litros em 2013/14.

"Sobririam 9,4 bilhões de litros para exportar. Isso nos daria uma receita bastante razoável de US\$ 4,3 bilhões". Segundo ele, a fatia dos biocombustíveis no Brasil tende a crescer dos atuais 11% para 32% até 2013/14. "O Brasil não precisa ansiosamente elevar as exportações. Mantê-las em 30% da produção, o que significaria dobrar a fatia, seria mais razoável". A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) projeta produção de 38 bilhões de litros e vendas externas de 16 bilhões de litros em 2012/13.

"Isso daria 58% da produção. Vamos devagar, com prudência. Porque avançar tão rápido se temos mercado interno enorme e previsível?", questiona. Segundo ele, o nascente mercado externo ainda é "instável" e sofrerá "mudanças espetaculares" no médio prazo com o domínio da tecnologia de fabricação de etanol a partir de celulose. "Se houver uma crise no meio do caminho, vamos ter excedentes enormes e um modelo de alto grau de vulnerabilidade", acredita.

Na questão tecnológica, Benedito Rosa também indica uma forte defasagem na pesquisa de alternativas ao etanol feito a partir da cana-de-açúcar e nas matérias-primas utilizadas na fabricação de biodiesel. "O Brasil está ficando para trás na inovação tecnológica no biodiesel e no etanol de celulose", afirma.

"As políticas públicas precisam de ajustes". Para o economista, o pequeno produtor precisa receber matérias-primas de segunda geração para sustentar o programa de biodiesel. "Eles precisam de mais produtividade e mais rentabilidade para competir, e não apenas de isenções e incentivos fiscais", defende ele.

Nas projeções de Benedito Rosa, a participação da área de cana, quando comparada às 18 principais culturas plantadas no país, crescerá dos atuais 12,7% para 17% em

2013/14. Em seus cálculos, a área para produção de etanol tende a subir de 6,6% para 10,2%.

"Isso pode impactar a produção de uma área de 250 mil hectares no Triângulo Mineiro, sul do Maranhão, sudeste do Piauí, norte de Tocantins e nordeste do Pará", diz. De acordo com ele, Goiás poderá passar de 300 mil para 800 mil hectares de cana. "Hoje, a área de cana já corresponde a 160% da área de milho em Goiás".

Em São Paulo, a diferença chega a 300%. "No interior paulista, o hectare de terra que custava R\$ 4,7 mil em 2001 passou a valer R\$ 10,2 mil", diz. Em Rio Verde (GO), a prefeitura local estuda restrições ao plantio de cana em substituição ao milho e a soja, cuja ração movimentava o complexo industrial da Perdígão e sustenta milhares de empregos e impostos na região. "Não se pode desestruturar esse tipo de atividade".

Álcool no Japão – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 12/06/2007

A Petrobras e sua coligada no Japão, a Brazil-Japan Ethanol, fizeram a primeira exportação de etanol com características física e química adequadas para uso direto pelas indústrias japonesas. Foram embarcados 73 mil litros, na primeira operação do gênero desde a desregulamentação do setor de álcool no Japão, em abril de 2006.

Álcool e cana puxam de novo emprego paulista – Valor Econômico – Brasil - 13/06/2007

Puxado novamente pelo setor sucroalcooleiro, o nível de emprego da indústria de transformação no Estado de São Paulo registrou em maio a quinta alta consecutiva. O setor gerou, no mês passado, 24 mil postos de trabalho, o equivalente a um aumento de 1,09% no total de vagas em relação a abril (sem ajuste sazonal), segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgados ontem.

Esse índice, entretanto, é bem inferior ao de abril, quando houve crescimento de 2,44% no nível de emprego na indústria paulista. Com o resultado de maio, o setor acumula no ano alta de 6,66% - geração de 138 mil postos de trabalho. Dos 21 setores que fazem parte da pesquisa, 14 tiveram desempenho positivo no mês passado e sete mais demitiram do que contrataram.

Mais uma vez, o destaque ficou com o setor sucroalcooleiro, que em maio registrou expansão de 0,73% no emprego, acumulando no ano alta de 4,54%. O gerou, no mês passado, 16.100 vagas e respondeu por 67% do total de novos empregos da indústria. No ano, acumula a criação de 100.740 vagas - 73% do total. A produção de álcool teve peso expressivo no resultado do ramo de fabricação de coque, refino de petróleo e elaboração, que aumentou em 5,74% o nível de emprego industrial no mês, acumulando alta de 47,54% no ano.

Outro destaque positivo foi o segmento de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, impulsionado pela produção de açúcar e de suco de laranja. No mês, a alta foi de 4,33% e em cinco meses, de 29,69%.

Do lado negativo destacam-se setores prejudicados pela queda do dólar e que sofrem forte concorrência de produtos importados. O segmento de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados reduziu em 2,97% o número de vagas em maio.

Greve nos canaviais – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/06/2007

Cortadores de cana das usinas Zanin, São Francisco, Santa Cruz, Santa Adelaide, Ruete e Serra, todas de São Paulo, entraram em greve, de acordo com a Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp). Conforme a entidade, os trabalhadores exigem aumento salarial. Procurada, a Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) não comenta o assunto. As informações são da FolhaNews.

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS BIODIESEL

Na corrida do biodiesel, Brasil deve antecipar meta da nova mistura - Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 03/06/2007

Data para adição de 5% do óleo vegetal ao diesel passará de 2013 para 2010

O Brasil está caminhando de forma acelerada para ampliar o uso do biodiesel, produto de origem vegetal, em substituição ao óleo diesel de petróleo. O governo deve anunciar este mês a antecipação da adição obrigatória de 5% de biodiesel ao óleo diesel para 2010, três anos antes do prazo previsto em lei. O superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Roberto Ardenghy, disse ao GLOBO que a antecipação é possível em virtude dos avanços obtidos tanto em termos de oferta do produto como de pesquisas e testes. Em 2008, a adição obrigatória de 2% de biodiesel entra em vigor.

— As perspectivas são de antecipar a adição de 5%, mas isso vai depender da garantia da oferta do produto dentro das especificações exigidas — afirmou Ardenghy.

O Estado do Rio saiu na frente nessa antecipação. Já na próxima semana começam a circular nas ruas ônibus com a mistura de 5% de biodiesel. O secretário de Transportes do Rio, Júlio Lopes, disse que o projeto, em parceria com a Fetranspor e a BR, prevê inicialmente o uso da mistura de 5% em três mil ônibus. Até o fim do ano que vem, toda a frota de 18.300 ônibus deve ser atingida.

Estão registradas na ANP 27 usinas produtoras de biodiesel de origem vegetal ou de gorduras animais. Outros 47 produtores têm pedidos de operação em análise na ANP.

O superintendente da ANP explicou que a capacidade de produção atual de biodiesel no país chega a 940 milhões de litros por ano. Em 2008, com a obrigatoriedade de adicionar 2% de biodiesel no óleo diesel de petróleo, serão necessários, segundo Ardenghy, cerca de 840 milhões de litros anuais.

Por ser um processo relativamente novo, muitas usinas ainda enfrentam problemas para produzir o biodiesel de acordo com as especificações exigidas pela ANP. No entanto, já no fim do próximo ano, a capacidade de produção chegará a 1,5 bilhão de litros. Para a adição de 5%, serão necessários cerca de 2,5 bilhões de litros por ano.

Mistura de 30% de biodiesel já está em testes no país

O biodiesel, desenvolvido no início do século passado, é produzido a partir de fontes renováveis e contribui para a redução de emissões dos gases do efeito estufa. No Brasil, há dezenas de espécies vegetais a partir das quais se pode produzir biodiesel, como mamona, dendê (palma), girassol, babaçu, amendoim, pinhão manso e soja.

Já estão sendo desenvolvidas pesquisas visando a aumentar a mistura para 10%, 20% e até 30% de biodiesel. O Instituto Nacional de Tecnologia (INT), do Ministério de Ciência e Tecnologia, participa de diversas pesquisas com empresas privadas. Segundo o

chefe da Divisão de Energia do INT, Maurício Henriques, uma das linhas de pesquisa prevê o uso de 30% de biodiesel, 8% de álcool e 62% de diesel, em testes em 1.800 ônibus paulistas. A vantagem de adicionar percentual maior do combustível de origem vegetal ao diesel é que isso reduz emissões de gases poluentes.

A Vale do Rio Doce iniciou pesquisas com o B-20, combustível com 20% de biodiesel fornecido pela BR, em suas locomotivas.

As distribuidoras de combustíveis, que serão responsáveis por fazer a mistura, estão preparando sua infra-estrutura de bases e postos. Para isso, investem cerca de R\$ 100 milhões este ano. A presidente da BR, Maria da Graça Foster, disse que, já este mês, os 6.500 postos da empresa venderão biodiesel.

— Há um ano tínhamos apenas dois — disse Graça.

MDA discute com secretários estaduais a produção de sementes no Nordeste – Site Eletrônico MDA – 01/06/2007

Os estados da região Nordeste têm até 8 de junho para encaminhar as demandas de sementes e as necessidades de reestruturação da capacidade própria de produção de sementes para a agricultura familiar. Essa foi uma das decisões da reunião ocorrida na última quarta-feira (30), em Brasília, para tratar das políticas públicas para a agricultura familiar no Nordeste do País e que reuniu secretários estaduais de Agricultura, delegados federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e presidentes das empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O encontro foi promovido pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), que já definiu um calendário de reuniões com os representantes da região. Em mês, será realizada uma nova reunião com as secretarias estaduais de Agricultura para dar continuidade à discussão sobre o Programa de Sementes no Nordeste.

A pauta do encontro tratou, ainda, do Programa de Produção e Uso do Biodiesel, o zoneamento agrícola, o Programa do Leite e a formação de agentes de desenvolvimento rural.

Na abertura da reunião, o secretário da SAF/MDA, Adoniram Peraci, destacou a importância do encontro como um “ajuste estratégico” para abrir uma relação de diálogo como o Nordeste. Ele ressaltou as políticas setoriais voltadas para o leite e o vinho, adiantando que as próximas ações irão visar as culturas do café e da mandioca. Além disso, Peraci reforçou o papel da assistência técnica como o “motor do processo”.

Disponibilização de tecnologias

O Programa de Sementes tem a finalidade de disponibilizar tecnologias aos agricultores familiares do Semi-árido nordestino, por meio de sementes de variedades

testadas e recomendadas pela pesquisa e por meio da capacitação de técnicos extensionistas e agricultores.

Em uma experiência-piloto na safra 2004/2005, foram produzidos 5.163 quilos de sementes de milho em três unidades coletivas de multiplicação, em Minas Gerais. No ano seguinte, o projeto incluiu o estado de Pernambuco, totalizando 16.407 quilos de sementes.

Toda a produção foi processada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Na safra 2006/2007, o programa envolveu Sergipe, Pernambuco e Maranhão, totalizando 840 famílias na produção de seis mil quilos de sementes de milho caatingueiro e três mil quilos de semente de feijão caupi.

Programa do Leite

O Programa do Leite foi tratado pela representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Rachel Cossich. Até dezembro de 2005, o MDS já havia investido cerca de R\$ 313 milhões no programa. Em 2006, foram investidos R\$ 201 milhões e, para 2007, está prevista a liberação de 183 milhões – dos quais R\$ 128 milhões foram empenhados e R\$ 60 milhões já repassados para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo dados do MDS, em 2005, cerca de 19 mil produtores foram beneficiados pelo programa. No ano seguinte, aproximadamente de 29 mil agricultores familiares. O PAA tem a finalidade de adquirir alimentos, oriundos da agricultura familiar, destinando-os à recomposição dos estoques estratégicos do Governo Federal e a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Zoneamento agrícola

A reunião tratou ainda do tema Zoneamento Agrícola de Risco Climático, com a apresentação do coordenador-geral de Zoneamento Agropecuário, Francisco José Mitidieri. A previsão é de que em 2008 sejam incluídas novas culturas no zoneamento. São elas: dendê (Maranhão e Piauí) e girassol (Bahia).

Em 2009, deve haver a inclusão da cana-de-açúcar (Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe) e coco (Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe). Já em 2010, das culturas do abacaxi, amendoim, maracujá e consórcios.

Programa de Biodiesel

O tema do biodiesel foi apresentado aos secretários estaduais de Agricultura do Nordeste pelo coordenador do programa, Arnaldo de Campos. Segundo Campos, a região possui mais de 53 mil agricultores familiares com contratos já assinados para a produção da matéria-prima para o biodiesel – em um total de 156 mil hectares de área para plantio, gerando uma capacidade de produção de 55 milhões de litros.

Campos explicou, também, o Selo Combustível Social. Esse é um componente de identificação concedido pelo MDA aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf.

O selo somente será concedido para os produtores de biodiesel que comprem matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de 50% na região Nordeste e Semi-árido; de 10% nas regiões Norte e Centro-Oeste; e de 30% nas regiões Sudeste e Sul.

Governo estuda a elevação da mistura do biodiesel em 2008 – Cibelle Bouças- Valor Econômico – Agronegócios - 05/06/2007

O avanço do número de usinas de biodiesel licenciadas para operar no país e a maior disponibilidade do biocombustível no mercado levaram o governo a analisar a possibilidade de elevar, em 2008, a mistura obrigatória de 2% de biodiesel no diesel (o chamado B2) para 2,5% a 2,8%. O governo estima que a adição obrigatória de 2% significará um consumo compulsório de 850 milhões de litros de diesel por ano. Hoje, o consumo está em torno de 200 milhões de litros, devendo chegar a 500 milhões de litros no ano de 2007, de acordo com Roberto Ardenghy, superintendente de abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo ele, até agora, 27 usinas foram autorizadas a operar no país, somando uma capacidade produtiva de 1,254 bilhão de litros de biodiesel por ano. Desse total, 20 já operam e outras sete encontram-se em fase de pré-operação. Além dessas usinas, existem 54 pedidos de autorização, que se forem aprovados elevarão a capacidade de produção de biodiesel do país para 2,5 bilhões de litros por ano.

De acordo com Roberto Ardenghy, a antecipação da mistura de 5%, prevista por lei para 2013, também será revista, conforme o avanço do licenciamento de novas usinas.(CB)

Projeto para B20 – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 12/06/2007

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 204/07, que torna obrigatória a mistura de 20% de biodiesel ao diesel (o chamado B20) a partir de 2018. A proposta prevê uma tabela progressiva para os próximos dez anos, começando com 3% no ano que vem.

ETANOL

Não há almoço grátis, nem barato - Ilan Goldfajn – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/06/2007

“Não há almoço grátis” é a frase célebre de Milton Friedman, o famoso economista americano, Prêmio Nobel. Os economistas usam a frase para ressaltar que nada é de graça neste mundo, pelo menos não por muito tempo, nem mesmo uma refeição paga pelos outros. Há uma ironia no fato de os economistas acreditarem haver uma tendência de as refeições ficarem literalmente mais baratas, devido a uma suposta queda secular dos preços dos alimentos. Ou seja, não haveria refeições de graça, mas nos estaríamos aproximando

cada vez mais disso. Nada mais falso no momento. O preço dos alimentos no mundo tem subido de forma significativa, elevando a inflação em vários países.

Os preços das commodities agrícolas (alimentos com preços determinados internacionalmente) têm subido significativamente. O preço do milho e o do trigo estão no nível recorde dos últimos dez anos e os do café e do cacau estão no recorde dos últimos oito e quatro anos, respectivamente. Leite e óleos também têm subido muito nos últimos meses.

Essa subida já se está refletindo nos índices de inflação no mundo. Este ano, nos EUA, a inflação de alimentos chegou a 6,7%, já corrigindo pela sazonalidade. Na Inglaterra, a mesma inflação chegou a 6% em abril. Nos países em desenvolvimento, como China e Índia, com uma população mais pobre e sensível a esses preços, a inflação de alimentos subiu mais ainda: 7% e 10% sobre o ano anterior, respectivamente. Na China, a subida dos preços de alimentos sempre foi vista com alerta, dada a necessidade de manter a estabilidade política, em face das radicais transformações econômicas nos últimos anos.

O assunto já atingiu o ponto de surgirem alertas a respeito. No mês passado, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou no seu relatório semestral um alerta para que os bancos centrais no mundo se mantenham especialmente vigilantes (leia-se: subam as taxas ou, pelo menos, não as baixem) para evitar que a inflação volte a subir.

A preocupação com a inflação de alimentos é uma mudança e tanto de paradigma. No passado se acreditava na tendência de queda dos preços das commodities agrícolas de tal forma que condenava os seus produtores à pobreza. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), das Nações Unidas, sob o comando de Raúl Prebisch, famoso economista argentino, recomendava aos países em desenvolvimento que diversificassem a sua pauta de exportações e/ou substituíssem as importações de bens industrializados por produtos nacionais, para ficarem menos vulneráveis a essa tendência secular de queda das commodities agrícolas.

A influência da Cepal passou, mas o viés antiprodução de commodities ficou. Isso torna mais interessante o momento atual. O que pode estar ocasionando a subida recente dos preços? É uma tendência?

Há dois fenômenos relevantes que podem explicar esse movimento e que requerem atenção. Primeiro, a incorporação de uma população de milhões de pessoas à economia global na China e na Índia, agora dedicada à produção de bens industriais e serviços, que demanda cada vez mais alimentos com alta proteína, na medida em que a renda aumenta. Esse fenômeno explicaria por que os preços dos bens industriais tendem a cair, enquanto os dos alimentos, a subir. Uma mudança de preço relativo relevante e permanente. O segundo fenômeno é a crescente conscientização mundial da necessidade de mudar a matriz energética. Essa mudança energética pressiona os preços dos alimentos. A produção de etanol, por exemplo, está pressionando o preço do milho (e seus derivados), encarecendo os alimentos no mundo todo. Mesmo a produção de alternativas mais eficientes, como o etanol da cana-de-açúcar, dificilmente virá de graça, na medida em que deslocar a produção de outras safras.

A questão mais geral é que os benefícios desses fenômenos são claros, mas os seus custos não foram completamente entendidos. No caso da China, o benefício, inclusive, pode já ter sido antecipado. A produção chinesa tem barateado o preço de vários bens industriais, pressionado para baixo a inflação, permitindo que os juros ficassem baixos nestes anos do longo ciclo atual de prosperidade. Pode ter chegado o momento de pagar a conta. Na medida em que os chineses demandem mais alimentos de alta proteína, o seu custo aumenta, pressionando a inflação e os juros para cima.

A elevação de juros é a forma tradicional em que as economias entram numa nova fase do ciclo, com menos crescimento, interrompendo o atual período de prosperidade. Há receios de que este seja o caso atual. De fato, os bancos centrais no mundo têm aumentado os juros (Banco Central Europeu, Banco da Inglaterra, Banco Central da China, etc.), com a notável exceção dos EUA, cuja inflação tem recentemente caído (apesar da alta da inflação de alimentos), provavelmente devido à desaceleração industrial e do setor imobiliário.

A economia americana está mostrando indícios de precisar desacelerar e reduzir o seu excesso de consumo (evidenciado pela baixa poupança individual e o alto déficit comercial do país). A queda no setor imobiliário até o momento não se revelou capaz de produzir esse desaquecimento. Talvez, no futuro, a forma seja a tradicional, via subida de juros. Mas não há sinais iminentes dessa subida.

Em suma, a inflação recente de alimentos no mundo pode ser o custo que a economia mundial está cobrando do atual longo ciclo de prosperidade. O leitor não tinha a ilusão de que colocar milhões de chineses e indianos para produzir bens e serviços baratos e substituir a matriz energética mundial por uma mais limpa ia sair de graça? Afinal, não há almoço grátis e, pelo jeito, nem barato.

Ilan Goldfajn, sócio-diretor da Ciano Investimentos, diretor do Iepe/Casa das Garças é professor da PUC-Rio. E-mail: igoldfajn@cianoinvest.com.br

Não houve aumento da produção de cana no Brasil, diz Stephanes - SONIA RACY – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 05/06/2007

Direto da fonte

Os temores de que o crescimento geométrico da produção de álcool no Brasil possa provocar problemas de desabastecimento de outras culturas não são levados a sério pelo ministro Reinhold Stephanes. Em rápida passagem por São Paulo, ontem, para participar de seminário da Unica, Stephanes, em conversa com esta coluna, explicou o porquê da sua despreocupação. 'Hoje, o cultivo de cana ocupa menos de 1% dos 300 milhões de hectares de terra agricultável no Brasil. Há muito espaço para este tipo de cultivo crescer sem causar maiores danos', afirma o ministro, destacando que a área plantada de cana cresceu, de 2005 para 2006, somente 7,3%. No entanto, lembra que o governo federal está atento a qualquer movimento mais agressivo, que possa afetar a agricultura brasileira.

Mas como o governo poderia interferir em uma opção da iniciativa privada? O dono de terras não tem o direito de plantar o que quiser nelas? 'Há maneiras de o governo induzir a plantação desta ou daquela cultura. Se for necessário, sabemos como fazer', avisa o ex-secretário de Agricultura do Paraná. O fato é que, segundo dados de Stephanes, é a pecuária que ocupa a maior parte da terra agrícola no Brasil, algo como 80%. A soja ocupa pouco menos de 20%, muitíssimo mais que a cana.

O ministro tampouco teme que o Brasil, 'inventor' do álcool como combustível, vá perder o bonde da história, deixando que outros países desenvolvam rapidamente tecnologias que suplantem a brasileira. No seminário, inclusive, houve vários alertas de que o mundo está na busca de uma alternativa de matriz energética renovável e que, portanto, o Brasil precisaria se preparar para novas tecnologias, como o álcool de celulose. 'Tanto a produção do álcool de milho como o de celulose são muito mais caras que a do álcool de cana. E isto não é uma questão de tecnologia e sim de preço da matéria-prima. Não acredito que isto vá mudar muito', justifica o ministro, para quem os empresários brasileiros, somados à Embrapa, estão à frente de novos processos para melhorar ainda mais a produção do etanol.

Canaviais de SP devem eliminar queimada até 2014 - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/06/2007

Prazo foi acertado entre produtores e o governo do Estado, e vale para as áreas mecanizáveis

As indústrias de açúcar e álcool terão a partir de agora novas metas para a eliminação completa das queimadas nos canaviais paulistas. A União de Indústrias da Cana de Açúcar (Unica) assinou ontem em São Paulo um protocolo de intenções em que aceita eliminar as queimadas até 2014 nas chamadas 'áreas mecanizáveis'. O prazo previsto na Lei 11.241 era o fim das queimadas em 2021.

Em áreas 'não mecanizáveis' - com nível de inclinação acima de 12% - passa a valer o prazo de 2017, e não mais 2031. A medida deve dar impulso ao mercado de colheitadeiras, dividido entre Case (Grupo Fiat), Santal e John Deere.

O protocolo foi assinado pelo governador José Serra ontem, durante o São Paulo Ethanol Summit 2007, evento que termina hoje na capital. Ele classificou o acordo como histórico para a gestão ambiental do Estado. Os novos prazos consideram as perspectivas de crescimento da produção de cana em São Paulo, que já cobre 4,2 milhões de hectares.

Em 2006, da área plantada, 3,4 milhões de hectares foram colhidos para a produção de açúcar e álcool. Desse total, apenas 900 mil foram colhidos com máquinas. 'Na safra passada, foram queimados mais de 2,5 milhões de hectares de cana, o que jogou na atmosfera cerca de 750 mil toneladas de material particulado', disse Serra.

A expansão da área de cana provocaria um acréscimo, segundo Serra, nas áreas queimadas. Em 2014, a queima atingiria uma área 50% maior do que hoje, dada a expansão da cultura e a exigência da lei atual em percentuais para a queima.

O governador afirmou que, embora o protocolo ofereça uma alternativa de adesão aos usineiros, os produtores que não aderirem ao Termo de Ajustamento de Conduta 'terão problemas com as autoridades do Estado' e que 'o Estado tem mecanismos para forçar o setor a cumprir os prazos'. A multa pelo descumprimento poderá ser uma alternativa.

De acordo com o presidente da entidade, Eduardo Pereira de Carvalho, os fabricantes das máquinas necessárias não vão conseguir atender à demanda das usinas. 'Por isso, o setor vai ter problemas para cumprir as metas, mas, independentemente disso, será preciso cumpri-las.'

Ao aderir ao novo prazo, as usinas e os produtores de cana ganharão um certificado de conformidade ambiental. A associação dos usineiros quer criar um modelo de operação para as usinas. A idéia é começar a segregar os empresários que tenham ou não compromissos socioambientais.

Problemas com meio ambiente e com o uso irregular de mão-de-obra elevaram a preocupação do setor em relação ao mercado externo. A expansão exige para logo um mercado internacional com grande demanda, sem o que haverá superoferta de produto no mercado interno.

IMPACTO SOCIAL

A redução das queimadas vai provocar desemprego. Segundo o Centro de Tecnologia Canavieira, entidade ligada às usinas, a eliminação de 100% das queimadas em São Paulo e de 50% das áreas no restante do País acabariam com 165 mil empregos na estrutura para o corte manual montada na Região Centro-Sul do País.

Os sem-queimada - Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/06/2007

Entendimento entre o governador paulista, José Serra, e a União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), que defende os interesses dos usineiros do Estado, garante a antecipação em sete anos do fim das queimadas na colheita da cana.

Uma lei estadual, a 11.241, de 2002, previa esse objetivo apenas para 2021. As queimadas se fazem imediatamente antes do corte. Um fogo rápido sapeca o canavial para eliminar a palha (folhas secas) e facilitar o trabalho manual.

Essas queimadas são parte do processo de produção. São feitas desde que a cultura da cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil. O problema é que lançam uma quantidade

colossal de monóxido de carbono na atmosfera (cerca de 800 milhões de toneladas por ano apenas em São Paulo) misturada com fuligem e cinza. Nos dias de vento, as cidades próximas do canavial recebem essa carga que invade as casas e obriga a população a respirar um ar carregado de partículas negras. A criança na escola, onde as janelas não podem permanecer fechadas, não pára de tossir. O prejuízo para a saúde e para a limpeza pública é incalculável.

Sem as queimadas, a colheita manual fica impraticável. Um trabalhador corta, em média, 10 toneladas de cana por dia. Dispensada a queimada, não passaria de 2 ou, quem sabe, 3. A solução é a utilização intensiva da colheita mecânica, que só não é praticável em solos com declive superior a 12%. No ano passado, em São Paulo, apenas 26% da cana foi colhida por colheitadeiras.

O governador José Serra vai tratando de reduzir a deterioração da qualidade do ar e, ao mesmo tempo, de reduzir os custos da saúde pública no atendimento às deficiências respiratórias.

Está também se antecipando a um provável movimento de europeus e americanos que se apegam a argumentos ambientalistas para expandir seu protecionismo comercial e, assim, restringir importações de produtos brasileiros, especialmente agora que a qualidade e o baixo custo de produção do etanol nacional vão sendo reconhecidos.

O presidente da Unica, Eduardo Carvalho, não esconde que há um importante objetivo de marketing por trás da iniciativa. 'O produtor que conseguir eliminar inteiramente as queimadas ganhará um certificado (selo verde) emitido pela autoridade ambiental e seu produto (etanol) terá mais aceitação no exterior.'

Mas a mecanização eliminará ao menos 250 mil empregos: os 165 mil hoje existentes e mais 85 mil que se criariam com a expansão para dar conta da demanda de etanol. Uma única colheitadeira de cana corta cerca de 700 toneladas diárias e pode substituir 70 pares de braços. Isso eliminará outra acusação que vem de fora: o de uso de trabalho semi-escravo na produção de etanol.

A iniciativa de acabar com o foco de poluição é elogiável. Mas é preocupante a falta de empenho no remanejamento do pessoal que ganha o pão que o diabo amassou. Esses bóias-frias, sem-grana e sem-teto, vão se tornar sem-queimada. Vão deixar de empunhar o facão entre abril e dezembro, safra no Centro-Sul, e tenderão a engrossar os acampamentos dos sem-terra.

A queimada dos canaviais – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 06/06/2007

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) aceitou proposta do governador José Serra de reduzir o prazo estabelecido por lei para eliminação das queimadas de canaviais no Estado de São Paulo. Os produtores assinaram protocolo de intenções que fixa novas metas para a adoção da mecanização da colheita. Nas áreas onde já há mecanização, a queimada deverá ser abandonada em 2014, e nas regiões com nível de inclinação acima de 12% - consideradas de difícil mecanização -, a data-limite será estendida até 2017. A Lei 11.241, aprovada em 2002, estabeleceu prazo até 2031 para que os produtores deixem de atear fogo às plantações. A norma continua em vigor, mas o governador avisou que “o Estado tem mecanismos para forçar o setor a cumprir os novos prazos”.

Em artigo publicado em março, quando o presidente norte-americano George W. Bush visitou o País para conhecer o programa brasileiro de etanol, José Serra advertiu ser essencial para o sucesso do programa de biocombustível melhorar as condições ambientais. Neste ano, 4,2 milhões de hectares do território paulista estão ocupados pela cana-de-açúcar. Em 2006, dos 3,4 milhões de hectares plantados, apenas em 900 mil foi utilizada a colheita mecanizada. Nos outros 2,5 milhões de hectares (10% da área do Estado) o fogo foi utilizado e 750 mil toneladas de material particulado - fuligem e cinzas - contaminaram a atmosfera. “É uma aberração ecológica e um atentado à saúde das pessoas”, comentou Serra.

A queima de cana provoca a concentração de monóxido de carbono e ozônio, causa alteração do clima, emite material particulado, provoca a perda da fertilidade do solo e dissemina várias doenças respiratórias. Muitos poluentes resultantes da queima são indutores de lesões precursoras do câncer. Estudo realizado na região de Piracicaba, pelo pneumologista José Eduardo Cançado, pesquisador do Laboratório de Poluição Atmosférica da Universidade de São Paulo (USP), mostrou que, quando há um aumento de 10% de partículas resultantes da queima no ar, os hospitais da região registram elevação de 22% no número de internações de crianças e idosos. Em noite de queimada, aumenta em 45% o movimento nos serviços de inalação dos hospitais.

Os produtores mantêm a atividade pernicioso sob o argumento de que a queima livra a lavoura da cana de impurezas e evita o desemprego entre os bóias-frias. De fato, sem a queimada, a colheita manual da cana é impraticável, pois um trabalhador não conseguiria cortar mais de 2 ou 3 toneladas por dia. Mas as condições de trabalho dos cortadores de cana são árduas. No Centro-Sul só têm trabalho entre abril e dezembro. Nesses meses, todos os dias passam horas a fio de podão em punho, expostos ao sol, respirando cinzas e se alimentando mal. Ganham cerca de R\$ 300,00 mensais fixos e entre R\$ 3,00 e R\$ 4,00 por tonelada de cana colhida. Para receber remuneração aproximada de R\$ 1 mil por mês, o bóia-fria tem de colher, no mínimo, 6 toneladas por dia.

A melhoria das condições ambientais é agora fator primordial para o sucesso do programa brasileiro de etanol. A União Européia criará uma certificação para atestar que a produção de álcool não agride o meio ambiente, sem a qual o combustível não terá acesso ao mercado europeu. Por sua vez, a organização não-governamental WWF decidiu, em

abril, revisar os estudos dos possíveis efeitos sobre o meio ambiente da expansão da lavoura de cana prevista para os próximos anos.

Estudos da Embrapa Monitoramento por Satélite realizados na região de Ribeirão Preto mostram que, entre 1998 e 2003, a área plantada com cana passou de 10,8 mil quilômetros quadrados para 22,8 mil quilômetros quadrados. Nos próximos seis anos devem ser investidos no setor US\$ 14,6 bilhões.

Ao assinar o compromisso com o governo, a Unica receberá do governo do Estado certificado de conformidade ambiental, documento imprescindível para o atendimento das exigências do mercado internacional, cada vez mais preocupado com as questões ecológicas e trabalhistas.

Mistura de álcool à gasolina vai a 25% - Gustavo Porto e Alexandre Inacio - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007

Alteração deve ser decidida hoje para vigorar no início de julho

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o interino das Minas e Energia, Nelson Hubner, discutem hoje com usineiros os detalhes finais para o aumento da mistura do álcool anidro à gasolina de 23% para 25%. Em fevereiro de 2006, o governo reduziu para 20% a mistura e só aumentou para 23% em novembro.

Se for definido na reunião de hoje, o aumento deverá valer em julho, pois é necessário um período de 20 dias para que a Petrobrás faça as adequações necessárias. Cada ponto porcentual de aumento gera uma demanda de cerca de 100 milhões de litros de álcool por mês. Ou seja, com o novo porcentual, a demanda extra deve chegar a 200 milhões de litros.

O aumento do porcentual é reivindicado pelos usineiros e tem por objetivo conter a queda dos preços do álcool na safra. Em São Paulo, o litro do anidro cai há sete semanas e chegou, na semana passada, a R\$ 0,6866, na média, o valor mais baixo dos últimos dois anos. Em maio, a redução foi de 26,6%.

No entanto, o consumidor ainda não sentiu diferença no preço na bomba. Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostram que em maio o preço médio do álcool hidratado nos postos era de R\$ 1,456, valor 1,4% maior que o de abril.

Stephanes defende o aumento, mas é preciso que haja consenso entre os ministérios da Agricultura, Fazenda, Minas e Energia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e membros do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool. Fontes do Ministério da Agricultura informaram que já está tudo acertado entre os ministros para o aumento para 25% da mistura, faltando apenas a assinatura da resolução.

O aumento na mistura trará economia de cerca de 200 milhões de litros de gasolina e poderá reduzir os preços da gasolina. No entanto, essa queda deve ser pequena, em torno de R\$ 0,02 por litro da gasolina.

Mistura de álcool anidro na gasolina vai a 25% - Alexandre Inacio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/06/2007

O governo anunciou ontem o aumento do percentual de álcool na gasolina. A partir de 1º de julho, a mistura passará a ser de 25%, dois pontos percentuais a mais do que a que vigorou de novembro até agora. A mudança atende a um pedido das usinas e vai gerar demanda adicional de 400 milhões de litros por ano. Com o início da colheita de cana-de-açúcar, a oferta de combustível aumentou, derrubando a cotação do álcool.

Entre janeiro e maio deste ano, os preços médios nas usinas recuaram 18,3%. 'A queda dos preços ainda não foi percebida pelos consumidores, mas as usinas a sentiram. Isso significa que alguém está ganhando dinheiro', disse o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. A expectativa do ministro é de que ocorra queda no preço tanto no caso do álcool anidro (misturado à gasolina) quanto do hidratado (usado diretamente no tanque).

A queda observada nas usinas não foi repassada ao consumidor. Enquanto as usinas receberam 18% menos nos cinco primeiros meses do ano, os valores na bomba foram reajustados, em média, em 6,5%.

Segundo Stephanes, a demanda adicional de álcool não significará um risco de abastecimento. 'Nossa oferta é suficiente. Temos uma grande safra de cana e iremos gerar um excedente ao redor de 4 bilhões de litros para serem exportados', disse o ministro.

O último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indica que a produção brasileira de cana será de 527,98 milhões de toneladas, 11,2% a mais do que no ano passado. Com esse volume de matéria-prima, a expectativa é que sejam produzidos entre 20 bilhões e 22 bilhões de litros de etanol, um recorde na oferta do combustível, para atender uma demanda nacional de 15 bilhões de litros.

Além do aumento na mistura, Stephanes anunciou ontem a criação de um grupo de trabalho com representantes do Ministério da Agricultura, usinas e coordenados pelo Ministério de Minas e Energia, para minimizar os efeitos das flutuações de preços. O grupo irá trabalhar em três linhas de ação. A primeira é o estímulo para formação de contratos de longo prazo entre os fornecedores e os distribuidores de combustível. A segunda estratégia é a fixação de preços na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), enquanto a terceira é a formação de estoques reguladores.

NÚMEROS - 23%

era a concentração anterior de álcool anidro misturado à gasolina

527,98 milhões

de toneladas deve ser a produção brasileira de cana-de-açúcar neste ano, 11,2% a mais do que no ano passado.

15 bilhões

de litros é o consumo anual de álcool no Brasil. A produção este ano deve variar de 20 a 22 bilhões de litros.

Desafios para a cúpula do G8 – Luiz Inácio Lula da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 08/05/2007

Não podemos tratar de forma igual países com capacidades e responsabilidades tão desiguais - A REALIZAÇÃO de mais uma cúpula ampliada do G8, em Heiligendamm (Alemanha), oferece nova oportunidade para os líderes da África do Sul, do Brasil, da China, da Índia e do México aprofundarem o diálogo, iniciado em Evian, em 2003, com as principais economias industrializadas sobre temas prioritários da agenda internacional. Essas reuniões vêm se fortalecendo ano após ano, ganhando reconhecimento por introduzir novos enfoques nos debates do G8. Estou convencido de que mudança do clima, desenvolvimento sustentável, fontes novas e renováveis de energia e financiamento para o desenvolvimento são temas sobre os quais as principais economias emergentes precisam ser mais ouvidas. Não só porque as populações de nossos países são diretamente afetadas mas também pela capacidade de nossos países de formular e implementar propostas inovadoras para responder a esses múltiplos desafios.

A transformação dos biocombustíveis em commodities internacionais é um exemplo de como estamos juntando esforços para encontrar respostas coordenadas. A difusão do uso do etanol e do biodiesel ajuda a democratizar o acesso à energia, diminuindo a dependência mundial de reservas finitas de hidrocarbonetos. Ao mesmo tempo, contribui para reduzir emissões de gases poluentes, ajudando na luta para reduzir os efeitos da mudança do clima, que afeta a todos.

Os biocombustíveis têm relevância especial para os países em desenvolvimento. Pelo enorme potencial de geração de empregos e de renda, oferecem uma verdadeira opção de crescimento sustentável, especialmente para países que dependem da exportação de poucos bens primários. Ao mesmo tempo, o etanol e o biodiesel abrem novas avenidas de desenvolvimento, sobretudo nas indústrias bioquímicas. São alternativas econômicas, sociais e tecnológicas que oferecem a países pobres economicamente, mas ricos em sol e terra aráveis.

As críticas de que os biocombustíveis podem afetar a segurança alimentar ou agravar as mudanças climáticas partem de uma falsa premissa. Desde que os países adotem cultivos adequados para suas realidades e necessidades, os biocombustíveis podem andar de mãos dadas com a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente. Um sistema de rigorosa certificação pública, lastreado em acordos multilaterais, preservará o meio ambiente, assim como garantirá condições decentes de trabalho.

O equilíbrio entre as pequena propriedade familiar e as grandes plantações também pode ser garantido, como prescreve, por exemplo, a legislação brasileira. Essa experiência estamos partilhando com nossos vizinhos da América Latina e do Caribe e com os irmãos africanos. Para alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio, será preciso multiplicar mecanismos financeiros inovadores aptos a assegurar os recursos necessários para mudar a condição de vida de milhões de marginalizados. A cobrança de contribuição sobre passagens aéreas é um pequeno exemplo do que pode ser feito, como ficou claro na criação da Unitaid (central internacional de medicamentos).

A cúpula ampliada oferece oportunidade para formularmos estratégias integradas mundialmente para lidar com as grandes ameaças planetárias.

Não haverá desenvolvimento sustentável, harmonia ambiental e segurança duradoura se não eliminarmos a fome e a extrema desigualdade.

É por isso que as negociações comerciais multilaterais devem avançar. Precisamos de uma verdadeira rodada do desenvolvimento na OMC. Com resultados que tragam para os países mais necessitados os benefícios tantas vezes prometidos, mas nunca plenamente materializados, da liberalização comercial.

Talvez o maior teste de nossa capacidade de forjar uma governança verdadeiramente global esteja na distribuição das responsabilidades e custos das mudanças inadiáveis à frente. Essas responsabilidades são compartilhadas, porém diferenciadas. Ao falarmos de aquecimento global ou de negociações comerciais multilaterais, não podemos tratar igualmente países com capacidades e responsabilidades tão desiguais. A legítima proteção da propriedade intelectual, por exemplo -que está na agenda do G8-, não pode se sobrepor ao imperativo ético de garantir medicamentos essenciais a preços acessíveis. O Brasil tem plena consciência de suas obrigações e está ativamente engajado em todas essas iniciativas. Por isso, confiamos em que o diálogo ampliado do G8 continuará a ser instância indispensável na consolidação de uma agenda comum, de interesses e desafios compartilhados por todos.

A constituição de um foro permanente entre países em desenvolvimento e desenvolvidos para tratar as questões centrais do mundo de hoje ajudará a tornar a globalização menos assimétrica e mais solidária.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 61, é o presidente da República Federativa do Brasil.

Aumenta mistura de álcool à gasolina - Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 05/06/2007

Stephanes confirma que percentual sobe de 23% para 25% ainda este mês

SÃO PAULO. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, confirmou ontem que o governo vai autorizar este mês o aumento da mistura de álcool anidro à gasolina dos atuais 23% para 25%.

Segundo ele, as negociações entre as equipes técnicas dos vários ministérios envolvidos e a Agência Nacional do Petróleo ANP) já foram acertadas, o que pode antecipar a divulgação do novo percentual.

— Já está definido (o percentual).

Em outros tempos, esse processo demoraria entre 10 e 15 dias — disse o ministro, que participou do Ethanol Summit, evento promovido pela União da Indústria de CanadeAçúcar (Unica).

O ministro disse ainda que o governo está estudando uma reação ao “sobe-e-desce” dos preços dos combustíveis. Uma das soluções, disse Stephanes, seria incentivar o uso do mercado futuro, nos moldes da proposta da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) de negociar contratos futuros de etanol. A outra seria a composição de estoques reguladores a serem escoados na entressafra e evitar variações bruscas nos preços.

— Não queremos chegar na próxima safra como estamos hoje — disse.

Ontem, na abertura do evento, o ex-primeiro-ministro espanhol Felipe González criticou a postura assumida por alguns países, como Cuba e Venezuela, contra os biocombustíveis, argumentando que eles representariam uma ameaça à oferta mundial de alimentos: — Ninguém sério pode dizer que acrescentar valor, emprego e tecnologia à produção agrícola causará problemas às pessoas mais pobres do mundo.

O evento continua hoje com a participação, entre outros, do megainvestidor George Soros.

No domingo, ele visitou a usina de açúcar e álcool Monte Alegre, em Minas Gerais, que foi comprada no ano passado pela Adeco, companhia da qual é um dos principais acionistas. Ontem, Soros se encontrou com ministro da Fazenda, Guido Mantega, em São Paulo. FELIPE GONZÁLEZ, ex-primeiro-ministro espanhol, no Ethanol Summit

Preço de combustíveis começa a cair nos postos - Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 05/06/2007

Queda do custo nas usinas, com início da safra, enfim, é repassada ao consumidor

A queda dos preços do álcool nas usinas, devido ao início da safra no mês passado, começa a chegar às bombas dos postos revendedores.

Segundo levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP), na semana de 27 de maio a 2 de junho, o álcool hidratado foi vendido no país ao preço médio de R\$ 1,614 o litro. Isso representa uma redução de 2,35% em comparação aos preços da semana anterior, quando o litro do combustível foi vendido a R\$ 1,653. Já com respeito aos preços cobrados na semana de 6 a 12 de maio, quando o litro do produto foi vendido a R\$ 1,695, os preços da semana passada representam uma queda de 4,7%.

A gasolina, que tem em sua composição 23% de álcool anidro, também vem apresentando ligeira redução de preços.

Na semana passada, o produto foi vendido no país a um preço médio de R\$ 2,528 o litro, contra R\$ 2,530 na semana anterior, uma queda de 0,7%. Em comparação aos preços cobrados na primeira

semana de maio, a gasolina na semana passada estava 0,39% mais barata.

No município do Rio, o litro do álcool custava em média R\$ 1,771 na semana passada, 2,9% inferior à semana anterior e 4,2% menos em relação à primeira semana de maio. A gasolina na semana passada custava em média R\$ 2,521 o litro, 0,23% a menos do que o valor cobrado na semana anterior.

Produção de etanol faz preço da terra ter valorização histórica no Brasil - Aguinaldo Novo – O Globo – Economia – 07/06/2007

Custo de áreas destinadas ao cultivo de cana no Nordeste subiu 84%

SÃO PAULO. O crescimento dos projetos envolvendo o plantio de cana-de-açúcar e a produção do etanol fez explodirem os preços das terras no Brasil, que atingiram em abril o seu pico histórico. Na média do país, o preço do hectare chegou a R\$ 3.432, contra pouco mais de R\$ 3.300 no bimestre maio-junho de 2004, quando a cultura da soja dava o tom no campo.

Somente nos últimos 12 meses, a valorização foi de 11,64%, mas algumas regiões do país tiveram resultados bem superiores à média.

As terras destinadas ao cultivo da cana no Nordeste, em especial na Zona da Mata alagoana, tiveram valorização de 84%. Em Araraquara, interior paulista, o que era ocupado por grãos e pastagens agora passou a dividir espaço com a cana, o que fez o preço do hectare subir 70% nos últimos 12 meses. De R\$ 9.621 em maio-junho de 2006, esse valor chegou a R\$ 16.332 em abril deste ano. No Rio, o preço da terra teve alta média de 26%, com destaque para a região de Campos (aumento de 46,82%).

— Há dois anos, só se falava em soja. Agora, a vedete do momento é o etanol. Essa inflação está estritamente ligada ao etanol — afirmou a engenheira agrônoma Jacqueline Dettmann Bierhalds, analista do Instituto FNP, responsável pelos dados.

Preço de terreno assusta investidores estrangeiros Essa valorização tem assustado muita gente. Em meados do ano passado, um grupo de 14 empresários da Holanda que produzem álcool a partir da beterraba desembarcou em Cravinhos, no interior paulista, interessado em comprar uma área para se instalar no país. Eles desistiram do negócio quando souberam que o preço do hectare na região pode chegar a R\$ 30 mil — valor que restringiria o potencial de rentabilidade do projeto.

— Todo dia recebo a visita ou a ligação de alguém que representa grupos estrangeiros.

O preço sempre assusta — disse o corretor de terras Atílio Benedini Filho, com 40 anos de atuação no setor.

A cana já ocupa cerca de 3,4 milhões de hectares em São Paulo, o correspondente a 52% do plantio do produto no país. A saturação no estado levou os empresários a abrirem novas fronteiras para o etanol.

Três regiões têm concentrado as atenções: as cidades que formam o Triângulo Mineiro, o Sul de Goiás e o Leste de Mato Grosso do Sul.

Nesses lugares, pelo efeito da demanda, os preços também dão sinais de explosão.

Há um ano, era possível fechar negócio por entre R\$ 3 mil e R\$ 6 mil o hectare em cidades como Rio Verde, no Sul de Goiás. Hoje, o vendedor da terra não começa a conversa com preços inferiores a R\$ 4 mil. O teto já chegou a R\$ 7 mil.

O mesmo vale para Três Lagoas e Aparecida, em Mato Grosso do Sul. Ali, o preço do hectare, que oscilava entre R\$ 1.500 e R\$ 3.500 há um ano, pulou para o intervalo entre R\$ 2 mil e R\$ 4.500. Em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, o valor do hectare acumula valorização de até 31% nos últimos 12 meses: de R\$ 8 mil, foi para R\$ 10.500.

Jacqueline acredita que o preço já chegou a seu teto no interior paulista. Mas é possível esperar valores ainda mais elevados para regiões da nova fronteira.

— Salvo poucas exceções, existe uma forte resistência em vender terras neste momento, diante do fato de que a maioria dos produtores acredita na retomada dos preços dos imóveis rurais num horizonte de prazo mais longo — disse a engenheira.

Mais álcool na gasolina - Geralda Doca e Mônica Tavares – O Globo – Economia – 14/06/2007

Governo eleva mistura de 23% para 25%

BRASÍLIA. O governo anunciou ontem a elevação de 23% para 25% da mistura do álcool anidro à gasolina. O novo percentual entra em vigor a partir de julho e, segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, só será revisto se houver problema de abastecimento de álcool no mercado.

A medida foi anunciada após reunião com representantes do setor sucroalcooleiro e atende a pleito dos produtores, que se queixam da queda de 30% no preço nas usinas.

A parcela de álcool misturado à gasolina estava em 23% desde o fim do ano passado. O governo decidiu reduzir a proporção para forçar uma queda de preço no mercado interno, aumentando a oferta de anidro. Agora, a situação se inverteu, com baixas acentuadas nos preços do combustível nas usinas que, no entanto, não chegaram ao consumidor.

— Esperamos que o preço caia para o consumidor — disse Stephanes.

A estimativa do Ministério da Agricultura é de que a medida gere uma demanda adicional de 400 milhões de litros por ano. Mesmo assim, Stephanes disse que o consumo interno não será prejudicado,

pois há um excedente de quatro bilhões de litros de álcool.

Durante a reunião com produtores da Agricultura ficou acertado que um grupo de trabalho — coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com representantes dos empresários e da Agricultura — vai discutir medidas para evitar oscilações de preço.

Editorial: Biocombustíveis não precisam nos deixar famintos – Financial Times (veiculado no uol) - 02/06/2007

A UE deve derrubar tarifas sobre etanol para evitar falta de cereais
Do Financial Times

O rei milho destronou o rei carvão como uma das grandes forças na política dos EUA. O resultado é que não há uma política sensata sobre o etanol, que subitamente se tornou o atalho favorito de todo mundo para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e o vício americano em petróleo importado. Na verdade, as propriedades do etanol são exageradas e as conseqüências da corrida à produção de etanol, subestimadas. Isso não

apenas está impelindo a demanda por terras agrícolas escassas como também faz aumentar o preço dos alimentos nos EUA e na Europa.

A Comissão Européia pediu que os biocombustíveis substituam 10% do petróleo até 2020. Mas a maior produção de biocombustíveis já provocou um coro de queixas dos fabricantes de macarrão italiano, cerveja alemã, tortilhas mexicanas e carne de gado alimentado a milho nos EUA. Os conglomerados alimentícios emitiram uma série de advertências sobre lucros, mas as companhias de energia tradicionais ainda não sentiram o apuro. Como explicar esse paradoxo?

O principal motivo é que a atual estratégia pró-etanol favorece o desperdício. O combustível baseado em milho dos EUA exige a plantação de extensas áreas de terra para substituir uma fração do petróleo utilizado nos carros. Além disso, o etanol é apenas um pouco menos poluente do que a reversão total ao óleo. A energia necessária para transformar cereais em combustível poderia teoricamente vir de outras fontes renováveis como a eólica ou solar. Mas na maioria dos casos as refinarias de biocombustíveis usam óleo ou carvão, o que causa ainda mais poluição.

As atuais opções cultivadas na União Européia não são muito melhores. Colza e beterraba são preferíveis ao milho, mas ainda exigem muita energia e terra. Avanços tecnológicos ainda poderão transformar capim, lascas de madeira e outras formas de matéria orgânica em alternativas rentáveis e ambientalmente seguras, mas já existem opções melhores.

A principal delas é a cana-de-açúcar, que contém muito mais energia utilizável que a beterraba. O problema da cana é que os climas europeus em geral são inóspitos ao seu cultivo. Outras regiões, principalmente o Brasil e alguns países da América Central, oferecem ambientes mais naturais.

Poderá haver um problema de escala mesmo no Brasil. Enquanto a terra arável ainda é abundante e uma melhor gestão agrária pode ir longe, a maior produção de etanol poderá em última instância significar menos floresta tropical. Os benefícios de emitir menos carbono na atmosfera poderiam ser contrabalançados pelos custos de se eliminar um redutor natural de carbono, sem falar no valor dessas florestas para a biodiversidade.

Permitir o uso de combustível baseado em cana nos carros americanos e europeus exigiria reduzir as tarifas de importação do etanol. Enquanto o milho reinar nos EUA - e Iowa, no coração do cinturão do milho, saiu na frente na corrida para escolher o próximo presidente-, é improvável que isso aconteça. O maior obstáculo à adoção generalizada do etanol nos EUA é a indústria de etanol americana. De sua parte, a UE deveria seguir a liderança sueca e derrubar suas tarifas agora, antes que seja tarde.

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves

[Visite o site do Financial Times](#)

Corrida mundial para ver quem vai patentear enzima de celulose - Clayton Levy –
Valor Econômico – Agronegócios - 04/06/2007

Com três décadas de experiência na produção de álcool de cana-de-açúcar, o Brasil apareceu até agora como um dos favoritos para vencer a corrida mundial em busca do etanol de celulose, considerado o combustível do futuro. Mas é bom começar a olhar no retrovisor. Seja por razões ambientais, seja por causa do preço do petróleo, os Estados Unidos resolveram pisar fundo sem economizar recursos. E já representam uma ameaça real.

A disputa é acirrada. Os americanos querem tornar o etanol celulósico competitivo até 2012. Especialistas brasileiros acreditam que o país também pode colocar o produto no mercado no mesmo prazo. Para os Estados Unidos, a nova tecnologia reduzirá a dependência do petróleo, substituindo em dez anos 20% da gasolina consumida. No caso do Brasil, a utilização da celulose disponível nas próprias usinas seria suficiente para dobrar a produção de álcool, com a inclusão de mais de 13 bilhões de litros por ano, sem precisar acrescentar sequer um hectare à área plantada.

O etanol de celulose é produzido a partir da transformação de biomassa em açúcar. Toda matéria vegetal é constituída de lignocelulose, um conjunto de polímeros formado por celulose, hemicelulose e lignina. A celulose e a hemicelulose podem gerar etanol celulósico. Antes da fermentação, porém, é preciso quebrar suas cadeias químicas para obter açúcar. As técnicas mais conhecidas são as hidrólises enzimática e ácida. Na primeira, uma enzima faz a quebra; na segunda, a tarefa fica a cargo de um ácido.

Grande parte das pesquisas se concentra na rota enzimática. O maior desafio é chegar a uma enzima de baixo custo e alto grau de rendimento. Sem isso, a produção industrial será inviável. "Vencerá a corrida quem patentear primeiro a enzima mais eficiente", alerta o diretor de pesquisa e desenvolvimento do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), Tadeu Andrade. "Depois, disso, quem quiser ir atrás terá de pagar royalties".

Por isso, quase todas as pesquisas, inclusive as desenvolvidas pelo CTC, transcorrem em sigilo. "Muitos trabalhos, principalmente no exterior, envolvem reengenharia genética para chegar à enzima ideal", explica. Para Andrade, a produção do combustível em escala comercial ainda deverá levar de cinco a dez anos. "Até lá, será preciso muita pesquisa e dinheiro".

Para os Estados Unidos, não falta nem uma coisa, nem outra. Só este ano, o governo do presidente George W. Bush já anunciou a liberação de US\$ 585 milhões, nos próximos cinco anos, para o desenvolvimento de biorrefinarias destinadas à produção de etanol celulósico. Seis projetos, totalizando US\$ 385 milhões, já estão definidos. Os outros US\$ 200 milhões deverão financiar mais cinco empreendimentos, que ainda não foram escolhidos. Somando-se a contrapartida das empresas o investimento total nas seis biorrefinarias chegará a US\$ 1,2 bilhão.

No Brasil, os investimentos do governo ainda são tímidos. O principal projeto em andamento é o Bioetanol, a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia. Coordenado pelo físico Rogério Cerqueira Leite, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o programa, iniciado há um ano, recebeu até agora R\$ 3,7 milhões para pesquisas. Para 2007 e 2008 estão previstos mais R\$ 8 milhões, divididos em duas parcelas iguais. "Isso é o que já está garantido, mas o valor ainda pode aumentar", diz o coordenador de desenvolvimento de tecnologias setoriais do MCT, Eduardo Soriano.

Os novos investimentos serão destinados à construção de uma planta piloto para produção do combustível em caráter experimental. O local para instalação da unidade ainda está em estudo, mas segundo Soriano o município mais provável é Campinas. "A partir do momento em que a planta piloto entrar em funcionamento, em dois anos atingiremos as condições necessárias para viabilizar o produto em escala industrial", diz a diretora científica do Bioetanol, Elba Bon, ligada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

As pesquisas no âmbito do Bioetanol estão focadas na hidrólise enzimática. A idéia é aproveitar o bagaço e a palha da cana-de-açúcar usados nas usinas de álcool para ampliar a produção do combustível. "A planta piloto fará nosso trabalho deslançar", acredita Elba Bon. "Já chegamos ao tipo de enzimas que queremos, mas só através da planta piloto conseguiremos avaliar criteriosamente o custo do processo em escala industrial".

Ainda nesse semestre, a Petrobras também pretende inaugurar sua primeira planta piloto no Centro de Pesquisas da Companhia (Cenpes). O aporte nessa frente faz parte do montante total de R\$ 40 milhões por ano que a companhia investe em biocombustíveis. Segundo o coordenador do programa tecnológico de energias renováveis, Alberto Oliveira Fontes, o objetivo é a produção em larga escala de forma competitiva ainda nesta década.

No setor privado, a principal iniciativa até agora partiu do Grupo Dedini. Em parceria com o CTC e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a empresa vem desenvolvendo um sistema de hidrólise ácida sob orientação do pesquisador Carlos Eduardo Vaz Rossell, da Unicamp. Em quinze anos, o empreendimento já absorveu cerca de R\$ 10 milhões e resultou numa unidade demonstrativa, em Pirassununga, que processa uma quantidade de bagaço equivalente à produção de cinco mil litros de etanol por dia.

As cifras norte-americanas impressionam, mas segundo Rossell não chegam a assustar. "Também temos nossos trunfos", garante. "Dispomos de um setor consolidado, além de matéria-prima barata e abundante", observa. Para ele, o Brasil tem condições de iniciar a produção comercial do produto mesmo sem obter o máximo de rendimento numa fase inicial. "Se conseguirmos uma tecnologia intermediária, de arranque, poderemos entrar no mercado e ir aperfeiçoando aos poucos, como aconteceu com o Proálcool".

Segundo Rossell, os Estados Unidos enfrentam dificuldades que não existem no Brasil. A primeira delas é a falta de matéria-prima, que lá está reduzida ao milho. Além de não render tanto como a cana-de-açúcar, o milho serve também como alimento e, por isso, não pode ser destinado só à produção de etanol. "Isso está obrigando os investidores a desenvolver enzimas capazes de extrair o máximo de etanol da biomassa".

Mais cauteloso, Andrade, do CTC, diz que se o cenário não mudar, o Brasil vai perder a corrida. Para ele, só a experiência do Proalcohol e a abundância de matéria-prima não garantem um salto competitivo. A disputa será decidida nas bancadas dos laboratórios, o que exige planejamento, organização e investimento pesado.

Risco ambiental na Amazônia está descartado – Assis Moreira – Valor Econômico –
Suplemento Especial - 04/06/2007

A corrida pelo etanol pode afetar mercados e ecossistemas, mas há um risco ambiental que está praticamente descartado por agrônomos e estudiosos do tema. Segundo especialistas, não existe a possibilidade de que a produção de álcool eleve a demanda de cana-de-açúcar no país, a ponto de a planta invadir áreas florestais - como a região Amazônica. A cana não consegue se desenvolver em áreas tropicais, com chuvas frequentes e elevada umidade, e mesmo que a prática fosse tentada, a qualidade do produto a ser colhido deixaria a desejar.

"Todos os principais estudos sobre o tema, que levam em conta variações climáticas e características do solo na região amazônica, afastam totalmente qualquer possibilidade de êxito na produção em local de florestas", diz Oscar Braunbeck, professor da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Na avaliação de Braunbeck, a necessidade de buscar novas áreas para a cultura da cana nem mesmo existe, visto que há terrenos na região Sudeste que ainda podem ser exploradas para o cultivo do produto. "É preciso lembrar ainda que existem áreas florestais que são reservas legais e, portanto, protegidas da exploração do homem. Não pode simplesmente começar a plantar canas nesses locais", afirma o pesquisador da Unicamp.

A Amazônia é a região mais rica em biodiversidade do planeta, com um terço das florestas tropicais e mais de 20% das espécies vegetais e animais do mundo. Do total de 850 milhões de hectares de terras do Brasil, cerca de 550 milhões de hectares contêm florestas nativas - a Amazônia ocupa dois terços dessa área.

Os primeiros debates em torno da possibilidade de que a região fosse afetada pela expansão na cultura da cana surgiram no ano passado. Com a decisão da Indonésia de reduzir suas áreas florestais para aumentar a plantaçao de dendê - oleaginosa usada naquele país para a produção de álcool - começaram a aparecer especulações na imprensa estrangeira sobre o risco de que uma situação semelhante acontecesse também no Brasil. O caso do país asiático foi estudado por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Na Indonésia, a introdução de grandes áreas de plantio do dendê em áreas de floresta tropical provocou emissão de carbono devido aos desmatamentos.

No entanto, estudo já publicado neste ano - elaborado por mais de 200 pesquisadores de universidades brasileiras - mostra que um "efeito Indonésia" praticamente não existirá no Brasil. O levantamento, realizado por encomenda do Ministério do Meio Ambiente (MMA), destaca que existe uma possibilidade de que a plantaçao de cana empurre as plantaçoes de soja e a pecuária para áreas florestadas (inclusive na Amazônia). Mas não há informações dos pesquisadores de que isso já estaria acontecendo.

Segundo o trabalho, publicado em março, o cerrado deve ser o bioma mais impactado pela esperada expansão do cultivo da cana-de-açúcar para produção de etanol. Da extensão total de cerca de dois milhões de quilômetros quadrados ocupados pelo cerrado, 20% são considerados áreas de alta importância biológica. E 70% dessas regiões correspondem aos locais onde a cana-de-açúcar encontra condições ideais de cultivo.

Na avaliação de Suzana Kahn Ribeiro, professora do programa de engenharia de transportes da COPPE/UFRJ, num cenário como este é preciso que o poder público atue de maneira a orientar e fiscalizar o zoneamento agrícola no país. "O governo pode e deve interferir nessa discussão, com as atenções voltadas principalmente para áreas onde o ecossistema é mais sensível", afirma ela.

Ribeiro foi uma das autoras do capítulo relacionado ao tema de transportes do quarto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), publicado em maio pela Organização das Nações Unidas.

O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, tem trabalhado no sentido de esclarecer essa questão dos riscos à Amazônia de uma expansão na cultura da cana. "Esse é o caso clássico da mentira que se repete, e repete, e vira verdade", ironiza ele. "O açúcar de cana é formado basicamente por sacarose. A sacarose é composta de glicose e frutose unidas. Mas para completar o ciclo de produção precisa de períodos de seca e frio, porque nesse ambiente, ela consegue perder água e a glicose e frutose viram a sacarose", explica ele.

"Em regiões quentes, onde chove todos os dias, o ciclo da cana simplesmente não se completa. Vira bambu com água doce", completa ele. Rodrigues é presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e co-presidente da Comissão Interamericana de Etanol. (A.M.)

Barreira à cana em SP – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 05/06/2007

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), quer limitar o avanço da produção de cana no Estado. "Queremos que a produção aumente via aumento de produtividade", disse em seminário em São Paulo. Ontem, o governo assinou um protocolo de intenções com a Unica antecipando a meta de substituição da queima da cana na lavoura para corte manual pela colheita mecanizada. O fim da queima em áreas planas foi antecipado de 2021 para 2014. Em áreas de declive, o fim das queimadas passou de 2031 para 2017.

Desequilíbrio entre oferta e demanda transforma estoques em preocupação - Bettina Barros e Cibelle Bouças – Valor econômico - Agronegócios - 05/06/2007

O desequilíbrio entre oferta e demanda de álcool que se desenha para este e o próximo ano, na esteira dos volumosos aportes e aumento de produção no país, levantam uma questão preocupante para o setor sucroalcooleiro brasileiro: como administrar os estoques para não haver pressão negativa sobre os preços.

O Brasil deverá atingir neste ano uma produção recorde de 18 bilhões de litros de álcool, e que deverá subir para 22 bilhões em 2008. A expectativa de consumo no mercado interno - apenas uma parte pequena é exportada hoje - é de 14 bilhões de litros.

Roberto Ardenghy, superintendente de abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), afirma que o governo não chegou a uma conclusão sobre a proposta de formação de estoques reguladores do combustível. "O problema de formar estoque é quem vai pagar o custo, se serão as usinas, o governo, as distribuidoras. Seria um custo enorme fazer estoque de etanol por cinco meses, já que a safra dura sete meses e o mercado interno consome 17 bilhões de litros durante todo o ano", afirmou ele.

Para o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, falta uma política de estocagem, mas ele descarta uma intervenção unilateral do governo federal.

"Não acho que o governo tem que tomar conta desse negócio. É um assunto estratégico para o país e o governo tem que estar presente, mas não ser o executor e responsável pela estocagem", disse Rodrigues, durante o Ethanol Summit, realizado ontem em São Paulo. "Deve haver uma política de estocagem adequada, com instrumentos de

mercado, e um grande agente para isso poderia ser a BM&F. Já estou conversando com eles sobre isso", disse.

Rodrigues, que coordena o centro de agronegócios da FGV, defende uma participação do setor privado em conjunto com o governo no financiamento desses estoques. "Se falamos de um estoque de álcool de 3 bilhões de litros, tudo bem porque o consumo é de 1,5 bilhão, então é um estoque de dois meses. Mas se for de 7 bilhões, o mercado joga o preço pra baixo. Então é preciso financiar a estocagem para que o preço do álcool não seja jogado para baixo", diz. Quem vai bancar isso, diz, é que é a grande discussão.

Ele ressalta que o comércio de etanol, como qualquer commodity, está sujeito às oscilações de mercado. O que quer dizer que, em algum momento, as exportações também irão crescer devido às decisões mandatórias de mistura de álcool na gasolina que outros países devem adotar. "Quando exportar mais, os estoques vão cair". **(Colaborou CB)**

Tudo pela corrida do álcool – Valor Econômico – Brasil - 13/06/2007

O governo formaliza, hoje, a medida que aumenta de 23% para 25% a mistura de etanol ao litro da gasolina. A iniciativa, fruto de uma resolução conjunta assinada por quatro ministérios (Agricultura, Fazenda, Minas e Energia e Desenvolvimento, Indústria e Comércio), entrará em vigor no dia 1º de julho. A decisão representa um alívio para os produtores, que, em um ano, passarão a colocar mais 400 milhões de litros de álcool combustível no mercado.

A produção brasileira de álcool vem crescendo de forma exponencial. Nos últimos seis anos, expandiu 70%. Graças à preocupação mundial com o aquecimento do planeta e à alta do preço do petróleo nos últimos anos, a maior parte desse aumento ocorreu nos últimos anos. Na safra 2006/2007, a expansão foi de 13,1% em relação à anterior. Para o próximo período - 2007/2008 -, a estimativa é de um crescimento de 13,5%.

Com isso, a produção brasileira deverá chegar a 20,2 bilhões de litros por ano - a meta é dobrá-la até 2017. O Brasil, como se sabe, produz cada vez mais álcool e ao menor custo. De acordo com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, 3/4 do crescimento da última safra foi obtido pelo aumento da área plantada de cana-de-açúcar. O restante, pela elevação da produtividade.

Apesar das perspectivas de abertura, em algum momento, de mercados no exterior, a grande motivação dos produtores de álcool tem sido o crescimento do mercado interno. Em 2006, o mercado brasileiro consumiu 13,2 bilhões de litros de álcool combustível (anidro e hidratado). Para 2007, segundo o coordenador-geral de açúcar e álcool da Secretaria de Produção e Agroenergia do ministério, Alexandre Strapasson, a expectativa é que o consumo aparente fique entre 14,5 bilhões e 15,5 bilhões de litros, uma alta, portanto, entre 9,8% a 17,4%.

Com a safra crescente de álcool, a tendência é que não haja problema de abastecimento e os preços do produto não sofram grandes pressões. O problema são as exportações, que estão praticamente estagnadas. Em 2006, o Brasil exportou o equivalente a 3,4 bilhões de litros de álcool (US\$ 1,6 bilhão). Neste ano, a previsão é que as vendas cresçam apenas 1%.

"O mercado internacional para álcool combustível deverá continuar bastante fechado e não está prevista a abertura de qualquer novo mercado importante", adverte Strapasson. De qualquer forma, há um frenesi dos produtores brasileiros, e também dos

estrangeiros que estão investindo no país, porque há boas perspectivas de países da Europa, bem como os Estados Unidos e o Japão, passarem a comprar etanol brasileiro a partir de 2008. Em 2006/2007 foram inauguradas 13 unidades de produção. Em 2007/2008 estão começando a funcionar outras 16 e 47 estão previstas para entrar em operação em 2009/2010.

"Como em 2008 começarão a contar as metas de redução da emissão de dióxido de carbono do Protocolo de Kyoto, alguns países signatários, como o Japão, poderão mudar sua atitude conservadora e começar a desenhar programas mais explícitos de uso de etanol", aposta Strapasson. "Os japoneses querem garantia de fornecimento e diversificação porque não desejam depender de um país só", acrescenta o ministro Stephanes.

O grande mercado de importação do álcool continuará sendo, na avaliação do governo, o mercado americano, que compra do Brasil entre 2 bilhões e 2,5 bilhões de litros por ano. O que anima o ministro é que há empresas japonesas, como a Itochu (dona da Campo, empresa pioneira na produção de grãos no cerrado brasileiro), interessadas em produzir etanol no país e exportá-lo para o mercado japonês. "Isso nos ajudará tremendamente", diz ele.

Petrobras quer limite de preço e selo de qualidade para álcool - Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Agronegócios - 13/06/2007

A Petrobras planeja estabelecer uma faixa de preços ao álcool vendido pelas usinas brasileiras dentro do seu programa de exportação. "A Petrobras deve criar uma faixa de flutuação, com um piso e com um teto", disse o diretor financeiro da estatal, Almir Barbassa, após reconhecer que a flutuação do preço do combustível é um "desafio" à empresa. O álcool tem apresentado nos últimos anos fortes oscilações de preço por conta não somente de questões relacionadas à safra, como também devido às pressões de demanda, especialmente a do exterior.

O principal mercado onde a estatal está de olho para exportar etanol é o Japão, país que pretende fechar um contrato de longo prazo, de 10 a 20 anos. "O Japão gostaria de ter [uma faixa de preços] e os produtores também gostariam", disse. Na semana passada, a estatal fez o primeiro embarque ao Japão de álcool brasileiro dentro dos padrões de qualidade internacional.

A estatal também pretende criar um selo de qualidade para o álcool brasileiro vendido no exterior, o que vai garantir que as usinas estão de acordo com as leis trabalhistas. Ele admitiu que a Petrobras comprou álcool de uma empresa recentemente multada pelo Ministério do Trabalho, por violar as leis trabalhistas. Segundo ele, essa usina já foi descredenciada pela estatal.

Ministro também faz alerta sobre "excesso de euforia" no etanol - Mauro Zanatta –
Valor Econômico – Agronegócios - 14/06/2007

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, alertou ontem para a existência de um "excesso de euforia" provocado pelas fortes apostas na elevação das exportações de etanol brasileiro. "Eu acho que há um excesso de euforia. Neste momento, o mercado é restrito, mas o que existe é uma grande perspectiva para o mercado futuro. Outros países ainda serão potenciais consumidores nossos", disse.

É a primeira vez que uma autoridade do governo brasileiro faz um alerta público sobre os eventuais perigos gerados pela febre do etanol no país. Stephanes afirmou estar preocupado com a correlação entre o excedente de produção, que chegaria a 4 bilhões de litros neste ano, e o tamanho reduzido da demanda por etanol no exterior. "O que há são perspectivas, um potencial muito grande para que a Europa e o Japão passem a utilizar o álcool no consumo interno. Não é uma coisa para já. Temos que tomar cuidado com a euforia neste curto prazo, embora o mercado de médio e longo prazos seja excelente", disse. Segundo ele, os produtores têm que se "empenhar mais" para elevar as vendas no mercado interno. "Isso é importante", disse.

De parte do governo, Stephanes anunciou duas medidas para auxiliar na absorção do volumoso excedente de oferta e forçar uma recuperação dos preços, que caíram 30% nas usinas neste ano, segundo o ministério. A primeira medida foi a confirmação da elevação, de 23% para 25%, no teor de álcool na gasolina vendida em postos de combustíveis. A modificação na mistura, que última alteração havia ocorrido em novembro de 2006, passa a valer em 1º de julho. O ministro afirmou esperar uma redução dos preços ao consumidor. "Espero que chegue ao consumidor final. Tem que chegar de forma razoável para reduzir o preço da gasolina", disse. A alteração aumentará o consumo interno em 400 milhões de litros neste ano, avalia o ministério.

A outra medida anunciada ontem por Stephanes foi a criação de um grupo de trabalho, composto por técnicos dos ministérios da Agricultura e das Minas e Energia, para avaliar mecanismos destinados a reduzir a alta volatilidade dos preços do produto, o que provoca instabilidade no mercado interno e apreensão nos eventuais compradores no exterior. O ministro informou que o governo tentará aprofundar estudos sobre contratos de longo prazo entre distribuidoras e usineiros - a medida foi prometida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) no ano passado. O grupo, que contará com representantes dos usineiros, também avaliará medidas para alavancar as operações de comercialização do álcool na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F).

Stephanes afirmou, ainda, que serão estudadas alternativas para manter estoques estratégicos de álcool a serem utilizados em momentos de eventuais problemas de abastecimento. "Possivelmente, [os estoques] serão privados", disse o ministro. Hoje, o governo estima haver 12 bilhões de litros de etanol em estoques privados. E não há políticas públicas nem recursos orçamentários para financiar a estocagem do produto nas usinas. Os usineiros insistem no sistema de crédito público (warrantagem) para ajudar no carregamento dos estoques.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS BIODIESEL

Uma ambição movida a biodiesel – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 08/06/2007

BERLIM - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entra sem nenhuma timidez ou modéstia em uma cruzada portentosa: mudar a matriz energética do mundo. É o que ele dirá hoje ao G8, o clubão das sete maiores economias do planeta mais a Rússia. Mudar a matriz energética significa adotar crescentemente os biocombustíveis, fonte renovável e limpa de energia. "É uma questão inexorável. Pode levar dez anos, 20 anos, mas o mundo terá que adotar o biocombustível, seja por conta do preço do petróleo, seja pela necessidade de ter um combustível limpo", disse à **Folha** ontem. Seu raciocínio é o de que não adianta muito pretender que novas tecnologias produzam veículos mais eficientes e que, por extensão, poluam menos (essa é parte da proposta européia e, principalmente, norte-americana sobre ambiente).

Exemplo concreto: Lula conversou anteontem com diretores da Mercedes-Benz, que contaram que estão sofisticando mais e mais os veículos, inclusive caminhões, para que poluam menos.

Mas a sofisticação leva a um preço mais alto e, portanto, a menos vendas. Lula lançou um desafio à Mercedes: "É possível compatibilizar os investimentos para tornar o carro menos poluente com a adoção de um novo combustível?" (leia-se: biocombustível). A empresa topou o desafio.

O presidente comentou com a diretoria da Mercedes que, se o Brasil tem o flex-fuel, carros que aceitam dois diferentes tipos de combustível, "não precisa construir um carro/caminhão no padrão europeu para reduzir a poluição".

Que faz sentido, aparentemente faz, ao menos visto por um leigo absoluto (Lula, ao contrário, ficou tão obcecado com os biocombustíveis que fala de um tal B5 como se falasse de feijão ou futebol, quando B5 significa 5% de biodiesel no diesel). Agora, se convencerá seus pares do mundo rico é uma boa aposta.

crossi@uol.com.br

Exportação ao bloco está prevista para 2008, mas exigências podem atrapalhar Europa usa padrões técnicos baseados no desempenho do biodiesel de colza, que são diferentes dos do dendê e da mamona brasileiros

As especificações técnicas da União Européia para o biodiesel vêm dificultando a entrada do produto brasileiro nos países do bloco e podem representar mais um revés para a indústria nacional no ano que vem. O Itamaraty até pressiona nos bastidores por mudanças nas normas européias, mas pode ser atropelado por uma revisão unilateral que já teve início e está em curso.

Segundo produtores, empresários e diplomatas brasileiros e europeus ouvidos pela Folha nas duas últimas semanas, as especificações técnicas européias impedem a entrada de biodiesel brasileiro no maior mercado consumidor do produto.

"Estamos negociando contratos para a venda do excedente da produção para o ano que vem, mas barreiras comerciais impedem a venda do nosso biodiesel. Eles utilizam o produto deles como especificação", diz Jório Dauster, integrante do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel.

Tecnicamente, são barreiras da União Européia os parâmetros de viscosidade, densidade, índice de iodo e ponto de entupimento a frio -grosso modo, a temperatura em que o óleo congela e pode causar entupimento do motor.

O Ministério das Relações Exteriores acompanha o problema, mas o assunto não recebe urgência porque as exportações brasileiras para o bloco europeu só devem começar no início do ano que vem.

"O governo brasileiro e o Itamaraty estão trabalhando para criar as condições de um mercado de biocombustíveis livre de barreiras", disse o embaixador Antonio Simões, diretor do Departamento de Energia.

A União Européia utiliza padrões técnicos baseados no desempenho do biodiesel de colza, semente de couve de clima temperado e amplamente utilizada pela Alemanha, Itália e França, maiores produtores mundiais. As características são bem diferentes das da mamona e do dendê brasileiros, cujas culturas recebem incentivo fiscal do governo. Não é apenas o biodiesel brasileiro que poderá ficar de fora do mercado europeu. Indonésia e Malásia já encontram dificuldades em vender para a União Européia o seu biocombustível, fabricado com dendê.

Rever normas

Representantes da União Européia negam que a barreira vá continuar. "É muito mais sexy fazer manchetes sobre protecionismo, mas estamos elaborando a regulamentação de maneira aberta, com a cooperação dos maiores produtores mundiais, inclusive do Brasil", afirmou Fabian Del Cross, conselheiro de assuntos comerciais da missão em Brasília.

Segundo apurou a Folha, um corpo técnico deu início à revisão das normas européias, em Bruxelas. Diplomatas europeus ouvidos pela reportagem, porém, deixaram claro que o objetivo principal é definir a especificação para o produto que melhor se adapte a máquinas e equipamentos europeus.

O Ministério da Agricultura minimiza a importância da barreira européia. Se for mantida, o Brasil venderá mais alimentos, já que produtores europeus podem migrar para a colza. "A tendência é que a UE acomode mudanças, pois a dúvida é se importará mais alimentos ou se será apenas biocombustível", diz José Nilton de Souza Vieira, do Departamento de Cana e Agroenergia.

As especificações técnicas prometem ser a letra miúda no novo mercado de biocombustíveis. Como são oriundos de produtos agrícolas, podem ter características químicas bastante díspares entre si. Uniformizar essas regras transformará os biocombustíveis em commodities, permitindo sua negociação em Bolsa e a fiscalização da qualidade do produto.

Preocupação inclui também o ambiente – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 12/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

As regras do futuro mercado global de biocombustíveis devem ir além da qualidade química dos produtos: a UE quer exigir não apenas o cumprimento de regras trabalhistas básicas mas também processos de pouco ou nenhum impacto ambiental. Diplomatas ouvidos pela Folha confirmaram a idéia de discutir a parte técnica das exigências em uma mesa paralela, enquanto Mercosul e UE travam um diálogo estratégico na mesa principal. As exigências, porém, devem causar polêmica, e o Brasil já possui um discurso fechado: quaisquer que sejam as regras, a certificação deve ser de um órgão doméstico, como já ocorre na inspeção da pecuária.

Segundo esse entendimento, caberia à ANP (Agência Nacional do Petróleo) fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental nos projetos de produção de álcool e biodiesel.

Para Juan Diego Ferrés, presidente da comissão de fundação da Ubrabio (União Brasileira do Biodiesel), uma maior participação da iniciativa privada ajudaria a ampliar o mercado no país.

"Há um processo que visa o controle sobre todas as fases de produção no país. Não há mercado intermediário, e os empreendedores não conseguem participar." (ID)

ETANOL

Crescimento 'chinês', exploração 'chinesa': duas faces do etanol - André Barrocal – Carta Maior – 01/06/2007

Por trás da produção recorde de cana e álcool na safra 2007/08, há um quadro de superexploração de cortadores e condições de trabalho desumanas. Estudo da Universidade Federal de São Carlos dimensionou essa exploração.

BRASÍLIA – A produção de álcool combustível no Brasil vai crescer 14% e atingir a marca histórica de 20 bilhões de litros na safra 2007/2008. O plantio de cana avançará 11% e também será recorde. Os números divulgados pelo ministério da Agricultura na última quinta-feira (31) mostram que, graças ao aumento do consumo de etanol no Brasil e no mundo, por razões ambientais ou econômicas, o setor canavieiro vive um momento "chinês", expressão que virou sinônimo de altos índices de expansão.

Mas não são só os negócios canavieiros que merecem o carimbo. Os números grandiosos escondem - quando não dependem de - uma "chinesa" exploração dos trabalhadores. Como no país asiático, que deve muito de sua fama de competitivo e seu elevado crescimento a salários baixos e desproteção da mão-de-obra, os canavieiros brasileiros submetem os cortadores de cana a condições desumanas, como se viu, por coincidência também na quinta-feira, durante uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Segundo sindicalistas, fiscais e procuradores do trabalho, as jornadas dos cortadores são muito longas, enfrentadas sem direito a descanso, sem água mesmo sob sol forte, sem equipamento adequado de segurança. A imposição de pesadas cotas de corte leva os trabalhadores a um esforço superior ao que o corpo suporta, causando lesão por esforço repetitivo (LER) e distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (DORT).

Em São Paulo, Estado campeão na produção de cana, cada trabalhador corta em média 10 toneladas por dia, em troca de R\$ 24. Para dar conta do serviço, percorre 9 km a pé, desfere 72 mil golpes de facão, faz 36 mil flexões de perna e carrega 800 montes de 15kg de cana, de acordo com estudo da Universidade Federal de São Carlos (UFScar).

No Mato Grosso, o Ministério Público do Trabalho (MPT) já flagrou fazenda cobrando 30 toneladas dos cortadores. “É difícil imaginar o que é isso. E é tudo feito com exposição a intempéries, jornadas extensas, geralmente sem pausas, sem reposição de água, sem abrigos”, disse o procurador Alessandro Miranda, coordenador nacional de defesa do meio ambiente do trabalho do MPT.

“O que se exige do cortador de cana é digno de um atleta, mas sem o mesmo cuidado, o mesmo preparo, o mesmo descanso”, afirmou Valdiney Arruda, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Acidentes e mortes

As condições de trabalho dos cortadores são propícias para acidentes não raro fatais. De cada 100 acidentes com gente que tem carteira assinada, cinco ocorrem no setor sucroalcooleiro. De 2002 a 2005, foram 83 mil casos. No período, houve 312 mortes no setor. “No Brasil, está diminuindo a taxa de mortalidade dos trabalhadores, mas neste setor há um aumento significativo”, disse Remígio Todeschini, presidente da Fundacentro, órgão do Ministério do Trabalho responsável por estudos na área de segurança e saúde no trabalho.

Para melhorar a vida dos cortadores, Todeschini defende que se reforce a aplicação de uma norma do ministério (NR 31) que impõe regras de segurança de trabalho à agricultura. E a redução da jornada para seis horas. São duas idéias polêmicas. Os fazendeiros rejeitam a primeira, e os trabalhadores têm medo da segunda.

“A NR 31 é a norma mais exigente do mundo, queremos que ela seja mais amena”, disse Clovis Veloso de Queiroz Neto, técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A aplicação da norma também esbarra na insuficiência de fiscais do trabalho. São pouco mais de 3 mil, menos da metade do que a Organização Mundial do Trabalho (OIT) recomenda para o Brasil (7 mil).

Os trabalhadores, por sua vez, receiam a diminuição da jornada porque pode provocar queda de renda, uma vez que existem cotas de produção. Seria necessário um improvável tabelamento salarial. Ou, o que também parece improvável, uma instantânea conscientização social por parte dos fazendeiros de que lucros não deveriam nascer da exploração.

“Não se conhece usineiro pobre, só trabalhador miserável”, afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos. E completou: “Etanol produzido à base de profunda exploração, é uma energia limpa? Não queremos um combustível limpo simplesmente para os carburadores, mas também para os trabalhadores.”

Arrocho salarial- A tese de que a exploração dos trabalhadores sustenta lucros dos patrões canavieiros tem o endosso de dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Nos últimos 12 anos, o salário mínimo aumentou 280%, mas o valor pago pela tonelada de cana cortada subiu bem menos, 118%. O custo de produção do álcool no Brasil é a metade do que se vê em países concorrentes como Índia e Tailândia. “O Brasil é um país competitivo porque tem um baixo custo de produção e isso tem relação não só com a tecnologia que o país domina, mas também o baixo salário do trabalhador”, disse o supervisor técnico do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira.

Mais identificado com o lado patronal do setor rural, o Ministério da Agricultura reconhece o arrocho. “O salário do cortador de cana é maior do que em outras áreas rurais, mas tinha de ser melhor”, afirmou Alexandre Betinardi Strapasson, coordenador-geral de açúcar e álcool do Ministério.

Apesar disso, Strapasson acredita que não se deve satanizar o setor sucro-alcooleiro, mas sim resolver os problemas por meio de uma agenda positiva. Apostar no setor, disse ele, vale à pena pelo impacto ambiental positivo do etanol como combustível e pela geração de empregos - a atividade emprega um milhão de brasileiros. Para ele, aos poucos haverá um “processo de amadurecimento empresarial” que mudará as relações capital-trabalho no setor. Mas fica a dúvida: quantas mortes ainda vão necessárias para que haja "amadurecimento empresarial"?

'O Brasil é um líder inevitável e inexorável' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/06/2007

O ex-primeiro-ministro da Espanha Felipe González disse ontem que o Brasil precisa exercer o papel de liderança no mundo a fim de assegurar a migração do consumo de combustíveis fósseis para os renováveis. 'O Brasil é um líder inevitável e inexorável', disse. Ele participou da abertura do São Paulo Ethanol Summit 2007.

Para o ex-primeiro-ministro espanhol, a experiência brasileira já é considerada relevante na transformação da situação de pobreza e subdesenvolvimento econômico da África Subsaariana. O modelo de desenvolvimento de energia renovável deve servir de base, afirmou, para uma nova relação do Brasil com os países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos e União Européia.

Na avaliação de González, a transformação do etanol em commodity, principal objetivo do encontro que termina hoje em São Paulo, dá ao Brasil condições de negociar um novo tipo de relação com esses países.

Segundo o ex-primeiro-ministro, o País 'pode ou não' querer exercer essa liderança, mas, no atual estágio do etanol, é uma tarefa que o mundo aguarda do Brasil. Para González, a relação brasileira com a América Latina será fortalecida com os investimentos em energia e na infra-estrutura de transporte.

ANP autoriza volta da mistura de álcool na gasolina aos 25% - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/06/2007

Para diretor-superintendente da agência, decisão cabe agora ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) deu aval para que o governo eleve novamente a mistura de 23% para 25% de álcool anidro na gasolina distribuída no mercado nacional. A informação é de Roberto Ardenghy, diretor-superintendente da ANP. Segundo ele, a decisão depende apenas do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que é presidente do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool. 'A decisão deve sair a qualquer momento', disse Ardenghy. A medida, uma das principais reivindicações do setor canavieiro, elevará em 200 milhões de litros por mês a demanda de álcool anidro. O aumento de demanda pode ajudar a segurar o preço do álcool entre as usinas e as distribuidoras.

Na semana passada, segundo o Centro de Estudos em Economia Aplicada (Cepea), o preço do álcool nas usinas caiu para R\$ 0,59 o litro. Essa é a sexta queda consecutiva, uma situação que pôs o preço ao menor nível desde junho de 2005.

A mistura foi reduzida no início de 2006, quando o governo decidiu intervir no setor para tentar uma redução de preços do álcool na bomba e evitar um risco de desabastecimento. A mistura havia sido reduzida para 20%. Meses depois, a mistura voltou a 23% e agora pode voltar ao volume antes da intervenção, de 25%.

A ANP analisou os números do setor e concluiu que não há riscos de falta de combustível na próxima entressafra, que começa em novembro e termina em abril de 2008.

CONTRATO

A ANP também anunciou ontem que vai autorizar em cerca de 30 dias a livre negociação de contratos futuros de etanol feitos na Bolsa Mercantil & Futuros (BM&F). Hoje, essa negociação sofre restrições. O contrato atual não permite, o que reduz, segundo o setor, os negócios com esse novo tipo de ativo. Pelas regras, o contrato poderá ser negociado livremente no Brasil, mas a execução física (entrega efetiva do produto) terá de ser feita apenas com uma distribuidora de combustível. Ainda é vetada a venda direta de álcool para os postos.

Segundo o diretor-superintendente da ANP, a execução física poderá ser feita com a distribuidora ou com um exportador. O novo contrato dará liquidez ao papel e permitirá o desenvolvimento de um mercado futuro de etanol. Atualmente, a compra de álcool ocorre quase integralmente no mercado spot (à vista). Para Ardenghy, o mecanismo poderá ser mais eficaz na previsibilidade de preços do que a criação do sistema de estoques reguladores.

Outra medida em estudo é tirar das distribuidoras a exclusividade da venda de álcool para os postos. Ainda não há nenhuma conclusão sobre essa medida.

Álcool barato. Nas usinas - Chico Siqueira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios
– 05/06/2007

Preço deve cair em posto esta semana

O preço do álcool combustível é o menor desde 2005 nas usinas de São Paulo, maior produtor do País, segundo pesquisa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP). O álcool hidratado, usado para abastecer diretamente nas bombas, foi vendido na semana passada por R\$ 0,59854 o litro. Trata-se do menor preço desde 24 de junho de 2005, quando chegou a R\$ 0,59827.

Desde o dia 20 de abril, quando teve início a trajetória de queda, o preço do hidratado caiu 38% nas usinas. O álcool anidro, usado na mistura à gasolina, cujo preço caiu 7,6% só na semana passada, também apresenta queda de 37% desde 5 de abril. Foi vendido por R\$ 0,705, menor preço desde 24 de junho de 2005, quando foi negociado a R\$ 0,697.

A queda, segundo a pesquisadora Miriam Bacchi, do Cepea, é atribuída à sazonalidade do setor, normal no começo de safra. “Mas essa queda de preços deverá estimular o consumo, propiciando, num futuro próximo, a recuperação dos valores em outro nível”, disse. Segundo ela, a situação não se repetiu em 2006 porque as usinas direcionaram a produção para fabricar açúcar, cujo preço estava mais atraente, e aos embarques de álcool para o exterior, que começaram mais cedo.

O repasse de preços para o consumidor, que não atingiu a maioria dos postos, deverá, enfim, ocorrer a partir desta semana, segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Paiva Gouvêa.

“Os postos não reduziram os preços porque não receberam o repasse da queda das distribuidoras, o que começou a ocorrer de forma tímida na última quinta-feira e deverá se acentuar a partir desta semana”, disse.

Segundo Miriam, a expectativa é a de que o repasse seja mesmo feito, mas não nas proporções verificadas nas usinas. “O repasse não é contemporâneo e não será nas mesmas proporções porque há outros custos na composição de preços para o varejo, como frete, mão-de-obra e energia elétrica, entre outros”, afirmou.

Potencial de produção da AL está em estudo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/6/2007

A Comissão Interamericana de Etanol, entidade privada formada no ano passado pelo ex-governador da Flórida Jeb Bush e pelo ex-ministro de Agricultura do Brasil Roberto Rodrigues, apresentará na semana que vem o potencial de produção de etanol na

América Latina. O levantamento está sendo feito pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Segundo Rodrigues, os dados precisam ser checados, mas revelam que apenas México e Venezuela têm restrições à cessão de áreas para o plantio de cana. 'O restante tem interesse e disponibilidade para a produção.' O levantamento é parte de um plano estratégico para garantir suprimento regional aos EUA e aos países europeus e asiáticos.

Lula encerrará visita à Índia sem acordo na área de biocombustíveis - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/06/2007

Governo brasileiro conseguiu apenas iniciar negociação para a transferência de tecnologia no cultivo da cana

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixará Nova Délhi nesta tarde sem levar consigo um acordo de cooperação na área de biocombustíveis entre o Brasil e a Índia, hoje o principal parceiro estratégico na Ásia e maior concorrente na liderança da produção mundial de cana-de-açúcar.

Ontem, o governo brasileiro conseguiu apenas iniciar a negociação de um possível acordo, que envolverá a transferência de tecnologia brasileira para o aumento da produtividade no cultivo canavieiro indiano em troca do aumento das exportações de etanol do Brasil para a Índia.

O acordo era dado como certo pelo Itamaraty na semana passada. Mas sua ausência não fez o presidente Lula desistir de ensaiar o enfoque social que sustentará seu apelo em favor da disseminação do uso de biocombustíveis durante a Cúpula do G-8 - grupo dos países mais industrializados, somado à Rússia.

Essa reunião será em Heiligendamm (Alemanha), na próxima sexta-feira. À imprensa brasileira, Lula afirmou que o Brasil não quer monopolizar a oferta mundial de biocombustíveis e prefere 'incentivar' as nações mais pobres a plantar cana-de-açúcar e transformá-la em etanol ou biodiesel.

'O Brasil não quer fornecer para todo o mundo', afirmou. 'Se o mundo inteiro começar a utilizar 10% de álcool junto com o biodiesel, imagina o que você não vai produzir em Minas, na terrinha', afirmou, dirigindo-se a um repórter mineiro. 'Se depender do meu entusiasmo, todo mundo vai entrar na era do biocombustível', completou.

MISTURA - A primeira discussão de um eventual acordo Brasil-Índia sobre biocombustíveis deu-se na suíte do presidente Lula, em um luxuoso hotel de Nova Délhi, e envolveu o ministro de Petróleo e Gás da Índia, Murli Deora, e o presidente da Petrobrás,

José Sérgio Gabrielli. Nessa etapa inicial, o Brasil pleiteou à Índia a expansão da atual mistura de 5% de álcool na gasolina a todo o seu território ou o aumento desse nível para 10% nos nove Estados que já a aplicam.

O ministro Deora apontou o interesse na elevação da produtividade do cultivo de cana-de-açúcar na Índia, a partir da cooperação técnica do Brasil. Mas deixou claro que qualquer decisão nessa área dependerá de três fatores, ainda inexistentes: a disponibilidade de oferta de etanol, a criação de uma logística de transporte e o acesso ao mercado consumidor.

'Esse é um processo demorado. Do ponto de vista mundial, só haverá mudança substancial com a definição de uma regulamentação internacional do setor e com a consolidação de várias fontes supridoras', justificou Gabrielli.

Segundo maior produtor mundial de cana em 2006, a Índia colheu 244,8 milhões de toneladas em uma área de 4,1 milhões de hectares - produtividade de 59,71 toneladas por hectare. O Brasil ficou na frente, embora a tendência é perder a liderança na produção total para a Índia nos próximos anos.

A produção brasileira alcançou 440 milhões de toneladas na safra 2005-2006, em uma área de 5,4 milhões de hectares. Em termos de produtividade, o Brasil continua à frente, com 75,3 milhões de toneladas por hectare.

FRASES

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente

'O Brasil não quer fornecer para todo o mundo'

'Se o mundo inteiro começar a utilizar 10% de álcool junto com o biodiesel, imagina o que você não vai produzir em Minas, na terrinha'

'Se depender do meu entusiasmo, todo mundo vai entrar na era do biocombustível'

José Sérgio Gabrielli

Presidente da Petrobrás

'Esse é um processo demorado. Do ponto de vista mundial, só haverá mudança substancial com a definição de uma regulamentação internacional do setor e com a consolidação de várias fontes supridoras'

Declaração que falará do combustível não é a mesma que o G-8 fará ao final de seu encontro

O Brasil conseguiu incluir uma menção ao biocombustível na declaração final que será emitida na sexta-feira pelos países emergentes e pela Alemanha como uma das alternativas para lidar com o aquecimento do planeta. O documento foi negociado entre Brasil, China, Índia, África do Sul e México, além dos alemães como presidentes do G-8.

O Brasil, porém, deixou claro que não aceitaria qualquer menção a uma meta de emissões de gás carbônico (CO₂) para os países emergentes. Na avaliação do Itamaraty, tal medida teria repercussões para o próprio desenvolvimento do País nos próximos anos. 'Um teto nas emissões é também um teto no desenvolvimento', afirmou um representante do Palácio do Planalto.

A questão do meio ambiente será um dos pontos centrais do encontro entre França, Alemanha, Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, Japão, Canadá e Itália. Cinco países emergentes foram também convidados para o encontro que começa hoje. Mas apenas poderão participar dos debates na sexta-feira e por apenas uma hora e meia. Como vem ocorrendo há vários anos, o grupo de países ricos se reúne isoladamente por dois dias e apenas no terceiro dia de reuniões é que permite a participação dos emergentes.

A declaração que falará do etanol não é a mesma que o G-8 fará ao final de seu encontro. Mesmo assim, o governo alemão foi obrigado a negociar com os demais países do grupo de economias industrializadas para dar o sinal verde para que o etanol fosse mencionado.

A diplomacia brasileira comemorou a inclusão do tema no documento de Heiligendamm. Em Berlim, diplomatas alemães confessaram ao Estado que uma grande ajuda foi dada a Brasília pelo apoio dos Estados Unidos ao tema. Em março, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush estabeleceram acordos de cooperação na área do etanol.

A verdade é que a menção ao etanol no G-8 convém não apenas ao Brasil, mas também aos Estados Unidos, que quiseram evitar de todas as formas que os alemães conseguissem a inclusão de novas metas de emissões de CO₂. A Casa Branca preferiu se concentrar em temas como inovações tecnológicas como forma de lidar com o meio ambiente. Nessa manobra, portanto, o etanol cai como uma luva.

TETOS

Já quanto à insistência dos europeus em ver os emergentes com tetos de emissões de CO₂ nos próximos anos, o Brasil é enfático em negar tal proposta. O governo aceita que todos os países tenham responsabilidades, mas alerta que não há como aceitar um teto para

as emissões enquanto uma tendência contrária ocorre nos países ricos. Os Estados Unidos não aceitam as metas para os países ricos com temores de perder competitividade no setor industrial. Já os europeus, apesar do discurso, viram suas emissões aumentarem entre 2005 e 2006.

O governo defenderá na Alemanha que, se o desmatamento no País for reduzido, o Brasil deixa a lista dos 20 maiores emissores de CO₂ do mundo. Pelos cálculos do governo, em oito anos, o País deixou de emitir mais de 600 milhões de toneladas de CO₂ graças ao etanol.

'A Amazônia é nossa', diz Lula – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/06/2007

A Amazônia é nossa. Foi assim que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu aos comentários cada vez mais freqüentes na Europa de que o etanol poderia ser uma ameaça à floresta amazônica. “Não aceitamos a idéia que está sendo passada ao mundo de que estamos plantando cana-de-açúcar na Amazônia”, disse Lula.

“Primeiro, porque a Amazônia é nossa e nós, soberanamente, temos de decidir como cuidar da floresta.” O presidente ainda lembrou que o Brasil tem terra suficiente para a plantação de cana sem afetar a mata tropical.

A Comissão Européia alerta que há riscos de que uma plantação generalizada de cana poderia afetar o meio ambiente se Brasil e outros países emergentes usarem suas áreas de floresta para o cultivo. Bruxelas anunciará em novembro as exigências ambientais que irá impor aos países que queiram exportar etanol para o mercado europeu.

“A Amazônia tem 360 milhões de hectares e temos outros 381 milhões de hectares preparados para a agricultura. Desses, apenas 6% são destinados à cana”, afirmou Lula.

“Não aceitamos essa discussão. Queremos preservar nossa Amazônia. Em dois anos, diminuimos em 52% o desmatamento”.

Fidel: contra o etanol e contra Cuba - Suely Caldas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/06/2007

Em sua mais recente aparição pública desde que caiu doente, Fidel Castro usou um terço de um artigo publicado no jornal oficial Granma para bombardear o programa brasileiro do etanol. Tomando por base documentário de dois cineastas brasileiros (Maria Luisa Mendonça e Tiago Thorlby) sobre as condições de produção e trabalho nos canaviais, Fidel Castro sentenciou: 'É preciso desmistificar a propaganda sobre os supostos benefícios dos agrocombustíveis. No caso do etanol, a cultura e o processamento da cana-de-açúcar

contaminam os solos e as fontes de água potável, porque utilizam uma grande quantidade de produtos químicos.' O bombardeio é estendido às condições de trabalho na colheita da cana: 'Trabalham sem registro formal, sem equipamento de proteção, sem água ou alimentação adequada, sem acesso aos banheiros...' Estranhamente Fidel não citou as queimadas de canaviais, fenômeno que propaga poluição e causa danos ao meio ambiente. Seria porque Cuba também faz uso das queimadas? Fidel Castro imita o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que se tem dedicado à missão de condenar o Brasil e o presidente Lula por ter aqui recebido o presidente dos EUA, George Bush, e com ele acertado um acordo para desenvolver o mercado de etanol no mundo. Quando governantes são movidos pelo ódio político-ideológico em decisões que requerem pragmatismo e inteligência, quem sofre é a população. Como dirigente de um país que cultiva a cana-de-açúcar há mais de um século, Fidel Castro sabe muito bem que os efeitos poluentes da produção do álcool, além de serem quase nada, comparados aos combustíveis fósseis, são facilmente superados pela ação preventiva do homem. O mesmo princípio vale para as condições de trabalho dos cortadores de cana: no Brasil são duras, mas têm tudo para melhorar com a mecanização e a expansão do mercado de etanol. A União Européia, por exemplo, já anunciou que vai criar uma lei exigindo de exportadores de biocombustíveis certificados de sustentabilidade ambiental e de condições dignas de trabalho para o produto entrar nos 27 países do bloco. É uma iniciativa a que o Brasil se deveria antecipar e assumir a liderança. Se, em vez de se ocupar em 'desmistificar a propaganda sobre os benefícios dos agrocombustíveis', cuidasse de aumentar o plantio de cana e construir novas usinas de etanol em Cuba, Fidel Castro trabalharia mais em favor de seu povo, gerando empregos, renda, riqueza e divisas e levando aos cubanos os benefícios do progresso da expansão do mercado de agrocombustíveis no mundo. Mas, não, ele prefere ficar contra seu país e desqualificar os agrocombustíveis só porque os EUA anunciaram um programa ousado de substituição de gasolina pelo álcool. A China aprendeu com o passado a não usar de forma errada a ideologia e há anos sua economia cresce continuamente à taxa de 10%. No final dos anos 70, quando o país era governado pela viúva de Mao Tsé-tung, a produção agrícola era achatada, reprimida por motivações ideológicas burras: o camponês tinha sua produção limitada à cota que entregava ao Estado e era impedido de possuir mais de três galinhas, um galo e um porco, 'para não despertar a ambição de riqueza'. Pois bem, com a abertura econômica iniciada por Deng Xiaoping, o governo destravou as amarras ideológicas, criou um mercado livre para agricultores que ultrapassassem a cota do Estado e a produção agrícola explodiu, cresceu 60% em cinco anos, gerou renda, emprego, riqueza e comida. Na segunda-feira, o governador de São Paulo, José Serra, assinou acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) que representa um passo à frente para modernizar o setor de açúcar e álcool e lhe tirar a pecha de usar métodos feudais nas relações de trabalho e no que diz respeito ao meio ambiente: as indústrias comprometem-se a expandir as áreas mecanizáveis e eliminar as queimadas até 2014. O efeito negativo é que a substituição do homem por máquinas colheitadeiras vai produzir desemprego. Mas ali o emprego é de má qualidade, o trabalhador precisa cortar, no mínimo, 6 mil toneladas/dia e trabalhar 12 horas para garantir remuneração de R\$ 1 mil/mês. A tendência é ele migrar para outra lavoura.

***Suely Caldas é jornalista. E-mail: sucaldas@terra.com.br**

Agora é a Opep que ataca o etanol - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/06/2007

Mais um para condenar o etanol. Agora é a vez da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) que, em 1973, irresponsável, jogou o mundo em uma das mais profundas e dramáticas recessões. Insaciável, a Opep vem sempre alimentando altas cada vez maiores do preço do petróleo. Na sexta-feira, em Nova York, os contratos de petróleo para julho fecharam em US\$ 64,76 o barril. O lucro é fabuloso. Na Arábia Saudita, a extração de um barril fica, em média, pouco mais de US\$ 2. O custo, também médio, nos países muçulmanos do Oriente Médio não passa de US\$ 10!

Assim, a reserva cambial supera US\$ 1 trilhão.

É tanto dinheiro que nem sabem o que fazer com ele. Os governantes, todos monarcas ou presidentes totalitários e suas famílias reais embolsam a maior parte e investem o restante em ativos financeiros ou fixos no Ocidente. Isso quando não usam o seu poder para pregar seu fanatismo contra os 'países infiéis'.

PREÇO PODE EXPLODIR, AMEAÇAM

Nesta quarta-feira, Abdalla El-Badri, secretário-geral do cartel que responde por 40% da produção mundial, ameaçou os países desenvolvidos com o aumento do preço do petróleo 'até o teto' se continuarem pensando em usar biocombustível, principalmente etanol, para substituir parte da gasolina que consomem. Como prometeu George W. Bush no Congresso pretendendo corretamente reduzir a perigosa dependência dos Estados Unidos dos fornecedores instáveis.

AMEAÇAM NÃO INVESTIR, MAS...

E o sr. El-Badri foi categórico, agressivo. A produção de etanol e outros biocombustíveis será insustentável em médio prazo, pois competem com os alimentos, 'com preços no maior nível dos últimos 30 anos'.

Mais um trilhionário que se apiedou da fome no mundo. Honestíssimos nadando no seu mar de dólares... Por que eles não doam parte de suas imensas riquezas para socorrer a fome na África?

AH! ISSO NÃO...

E vai mais fundo: 'Vocês não terão etanol e não terão um aumento da produção de petróleo. E aí os preços passarão do teto'. Para justificar suas afirmações decididamente exageradas, ele afirma que para manter níveis adequados de produção de petróleo, os países da Opep precisam investir pesadamente nos campos atuais e em novos. 'Até agora, estamos mantendo os planos de investimento mas, se não sentirmos segurança na demanda, podemos rever os planos de longo prazo.'

Segundo dados decididamente superdimensionados da Secretaria da Opep, eles planejam investir cerca de US\$ 130 bilhões até 2012 para aumentar a produção. De acordo com o Financial Times, excluindo a produção do Iraque, a previsão do cartel é de produzir 39,7 milhões de barris por dia em 2010.

Hoje, eles produzem 35,7 milhões de barris por dia. E tem mais, diz Al-Sadri em tom ameaçador, pretendemos investir US\$ 500 bilhões na infra-estrutura produtiva entre 2013 e 2020. Isso poderia mudar, porém, dependendo do uso futuro de biocombustíveis.

Enquanto isso, eles se regalam com o preço do barril de petróleo que jorra como água de suas fontes a US\$ 65.

AIE DIZ QUE NÃO É VERDADE

A Agência Internacional de Energia (AIE) reagiu imediatamente. O seu chefe, Claude Mandil, afirmou ao Financial Times que não é bem assim. Há exagero. 'O biocombustível (leia-se, por enquanto etanol) terá uma contribuição muito pequena na demanda futura. Mesmo no melhor cenário, haverá uma necessidade dramática de mais petróleo. A Opep não tem nada a temer.'

Até 2015, a demanda aumentará em 10 milhões de barris por dia. E sabem quanto biocombustível pode representar essa demanda? Atendem para esse número, apenas, irrisórios 3 milhões de barris por dia! Previsões oficiais da AIE.

É uma chantagem furada, furada sim. E por vários motivos muito convincentes. Explico.

1 - A Opep sabe muito bem que os preços não podem 'chegar ao teto', simplesmente porque quando chegarem a níveis exorbitantes, como chegam hoje, viabilizarão outras fontes de energia, muitas renováveis.

O etanol é um exemplo disso. Só tornou-se viável por causa da explosão dos preços do petróleo. E eles sabem que o biodiesel de celulose, ainda economicamente inviável no curto prazo - mas progredindo com investimentos em pesquisa, nos Estados Unidos -, poderá transformar-se tranquilamente em mais uma fonte para substituir a gasolina! E isso a um custo irrisório, pois se origina de resíduos vegetais, folhas, galhos, lixo vegetal. E isso graças à galáxia da Opep...

Você já imaginou, leitor, por exemplo, produzir gasolina de galhos catados nas florestas, nos parques e nos bosques? Você irá começar a limpar com mais cuidado o seu jardim que poderá se transformar numa fonte de renda...

2 - A Opep sabe muito bem que com o bicombustível a demanda suplementar por petróleo, em tese, não precisaria crescer nos níveis atuais. Haverá menor consumo e, assim, uma necessidade também menor de expansão dos países do cartel.

3 - A Opep sabe que, mesmo com o bicomcombustível, ela continuará vendendo petróleo, pois o etanol substitui apenas um dos muitos derivados de petróleo, a gasolina. Há outros derivados importantes, como óleo combustível, querosene de aviação, gases naturais, nafta, solventes, parafinas e, quando o barril refinado chegar ao fim, quando se pode pensar que ele deu tudo o que podia dar, resta ainda o precioso asfalto. Há toda a indústria petroquímica que depende do petróleo.

Foi isso que o diretor da AIE quis dizer ao afirmar que (infelizmente) o mundo precisará ainda, por muito tempo, do petróleo que eles produzem. Somos prisioneiros dos países árabes e mulçumanos (o Irã) do Oriente Médio. É mina de ouro.

4 - A Opep sabe, e muito bem, que os países do Oriente Médio jamais deixarão de investir porque o petróleo é a única, absolutamente única riqueza de que dispõem. Tudo o mais é deserto. Se perderem isso, acaba a festa.

5 - A Opep sabe, e muito bem, que mesmo o barril a US\$ 25, esses países continuarão ganhando enormidades e rindo à toa no seu mar de dólares. Jamais, jamais mesmo, irão abandonar esse presente dos céus, de uma natureza generosa para com eles e ingrata com o resto do mundo, vítimas inocentes dos países árabes que cortaram o fornecimento de petróleo por causa de sua guerra perdida com Israel, em 1973.

Continuarão investindo, sim. E muito. O petróleo é a galinha dos ovos de ouro de quem só tem isso, nada mais.

6 - A Opep sabe que quanto mais elevar os preços, mais tornará economicamente viáveis outras reservas de petróleo em países consumidores, fora do cartel. O Canadá, já grande produtor, que explora com sucesso suas reservas de petróleo arenoso, antes antieconômica, é uma prova disso.

QUEREM MESMO ESPECULAR

Por essas razões, posso reafirmar com tranquilidade que é chantagem, pura chantagem vazia. Querem especular empurrando o preço para cima, se puderem, a até mais de US\$ 70. Em passado recente, já passou disso. Eles simplesmente atacam o etanol porque estão com medo não de ficarem pobres, coitadinhos... Mas de não continuarem ganhando tanto. Só querem preservar a arma que mantém o mundo como seu refém. E vai continuar refém, sim, por muito tempo, a não por países como o Brasil que, com a Petrobrás, praticamente atende à demanda interna.

Não precisam atacar o etanol, não, senhores do poder totalitário do Oriente Médio. Vocês vão continuar ganhando muito. Nós e o mundo vamos ficar com o etanol e vocês com os seus rios de dólares. Chega de chantagens ou blefes, por favor. Isso não pega.

***E-mail: at@attglobal.net**

Petrobrás quer selo para etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/06/2007

A Petrobrás estuda criar um selo de qualidade para o álcool que pretende exportar, a fim de evitar possíveis restrições de compradores estrangeiros ao uso de trabalho escravo nas usinas brasileiras. A empresa negocia contratos de longo prazo com o Japão e trabalha pela consolidação de um mercado internacional de álcool combustível.

O diretor financeiro da estatal, Almir Barbassa, disse ontem que a companhia pode participar do controle de usinas de álcool, com o objetivo de ter maior interferência no processo produtivo.

'Uma empresa que tem preocupação social como a Petrobrás não pode se descuidar e não pode permitir a atuação fora dos padrões de qualidade', disse.

O gerente de comunicação institucional, Wilson Santarosa, lembrou que a BR Distribuidora rompeu recentemente contrato de fornecimento de álcool com uma usina do Paraná que foi autuada pelo Ministério do Trabalho por usar mão-de-obra escrava.

Opep diz não e GM adere ao álcool - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/06/2007

É álcool e é petróleo de novo, mas justifico. Tivemos nos últimos dias fatos novos importantes. O presidente da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) rejeitou pedido dos países consumidores para que o cartel aumente a produção para evitar novas pressões sobre o preço. Ao mesmo tempo, a saudita Aramco, na semana passada, suspendeu por tempo indeterminado a oferta do petróleo, puxando os preços para cima. Ainda ontem, o anúncio de que o estoque de refinados está no menor nível também pesou, mas o fato decisivo foi a menor oferta de petróleo.

A Agência Internacional de Energia (AIE) alertou na terça-feira para um crescimento da demanda de petróleo maior do que se previa e, para mim a notícia mais importante, o presidente mundial da General Motors, Rick Wagoner, afirmou na reunião dos acionistas, em Nova York, que é crucial para a empresa se afastar da gasolina e intensificar a fabricação de veículos biocombustíveis. 'Está cada vez mais claro que o etanol tem de longe o maior potencial para reduzir o consumo e a importação de petróleo dos EUA, assim como a emissão de gás carbônico.'

A declaração do presidente da GM, feita com notas cuidadosamente preparadas, mostra uma tendência cada vez mais forte da indústria automobilística mundial de aceitar definitivamente o etanol como combustível alternativo para o petróleo.

Rick Wagoner foi mais longe. Ousado, afirmou textualmente que a GM está intensificando esforços para oferecer cada vez mais veículos que possam utilizar uma

mistura de 85% de etanol à gasolina. Não 25%, como Bush havia proposto. Significativo: a maior parte das perguntas dos acionistas não girou em torno dos planos da empresa, mas de ambiente. Queriam saber se o etanol era comercial e ambientalmente viável, e Wagoner, preparado, esclareceu todas as dúvidas.

PREOCUPADA, A AIE ALERTA

A AIE afirmou na terça-feira que a demanda mundial de petróleo está aumentando mais do que se previa, enquanto a produção dos países não-membros da Opep evolui mais lentamente. 'Definitivamente, nós precisamos de mais petróleo', afirmou David Fryle, analista da entidade que acompanha o mercado mundial do petróleo para os países consumidores.

O relatório da agência estima que a demanda deverá aumentar, neste ano, em 1,7 milhão por dia, 2% a mais em comparação a 2006. A oferta aumentou em apenas 900 mil barris por dia. O estoque mundial poderá cair em 1 milhão ou 1,5 milhão de barris/dia neste trimestre, 'elevando os preços aos níveis mais altos desde 2004'. Isso preocupa, afirma o relatório.

MAIS PETRÓLEO? NÃO E NÃO

Os técnicos da agência não acreditam em um possível aumento da produção da Opep antes da reunião ministerial de 11 de setembro. O secretário-geral do cartel, Abdalla El-Badri, em entrevista ao Financial Times, deixou aberta a possibilidade de um aumento no fim do ano, dependendo dos estoques. O presidente da Opep, Mohamed al-Hami, e o seu secretário foram categóricos na terça-feira, na Conferência Asiática sobre Petróleo e Gás, realizada em Kuala Lumpur: há petróleo demais no mercado, não pensamos em aumentar a produção nem vamos convocar uma reunião extraordinária para isso.

A reunião havia sido proposta pelos países consumidores, preocupados com os preços cada vez mais altos. Os países mais ricos conseguiram absorver o aumento, mas os menos desenvolvidos estão arcando com um peso que os impede de crescer e aumenta de forma dolorosa sua pobreza e as marcantes disparidades sociais.

POBREZA MUNDIAL? ORA...

Mas o que interessa isso à Opep? Nada. Não é seu problema. A Arábia Saudita, dominada secularmente por uma família real totalitária, nem se incomoda no isolamento feliz de sua imensa riqueza. Fechou as portas para a imprensa.

Mas, atenção: com uma produção de 11 milhões de barris por dia, ela responde, sozinha, vejam bem, sozinha, por 13% do consumo mundial. Ah! Eu ia esquecendo. A família real saudita fica com 37% da receita do petróleo e uma parte vai para um fundo previsto em US\$ 200 bilhões para o futuro, quando o petróleo não for o maná do céu, ou do deserto.

Riquíssima, nadando em centenas de bilhões de dólares, a Arábia Saudita tem uma população de pouco mais de 24 milhões de habitantes.

NÃO PEGOU

Parece que a ameaça-chantagem da Opep de não investir para aumentar a produção de petróleo não pegou. O mercado internacional ficou indiferente. Os analistas conhecem muitíssimo mais do que nós os argumentos apresentados na coluna de domingo. Os preços aumentaram apenas quando a Aramco suspendeu a oferta de petróleo sem dizer o motivo e os estoques de refinado recuaram. Mas foi a Aramco que pesou, sem dizer nada.

É uma festa às nossas custas. E, pior, o mundo não tem saída. Só pode avançar com a meia salvação do etanol, que chegou graças ao Brasil.

São eles que mandam. Os países do Oriente Médio, que detêm 62% das reservas mundiais do petróleo, jamais deixarão de investir na única riqueza que possuem. O mercado sabe disso, sabe que o álcool, aprovado pela General Motors, não compete de forma substancial com o petróleo e que há grande espaço para os dois. Sabe mais : que ainda por muito tempo o mundo continuará refém do petróleo de um Oriente Médio indiferente, rico, fanático e medieval com suas guerras tribais. É triste, arriscado, instável, mas é assim. Só resta avançar com o etanol e cortar algumas correias, apenas algumas, que nos prendem ao petróleo fanatizado do mundo árabe.

Em tempo, por favor, não mandem e-mails me criticando, pois também sou filho de árabe, libanês civilizado. Primeira geração.

*E-mail: at@attglobal.net

Pela primeira vez, Brasil tem voz ativa no G8 – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/06/2007

A partir de quarta-feira, na Alemanha, país falará sobre a produção de álcool, tema em que é mundialmente reconhecido

Assunto principal da cúpula será a busca por fontes de energia que sejam menos prejudiciais ao ambiente e venham de países seguros

Pela primeira vez nos 31 anos de história do G7 (transformado em G8 a partir de 1998), o Brasil não é um ausente ou mero convidado de pedra, que nada tem a dizer sobre o tema principal.

A partir do dia 6, em Heiligendamm, pequeno balneário alemão no Báltico, sede do G8 de 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá falar -e ser ouvido com interesse- sobre biocombustíveis, na medida em que o assunto principal da cúpula passou a

ser a busca por fontes de energia que sejam menos prejudiciais ao ambiente e, ao mesmo tempo, provenham de fornecedores seguros.

O Brasil não faz parte do G8, composto por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia. Mas Lula foi convidado a participar na forma que a imaginativa retórica diplomática batizou de G8+5 (os cinco são, além do Brasil, a China, o México, a Índia e a África do Sul).

Qual a diferença entre as 31 cúpulas anteriores e a de Heiligendamm? Simples: antes, os temas passavam a anos-luz da possibilidade de interferência do Brasil. Tratava-se, acima de tudo, de discutir como ajeitar a economia mundial de acordo com os humores e interesses dos sete grandes. A incorporação da Rússia não mudou quase nada o espírito do grupo, tanto que os russos, nos primeiros anos após a sua entrada, ficaram confinados ao dia final, quando já estava encerrado o debate de temas econômicos.

Mesmo neste ano, o projeto inicial da Alemanha, presidente de turno do G8, previa debater a transparência dos mercados financeiros mundiais, a redução dos desequilíbrios macroeconômicos, a liberdade de investimento e as consequências sociais da globalização. O que mudou tudo foi o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, que prevê uma catástrofe global se não forem adotadas medidas urgentes para combater o chamado efeito estufa, os gases que causam o aquecimento global.

A mudança de agenda foi honestamente admitida por Bernd Pfaffenbach, o "sherpa" alemão, em entrevista recente ao jornal britânico "Financial Times" ("sherpa" é a palavra que se usa em cúpulas globais para designar os funcionários que fazem o trabalho preparatório, como os guias que conduzem os alpinistas no Himalaia). "Os líderes não podem falar durante um dia e meio apenas sobre como alcançar um crescimento econômico mais equilibrado. Energia e mudança climática são tão importantes quanto a economia", afirmou.

O Brasil não tem peso para reequilibrar a economia mundial, como é óbvio. Mas, em matéria de combate ao aquecimento global, pode, sim, falar daquilo em que é especialista mundialmente reconhecido: a produção de álcool, combustível limpo e que não procede, ao menos por enquanto, de países sujeitos a tormentas políticas, como a Venezuela e os países árabes, grandes fornecedores de petróleo. Ou mesmo a Rússia, cujo gás tem sido usado para o que a União Européia considera uma chantagem.

Desta vez, ao contrário do que vinha sendo a norma até recentemente, o Brasil não é o vilão em matéria ambiental. Claro que ainda há críticas ao desmatamento da Amazônia, claro que há vários especialistas que começam a questionar o álcool como combustível quase milagroso e limpo.

Mas as críticas e suspeitas sobre o álcool, ao menos o brasileiro, vindo da cana-de-açúcar, dizem respeito a um suposto futuro em que a cultura para produzir o combustível deslocaria a plantação de alimentos e aumentaria o desmatamento. São mais palpáveis os benefícios imediatos, ante a urgência colocada ao planeta pelo relatório sobre mudança climática.

Tanto que o presidente norte-americano George Walker Bush já assinou com o Brasil um memorando de entendimento em torno do álcool, e a União Européia convidou Lula para falar sobre biocombustíveis em conferência especial no dia 6 de julho, em Bruxelas.

Por isso, o chanceler Celso Amorim anuncia "uma posição muito combativa, não defensiva" durante o G8, no qual Lula intervirá apenas no último dia. Até sobre a Amazônia o Brasil agora sai da defesa para, segundo Amorim, vender a tese de que "a Amazônia será uma grande vítima da mudança climática, correndo o risco de virar uma savana em 70 anos".

Tudo somado, o presidente Lula estará à vontade para dizer que os biocombustíveis são uma importante contribuição para mudar o padrão de consumo energético, reduzindo os elementos mais poluidores.

Convidados buscam criar estratégia comum para G8 – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2007

Lula quer ajuda de Bush em mercado de etanol

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que os cinco países em desenvolvimento convidados para a reunião do G8 estabelecerão na quinta-feira, em Berlim, "uma estratégia para a participação" no encontro anual do grupo dos sete países mais industrializados do mundo e da Rússia. Os convidados são: Brasil, Índia, China, África do Sul e México.

Há ainda previsão de encontro entre Lula e o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, na tarde de sexta, em Heiligendamm, onde se realizará a reunião do G8. O petista quer ajuda do norte-americano na criação de um mercado mundial de etanol, na queda de subsídios agrícolas nos países mais ricos e numa compensação financeira às nações mais pobres por diminuição do desmatamento.

Lula tentou marcar o encontro com Bush para quinta, mas houve dificuldade na agenda dos dois. Eles já se encontraram duas vezes e se falaram em outras duas ocasiões neste ano.

Na visão de Lula, um mercado mundial de etanol beneficiará a economia dos países mais pobres e diminuirá o aquecimento global. E ainda agradará a Bush por seu apelo ambiental, aspecto que ganha importância crescente na opinião pública dos países mais desenvolvidos.

Em rápida entrevista ontem à noite, antes do jantar com o primeiro-ministro da Índia, Lula disse que sua visita a Nova Déli tinha "interesse político", além do aspecto comercial. "A Índia é considerada a nossa parceira estratégica. A Índia tem um papel

importante nas discussões da OMC [Organização Mundial do Comércio]. Índia e Brasil têm trabalhado juntos. Temos problemas similares e virtudes similares."

Indagado se desejava que Índia e Brasil chegassem "afinados" ao encontro do G8, o brasileiro respondeu: "Penso que sim. Temos uma reunião em Berlim para estabelecermos uma estratégia para a participação no G8. Brasil e Índia têm muitas afinidades políticas e vamos reforçá-las mais".

A tese que Lula pretende que seja abraçada na reunião do G8 é a seguinte: os países ricos melhorariam a qualidade de vida do planeta ao fazer prosperar a economia dos países mais pobres, que poderiam ser grandes produtores de etanol. O sucesso da Rodada Doha, de liberalização do comércio mundial, é fundamental.

Lula avalia que Bush abraçará a idéia como forma de melhorar sua "foto na história", diz um auxiliar direto do petista. O presidente dos EUA, que sairá do cargo em 2008, não quer deixar como herança o fracasso da Guerra do Iraque.

Articulações

Nesse contexto, Lula pediu, em conversa por telefone, apoio do primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, que está deixando o cargo após o desgaste em sua popularidade com o apoio a Bush na Guerra do Iraque. Blair também teria uma chance de sair do posto defendendo bandeira popular.

Na reunião do G8, Lula quer apoio da Alemanha à instituição de crédito de carbono para a queda do desmatamento nos países em desenvolvimentos.

Lula terá encontros na quinta na capital alemã com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e da Nigéria, Umaru Yar'Adua. Vai se reunir também com o secretário-geral da ONU.

(KENNEDY ALENCAR)

Demanda maior dos EUA dobra exportação de álcool do Brasil – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2007

A demanda por combustíveis renováveis gerou aumento nas exportações de álcool e milho neste ano, de acordo a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). O álcool está sendo comprado pelos EUA para ser misturado à gasolina. O milho vai para a União Européia, para substituir o produto norte-americano, agora usado para fazer álcool. Até abril de 2007, a exportação de álcool somou US\$ 490 milhões, alta de 108,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Em quantidade, foram exportadas 510 mil toneladas do produto, aumento de 65%.

As exportações de milho chegaram a US\$ 260 milhões, aumento de 313,5%. Foram exportadas 1,7 milhão de toneladas, 205,8% acima de 2006.

"A questão energética nos EUA vai ter impacto muito grande no mercado, porque a fronteira agrícola deles está esgotada", avalia Antônio Donizeti Beraldo, assessor técnico da CNA. Para plantar mais milho e elevar a produção de álcool, os norte-americanos terão, necessariamente, de reduzir a área plantada com outras culturas, afetando os preços. A CNA prevê saldo de US\$ 47,4 bilhões na balança comercial do agronegócio em 2007, aumento de 11% em relação a 2006. As razões são a alta dos preços internacionais dos principais produtos brasileiros e o aumento de produção.

O PIB (Produto Interno Bruto, soma dos valores de tudo o que foi produzido) do agronegócio brasileiro cresceu 0,74% no primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo período de 2006. Para este ano, a CNA projeta R\$ 197,73 bilhões de valor bruto da produção agropecuária, aumento de 14,6% em relação a 2006.

Da Carne à Cana – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007

Mais um pecuarista vai para a cana. Desta vez é Jovelino Mineiro, que deve destinar 80% das suas áreas para cana. Parte dessa área já estava sendo destinada para grãos, devido às dificuldades recentes da pecuária. O pecuarista acredita no avanço desse setor.

Parcerias – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007

A busca de participação de produtores de cana-de-açúcar e de usinas nos projetos do alcoolduto da Petrobras pode dar certo. Sérgio Machado, da Transpetro, disse que a iniciativa precisa ser discutida em conjunto e feita em parcerias.

O que é melhor – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007

Machado diz que as partes envolvidas nesse processo têm de buscar o que é melhor para o país. E esse é um jogo de "ganha-ganha" para todos. Segundo ele, transportes e armazenagens são problemas que dever ser resolvidos rapidamente.

Logística – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007

Há um consenso geral de que o problema da bioenergia no Brasil se resume à logística. Os custos de produção são baixos, há capital para investir, mas a colocação do álcool nos EUA representa hoje 20% dos custos. Se o produto for para a Ásia, 30%. É preciso uma redução desses percentuais para 10%, diz Machado.

Safra Recorde – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007

A safra nacional de grãos de 2006/7 deve ficar em 130,68 milhões de toneladas -número 8,1% superior ao registrado na safra anterior, de 120,92 milhões. Os dados foram divulgados ontem pela Conab.

Ritmo Forte – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007

A Petrobras vai continuar apostando no álcool, segundo Maria das Graças Foster, da Petrobras Distribuidora. A empresa tem motivo para isso: no 1º trimestre deste ano, as vendas de álcool da Petrobras subiram 65%. Já as de gasolina tiveram pouca evolução.

Investimentos – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007

Outro bom motivo para a Petrobras investir em bioenergia é que só o setor de álcool deve receber perto de US\$ 17 bilhões nos próximos anos. Já a Petrobras deve fazer investimentos totais de US\$ 87,1 bilhões nos próximos quatro anos.

Troca de Comando – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 06/06/2007

André Nassar assume o Icone, cuja presidência foi deixada por Marcos Jank para dirigir a Unica. O Icone é um instituto que estuda mercados emergentes, biocombustível, políticas agrícolas internacionais e políticas de comercialização.

Biocombustível eleva custo dos alimentos, afirma FAO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/06/2007

Gasto mundial com importação de comida deve crescer 5% neste ano e bater recorde

Para órgão da ONU, alta no preço de commodities e cereais que também são matéria-prima energética já encarece a alimentação

DA REDAÇÃO

A crescente demanda por biocombustíveis, como o álcool, deve fazer com que os custos mundiais de importação de alimentos atinjam recorde neste ano, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Para o organismo da ONU, esses custos devem superar US\$ 400 bilhões, com alta de cerca de 5% em relação ao ano passado.

No estudo "Previsão dos Alimentos", divulgado ontem, a FAO afirma que a alta nos preços dos cereais secundários, como o milho, e dos óleos vegetais -commodities que respondem por grande parte da produção de biocombustíveis- será o principal motivo para a expansão dos custos de importação.

A estimativa é que esses dois grupos tenham aumento de até 13% nos custos de importação neste ano na comparação com o ano passado.

E serão os países em desenvolvimento os principais afetados pela alta nos custos. De acordo com o órgão das Nações Unidas, os gastos desses países com a importação de alimentos crescerão 9% em 2007 -superior, portanto, à media mundial, estimada em 5%. "A cesta de alimentos importados para os países menos desenvolvidos deve custar, em 2007, aproximadamente 90% mais do que em 2000", diz Adam Prakash, economista da FAO. "É um contraste absoluto com o crescimento de 22% dos custos de importação dos países desenvolvidos nesse mesmo período."

O estudo da FAO, de certa forma, ecoa as declarações recentes do ditador cubano, Fidel Castro, e do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sobre biocombustíveis. Fidel escreveu, em cartas publicadas em abril e em maio, que a intenção do presidente dos EUA, George W. Bush, de elevar a produção mundial de álcool condena a população pobre do mundo a morrer de fome -"significa nada menos que a internacionalização do genocídio", disse, já que as lavouras seriam redirecionadas para a produção do combustível, e o preço dos alimentos subiria.

Um relatório de outro organismo da ONU, divulgado em maio, afirmava ver risco de competição entre as lavouras de alimentos usados na fabricação de biocombustíveis e a produção de comida.

Produção de cereais

Segundo a FAO, a produção de cereais deve atingir 2,125 bilhões de toneladas neste ano, com expansão de 6% ante 2006, mas esse aumento será "mal-e-mal suficiente" para atingir a elevação na demanda.

E, mais uma vez, o organismo afirma que a indústria do biocombustível -"de rápido crescimento"- será responsável pela maior procura por cereais.

Regra de álcool deve ser fechada com EUA e passar a ser global – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 12/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo brasileiro traçou duas estratégias distintas sobre as especificações técnicas de biocombustíveis: para o biodiesel, o trabalho será de médio prazo com as apostas mais altas no diálogo do Mercosul com a União Européia. Já no caso do álcool, a idéia é fechar uma norma com os Estados Unidos e apresentá-la como definitiva ao resto do mundo.

O motivo das diferenças guarda relação com a decisão política de Luiz Inácio Lula da Silva sobre o uso de cada biocombustível. O programa do álcool, que já caminha sozinho, deve se voltar quase totalmente para vendas aos Estados Unidos, maior

consumidor mundial de gasolina e que já deu indicações de esgotamento de sua área agricultável.

"As nossas normas de álcool, em alguns parâmetros, são até mais rígidas do que as dos EUA. A idéia é que essa especificação siga os parâmetros dos dois países, queremos ter uma norma ISO para biocombustíveis", afirmou José Nilton de Souza Vieira, do Departamento de Cana e Agroenergia do Ministério da Agricultura. Já o biodiesel, a menina-dos-olhos do governo, deve representar batalha maior. Lula demonstrou que o objetivo do programa é reduzir o uso de combustíveis fósseis no país, daí a possibilidade de antecipar a meta de uso de 5% de biodiesel na mistura nas bombas dos postos.

O problema, aí, é atrair a iniciativa privada. O programa do governo dá isenção de PIS e Cofins apenas para a agricultura familiar, nas regiões Norte e Nordeste e só para o cultivo de mamona ou dendê. **(ID)**

ENERGIA: PETROBRAS FAZ 1º EMBARQUE DE ÁLCOOL AO JAPÃO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/06/2007

A Petrobras, por meio da sua empresa Brazil-Japan Ethanol, fez no início deste mês o primeiro embarque de álcool ao Japão. Foram exportados 73 mil litros do combustível para uso industrial e alimentício, que chegaram à cidade japonesa de Kobe no dia 7. É a primeira operação de importação desde a desregulamentação do setor de álcool no país asiático, em abril de 2006. O combustível exportado já tem as características para uso direto pela indústria japonesa, sem a necessidade de reprocessamento.

Críticas a Bush por proposta ambiental - Natalia Viana – O Globo – O País – 02/06/2007

Presidente dos EUA, contrário a Kyoto, sugeriu metas de redução de gases

LONDRES. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem em Londres a proposta do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de um acordo paralelo ao Protocolo de Kyoto para a redução de gases de efeito estufa. Bush propôs anteontem que os 15 países mais poluentes do mundo, incluindo o Brasil, estabeleçam metas de redução até 2008. Os EUA não são signatários do acordo multilateral.

— Ora, se nós já temos a proposta de Kyoto, por que inventar outra e não cumprir aquilo que já está determinado? — disse Lula.

Lula diz que não crê em modelo de redução voluntária Lula, porém, disse que vai ouvir a proposta do próprio Bush no encontro dos líderes do G-8, de 6 a 8 de junho, em Heiligendam, na Alemanha. No entanto, frisou que não crê na eficácia do modelo de reduções voluntárias; os termos de Kyoto são compulsórios para os países desenvolvidos.

— Não existe perspectiva da proposta do presidente Bush prevalecer sobre Kyoto e outras decisões multilaterais. O Brasil não aceita que tentem jogar nas costas dos países em desenvolvimento os males que os países desenvolvidos causaram — afirmou Lula.

O presidente também aproveitou o encontro com a imprensa, na casa do embaixador do Brasil em Londres, José Maurício Bustani, para fazer propaganda dos biocombustíveis, tema de artigo de Lula publicado ontem no jornal inglês “Guardian”. Lula disse acreditar que os biocombustíveis são uma chance de desenvolvimento para os países africanos e latino-americanos.

— É só uma questão de tempo.

O mundo vai precisar do biocombustível.

O presidente defendeu ainda a conclusão da rodada de Doha, que discute a liberalização comercial. Uma nova negociação entre os países que compõem o G-4 — Brasil, Japão, Índia e Alemanha — está prevista para acontecer de 19 a 22 de junho na Europa, em local a ser definido.

— A tese que defendo e acredito é que há uma predisposição dos países para fazerem um acordo da rodada de Doha. Por um lado, queremos que os europeus flexibilizem o acesso europeu aos produtos agrícolas dos países pobres.

De outro lado, queremos que os Estados Unidos reduzam os seus subsídios.

Lula almoça com ministros e governador em Londres Antes de encontrar os jornalistas, Lula almoçou com os ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Gilberto Gil (Cultura), Franklin Martins (Comunicação Social) e Orlando Silva (Esportes). Também compareceram o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e o ex-governador do Acre Jorge Viana.

Lula defende 'revolução' do etanol em artigo – O Globo – O País – 02/06/2007

Em artigo no jornal britânico “The Guardian”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem o que classificou de “revolução” dos biocombustíveis.

Segundo ele, os “biocombustíveis oferecem esperança para países pobres que buscam aliar crescimento econômico com inclusão social e proteção ambiental”. No texto “As maravilhas da cana-de-açúcar”, Lula disse que o etanol não prejudica o meio ambiente, e que o país está contribuindo para a redução da emissão de gases para a atmosfera.

Lula disse que, com os biocombustíveis, vai haver “menos inquietação social e menos imigração descontrolada”. Mas alertou que a “revolução só vai ocorrer se os países ricos concordarem em abrir seus mercados agrícolas a empresários empreendedores de países em desenvolvimento”.

Etanol: Brasil e Índia estudam parceria - Diana Fernandes – O Globo – Economia – 05/06/2007

Às vésperas de participar do G-8, Lula critica protecionismo de países ricos

Enviada especial

NOVA DÉLHI. A cúpula do governo brasileiro deixa hoje a Índia, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está em visita oficial desde domingo, confiante de que poderá fechar com o governo indiano uma parceria para aumentar a produção de etanol no país, com o uso da tecnologia brasileira.

A proposta é que o parceiro de G-20 aumente de 5% para 10% o percentual de etanol já misturado à gasolina em nove estados ou mantenha os 5% em todos os 27 departamentos indianos.

Uma primeira conversa direta sobre o assunto foi mantida ontem entre Lula, o ministro de Petróleo e Gás da Índia, Murli Deora, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. Ao fim do encontro, Lula estava exultante: — Se depender do meu entusiasmo, todo o mundo vai entrar na era do biocombustível.

O mundo todo vai entrar.

Para mim, é irreversível.

O principal acordo assinado na visita oficial — a parceria entre a Petrobras e a empresa petrolífera indiana ONGC — prevê investimentos iniciais de US\$ 2 bilhões. A Petrobras vai explorar três blocos de petróleo em águas profundas na Costa Leste da Índia. A ONGC vai explorar outros três no Brasil.

Às vésperas de embarcar para a Alemanha, onde participará, como convidado, da reunião do G-8, Lula fez um agressivo discurso contra o protecionismo e a hegemonia dos países ricos na inauguração do Fórum Empresarial Brasileiro: — Quando criamos o G-20 não foram poucas as críticas que recebemos daqueles que imaginavam que não seria possível mudar. A lógica do mundo nos impunha que os Estados Unidos e a União Européia eram referências para o Brasil, para a Índia, para a América Latina, África do Sul e Ásia. Mas o que muita gente não percebeu ainda é que o mundo mudou muito.

Durante a visita, Lula e o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, assinaram sete acordos para cooperação em questões alfandegárias (um entrave indiano) e nas áreas de audiovisual, serviços de satélites e pesquisas econômicas, entre outros.

Brasil e emergentes querem incluir etanol na agenda da nações do G-8 - Diana Fernandes – O Globo – Economia – 06/06/2007

Governo brasileiro também pretende pôr em discussão mudanças climáticas

NOVA DÉLHI. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua comitiva de diplomatas e negociadores embarcaram ontem para a reunião do G-8 (grupo das sete maiores economias do mundo mais a Rússia), na Alemanha, que começa hoje. Eles apostam que os países emergentes, sobretudo Brasil e Índia, vão conseguir incluir definitivamente na agenda das nações ricas dois temas: mudanças climáticas e energias alternativas, ou seja, o etanol brasileiro. Além disso, a pauta será dominada pelo tema da liberalização do comércio mundial por meio da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), com foco na redução dos subsídios agrícolas dos países ricos.

— Não estamos falando em decisões ou resoluções sobre esses assuntos nesta reunião do G-8. Estamos falando em debates, em instruções que devem ser encaminhadas — disse o chanceler Celso Amorim.

O ministro lembrou que quando o G-8 decidiu convidar os países emergentes para os debates, o grupo sabia que não poderia ignorar China, Índia e Brasil (que formam com a Rússia os chamados Brics) nas discussões de comércio. Os Brics têm reunião preparatória para o G-8 amanhã, em Berlim.

Amorim vê avanço sobre Doha até o fim do ano Sobre Índia e Brasil, após a segunda visita de Lula ao país, Amorim avaliou: — Estamos muito bem afinados.

Nós nos preocupamos com aquecimento global, defendemos que as metas de redução de emissão de gases sejam cumpridas e que todos os esforços nesse sentido sejam canalizados para os foros multilaterais.

Quanto ao desbloqueio de Doha, o chanceler brasileiro ainda acredita num acordo até o fim do ano. Ele ressaltou a força que as nações em desenvolvimento conquistaram nesse debate: — De modo indireto, temos influído na agenda do G-8.

Sobre questões climáticas, além de encarnar o papel de garoto-propaganda do etanol brasileiro, Lula falará aos chefes de Estado dos países ricos sobre a proposta brasileira de recompensar financeiramente as nações pobres pelo desmatamento evitado. Essa conta seria paga pelo mundo desenvolvido. Em casos como o do Brasil, o incentivo se daria por financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável.

EUA rejeitam meta de redução de poluentes – O Globo – Economia – 07/07/2007

Cúpula do G-8 começa com divergência em discussões sobre aquecimento global e conflito verbal entre Bush e Putin

HEILIGENDAMM, Alemanha. Os Estados Unidos rejeitaram ontem a proposta de fixar limites rígidos para a redução das emissões de gases poluentes, mas asseguraram que seu plano de combate ao aquecimento global não vai enfraquecer os esforços da ONU. Na abertura da cúpula do G-8 (que reúne os sete países mais industrializados e a Rússia), a posição do governo George W.

Bush deixou claro que a chanceler alemã, Angela Merkel, terá de batalhar muito para cumprir seu objetivo de arrancar dos membros do G-8 o compromisso de reduzir as emissões à metade até 2050.

A chegada de Bush à cúpula também foi marcada por um confronto verbal com o presidente russo, Vladimir Putin.

Este avisou que, se os EUA levarem adiante seu plano de instalar um escudo antimíssil na Europa, vai voltar a mira de suas armas para o continente.

Isso fez com que Bush criticasse a falta de democracia na Rússia em uma conferência em Praga, na terça-feira. Ontem, seu tom foi mais conciliador: — A Rússia não vai atacar a Europa — afirmou. — Não há necessidade de uma resposta militar porque não estamos em guerra com a Rússia.

França sugere aumentar pressões sobre EUA Anfitriã do evento, Merkel busca uma redução de 50% na emissão de gases poluentes até 2050, para interromper o processo de aquecimento global, que ameaça o planeta com secas, enchentes e elevação do nível do mar. Mas Washington já avisou que os EUA não estão prontos para assumir esse compromisso em Heiligendamm.

— Neste momento, não estamos preparados para adotar essa proposta — disse James Connaughton, assessor sênior da Casa Branca.

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, sugeriu que a Europa poderia aumentar suas pressões sobre Washington: — Precisamos de objetivos quantificáveis no texto final. É um ponto extremamente importante, e pretendo conversar com o presidente americano sobre isso esta noite mesmo.

Os EUA são o único país do G-8 que não assinou o Protocolo de Kioto, da ONU, que visa à redução da emissão de gases poluentes — decorrente, principalmente, da queima de combustíveis fósseis — até 2012. Mas Bush disse a Merkel que quer trabalhar em um acordo que chamou de pós-Kioto.

Bono, Geldof e N'Dour fazem campanha pela África Merkel também quer que o G8 se comprometa a limitar o aumento da temperatura global a dois graus Celsius, patamar considerado o limite para alterações perigosas. Outra de suas prioridades é o combate à

pobreza na África. Os membros do G-8 vão discutir o compromisso assumido em 2005, na cúpula de Gleneagles, para dobrar a ajuda àquele continente até 2010. Mas Canadá, Japão e Itália vêm se mostrando reticentes à adoção de metas.

Para reforçar os apelos de Merkel para a ajuda à África, marcaram presença no G-8 os músicos Bono, da banda de rock U2, Bob Geldof (idealizador do megaconcerto Live Aid) e Youssou N'Dour. Eles se reuniram com o presidente americano.

— Como vêm, aprecio uma boa companhia — disse Bush, que pouco antes brincou com um de seus assessores sugerindo “Bono para presidente” (os EUA realizam eleições ano que vem).

Bono ainda vai se reunir com Sarkozy, Merkel, Tony Blair e Romano Prodi, informou ontem a Data, organização da qual o cantor é cofundador, que luta contra a pobreza e a Aids na África.

UE terá de importar óleos para produzir biodiesel - Maria Helena Tachinardi- Valor Econômico – Suplemento especial - 04/06/2007

O mercado mundial de etanol é de cerca de 50 bilhões de litros, dos quais o Brasil e os EUA representam 70%. O mercado americano é o maior do mundo. Em 2012, produzirá 54 bilhões de litros, seguido do Brasil, com produção estimada de 35,4 bilhões, da União Européia (UE), com 6 bilhões, e da China, com 5,1 bilhões de litros. Quando se fala em biodiesel, entretanto, os europeus são de longe o maior mercado mundial. Em 2012, o consumo na Europa deverá atingir 15 bilhões de litros, comparado a 5,2 bilhões nos EUA, 2 bilhões no Brasil, 5 bilhões na China, 7,4 bilhões na Malásia, 4,9 bilhões na Indonésia e 4,7 bilhões na Argentina.

Ao contrário de outros "players" importantes no mercado de biocombustíveis, a União Européia produz mais biodiesel do que etanol. Cerca de 55% dos combustíveis utilizados em transporte no bloco são representados pelo diesel em relação a 45,4% de gasolina. O biodiesel responde por mais de 80% do total de biocombustíveis gerados na Europa, sendo a Alemanha o principal produtor, seguido da França e da Itália. O óleo de canola é a principal matéria-prima. Os óleos de girassol, soja e dendê são também utilizados, mas em menor proporção.

Entretanto, a UE não terá área disponível nem matéria-prima suficientes para atingir 6,6% de mistura de biodiesel em 2012, e terá de importar 40% dos óleos necessários para produzir esse biocombustível. Os europeus também terão de importar óleos vegetais para consumo humano em substituição ao óleo de canola doméstico usado na fabricação de biocombustível. Essas estimativas constam do estudo "EU and US Policies on Biofuels: Potential Impacts on Developing Countries", dos pesquisadores Marcos Jank, Luiz Fernando do Amaral e André Nassar, do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), e por Geraldine Kutas, do Groupe d'Economie Mondiale, do Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po).

Segundo a pesquisa, feita para o German Marshall Fund dos EUA, do ponto de vista agrícola, a UE, que utiliza trigo, cevada, milho, centeio, beterraba e vinho na produção de etanol, não precisará importar esse produto. Entretanto, ao menos três fatores podem contribuir para um certo grau de importação. Em primeiro lugar, a Comissão Européia dará apoio financeiro e técnico para alguns países do grupo ACP (África, Caribe, Pacífico), membros do Protocolo do Açúcar, em compensação pela reforma européia do açúcar feita

em 2006. Parte dessa ajuda deverá ser alocada à produção futura de etanol, do qual uma parcela poderá ser destinada à União Européia.

Em segundo lugar, alguns países europeus não conseguirão produzir o seu próprio etanol, por falta de terras agricultáveis e matérias-primas ou porque eles considerem que o apoio que terá de ser fornecido à indústria de biocombustíveis é muito oneroso. Tais países poderão importar etanol de países competitivos, como o Brasil, em vez de um mais caro produzido na vizinhança. Isso é o que faz a Suécia, que compra etanol do Brasil. Em terceiro lugar, como acontece com o biodiesel, os subsídios para o etanol custam caro para os contribuintes e para os governos. Em consequência, alguma importação ajudaria a reduzir essa pressão.

A produção de etanol na União Européia, em 2006, foi de 1,56 bilhão de litros, em relação a 913 milhões de litros em 2005 e 528 milhões de litros em 2004. Os principais produtores foram Alemanha, Espanha e França. O consumo de etanol no bloco europeu, em 2006, esteve acima de 1,7 bilhão de litros, dos quais 230 milhões de litros importados do Brasil. Suécia, Reino Unido e Finlândia foram os principais importadores.

A demanda européia de etanol crescerá bastante, depois da renovação da meta de uso de energias renováveis: dos atuais 7% para 20% até 2020, sendo 10% para transporte. O interesse por etanol será também crescente na Ásia, principalmente na China, Índia, Tailândia e no Japão. Os programas de mistura de etanol à gasolina são essenciais para o crescimento do mercado desse biocombustível. O Brasil é o único país com mistura mandatória considerável (23%) em todo o território nacional. No bloco europeu também há mistura mandatória, mas de apenas 2%. Na Colômbia, China, Índia e Canadá, a mistura obrigatória atinge apenas algumas áreas.

Embora as tendências apontem para um futuro de ouro para a indústria de biocombustíveis, as atuais tarifas de importação dos EUA, a UE e o Japão, são incompatíveis com as necessidades atuais de desenvolvimento de um mercado de combustíveis limpos e de fontes renováveis. Os EUA aplicam 2,5% de direito ad valorem às suas importações de etanol, além de direito específico de US\$ 0,54 por galão. O Japão taxa em 27,2% ad valorem suas compras do produto. E a UE impõe taxa de 192 euros por metro cúbico de álcool não desnaturado e de 102 euros por metro cúbico de álcool desnaturado.

"É fundamental que os novos mercados para biocombustíveis, em geral, e o etanol, em especial, funcionem dentro do regime de livre comércio que preside o mercado de petróleo e seus derivados. É esse o regime que assegura maiores benefícios aos consumidores, menor volatilidade de preços, fluxos crescentes de comércio e maior segurança de suprimentos pela ampliação da diversidade de fontes produtoras", diz Marcos Jank.

Indianos querem transferência de tecnologia para etanol – Sergio Leo – Valor
Econômico – Brasil - 05/06/2007

A pregação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou, na Índia, uma platéia acolhedora, alimentada pelo forte interesse por parte do governo indiano em projetos conjuntos no setor e pela curiosidade dos empresários da Índia em relação a negócios com biocombustível.

No banquete em honra ao presidente brasileiro, oferecido ontem à noite pelo presidente indiano, Abdul Kalam, o presidente e o ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, foram solicitados a dar lições sobre os carros bicomcombustível (flexfuel) e o crédito agrícola a pequenos agricultores, uma necessidade no país que tem 60% de sua população na área rural, em situação de pobreza.

O tema também dominou o encontro de altos executivos no Fórum de Lideranças Empresariais criado pelos dois países, onde os empresários indianos pediram explicações sobre a regulamentação brasileira para o biocombustível. "Os produtores de açúcar na Índia estão interessados em transferência de tecnologia para produção de etanol aqui no país", comentou o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, co-presidente do Fórum, com o indiano Ratan Tata.

Lula aproveitou para afinar, com o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, o discurso que pretende levar, amanhã, para a reunião do G-8, o grupo dos países mais poderosos do mundo, na Alemanha - da qual participarão Brasil, Índia e outros três países de economia emergente. O presidente vincula o programa de biocombustíveis ao esforço para reduzir o aquecimento global e à busca de alternativas para as economias mais pobres da Ásia e América Latina, dois temas de sucesso na opinião pública mundial.

No comunicado conjunto, a ser divulgado hoje por Lula e Singh, ambos dedicam 2 dos 23 parágrafos ao tema. Defendem, como forma de enfrentar a mudança climática, o uso de "fontes limpas e renováveis para a matriz energética mundial", para eficiência e segurança energética e biocombustíveis.

Eles também comemoram iniciativas como o Fórum Mundial de Biocombustíveis e o acordo bilateral sobre mistura de etanol à gasolina, apresentados como passos para o uso de energia limpas e criação de um "mercado internacional do etanol", capaz de reduzir a dependência global de combustíveis fósseis.

Lula foi ainda mais explícito em um artigo publicado no jornal inglês "The Guardian", no qual defende sistemas de certificação rigorosos, por acordos internacionais, para garantir padrões trabalhistas e ambientais aceitáveis. Argumenta que a adoção de biocombustíveis ajudará o combate à pobreza nos países menos desenvolvidos e defende que as vantagens do combustível "limpo" dependem da criação de um mercado padronizado para o etanol e biodiesel, e a abertura dos mercados dos países ricos para esse tipo de combustível.

"Se depender do nosso entusiasmo, todo mundo vai entrar na era do biocombustível, é irreversível", comemorou Lula, ao sair do hotel onde se hospedou, para o jantar com as autoridades indianas. "O Brasil não quer fornecer para todo mundo, quer incentivar os países pobres para que tenham onde plantar", comentou. "Imagina se o mundo inteiro utilizar 10% de biodiesel com o óleo diesel."

Apesar da ausência dos maiores empresários do setor, que preferiram prestigiar o encontro mundial do etanol, em São Paulo, consultores e empresários de menor porte incorporaram-se à comitiva do presidente Lula, para buscar negócios na área do etanol. "Temos um contrato de fornecimento de 5 milhões de litros de etanol brasileiro à Índia,

estamos buscando formas de aumentar isso", comentava, no mesmo hotel onde se hospedou Lula, o presidente da Grade Trading, Gilberto Vitniski. "A Índia é uma opção viável, porque não vai haver mercado interno para todo o álcool produzido no Brasil", prevê. "Existem 123 usinas a entrar em funcionamento em três anos, que se somarão às cerca de 210 em operação hoje", contabiliza o empresário.

Os indianos procuram formas de se associar a usinas brasileiras para produção de álcool no Brasil, mas ainda são céticos em relação ao mercado de exportação do produto, alerta o advogado Halley Henares, de Nova Déli, para atrair investidores.

Há investidores analisando o mercado brasileiro há três anos, e a insistência deles em pagar menos pelo fornecimento de cana que concorrentes como os europeus pode levá-los a áreas ainda pouco exploradas, como o Estado do Tocantins, acredita Henares. "Falta ainda aos indianos maior conhecimento do mercado, para investirem com menos risco", explica o advogado. (SL)

Novo contrato futuro de álcool em gestação - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 05/06/2007

Novos traders poderão entrar no mercado de venda física de álcool anidro, que é usado na mistura com gasolina. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) acertam detalhes para o fechamento de um convênio que permitirá que pessoas físicas e jurídicas, além de usinas, possam negociar etanol no mercado interno, via contratos futuros.

Pela legislação atual, negócios com entrega física de álcool anidro só podem ser feitos entre usinas, distribuidoras de combustíveis e postos. O contrato que a BM&F oferece hoje de etanol é voltado basicamente para o mercado externo e a entrega física só pode ser feita por usinas (pessoas físicas e empresas que negociam o contrato fazem a liquidação antes da data de vencimento).

Segundo Roberto Ardenghy, superintendente de abastecimento da ANP, as instituições estão na fase final para a criação de um novo contrato futuro de etanol, que será voltado para o mercado interno e cuja liquidação poderá ser feita por outros tipos de empresa e por pessoas físicas. "Todos podem participar do mercado, desde que desejem assumir o risco de preços do etanol", disse ele. Para isso, falta ao governo resolver dois entraves. Um é modificar a legislação para permitir que outros agentes possam entregar o etanol. Outro é fazer com que a Receita Federal isente o contrato de entrega do pagamento de PIS/Cofins, hoje em 8,02%. A expectativa é que o protocolo seja assinado em 40 dias.

O objetivo da medida, segundo Ardenghy, é permitir a formação de um mercado futuro para a comercialização de etanol voltado ao mercado interno, no qual os preços oscilem conforme a relação de oferta e demanda, mas sem que o mercado fique dependente das variações de oferta durante safra e entressafra da cana-de-açúcar.

Segundo a ANP, também não há uma definição do governo sobre a possibilidade de elevar a mistura de álcool anidro na gasolina para 25%. Hoje, o índice de mistura é de 23%. Ardenghy observou que a ANP tem feito esforços para evitar as misturas irregulares de álcool na gasolina. Recentemente, obrigou as usinas a alterar a cor do anidro, para que ele não seja vendido como álcool hidratado (usado nos veículos flex).

Com a medida, segundo ele, o índice médio de adulteração caiu de 10% para 2,5% a 2,7% e houve a entrada de 1 bilhão de litros de anidro vendido de forma regular, o que

trouxe um retorno fiscal de R\$ 400 milhões. "Este é um mercado em alta expansão e que precisa de mecanismos efetivos de controle e de apoio à comercialização".

Para a atual safra, a expectativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é que a produção de álcool anidro aumente 13,74%, para 9,35 bilhões de litros. Para o hidratado, a previsão é de uma expansão de 15,39% na produção, para 10,63 bilhões de litros. A produção total de álcool (incluindo para outros usos) é estimada em 20,01 bilhões de litros, 14,54% mais que na safra 2006/07, o que representa uma oferta extra de 2,54 bilhões de litros.

Em relação ao mercado externo, preocupa aos agentes do setor a dificuldade de o Brasil fechar negociações que garantam maior abertura de mercado. Felipe Gonzalez, ex-premiê da Espanha e responsável pela implantação do programa de biocombustíveis naquele país, disse, no seminário Ethanol Summit, realizado em São Paulo, que o Brasil já tem um papel fundamental no comércio internacional de etanol, mas precisa melhorar as suas relações com os países do hemisfério Norte. "O Brasil fechou acordos importantes para ampliar a produção e o comércio de etanol nos países do hemisfério Sul e continuará liderando o mercado na região. Mas precisa fechar parcerias para uma melhor relação Sul-Norte", disse, referindo-se à abertura comercial com Europa e EUA.

Marcos Jank, presidente de honra e fundador do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacional (Icne), observa que os dois principais mercados para o etanol são EUA e Europa e, futuramente, China e Índia. "As relações com esses países têm de ser trabalhadas. O Brasil é o único país exportador de etanol, mas precisa fazer um trabalho de convencimento para garantir participação nesses mercados", afirmou ele.

A UE adota até 2011 mistura de 5% de etanol na gasolina, o que implicará uma demanda anual de 7,4 bilhões de litros. A partir de 2020, ampliará a taxa para 10%. Nos EUA, a meta é adotar mistura de até 5,7% de etanol na gasolina até 2012, com demanda potencial de 30 bilhões de litros anuais.

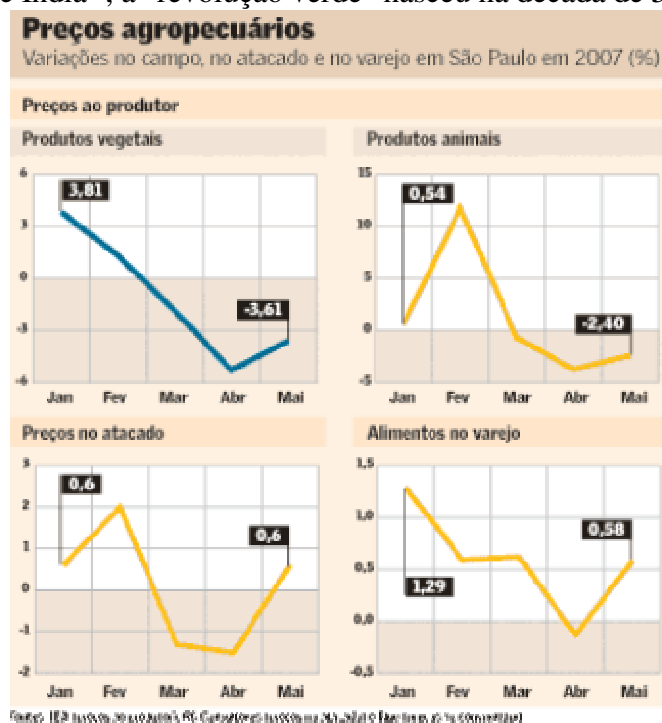
Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócios da FGV, alertou para a necessidade de se criar na Organização Mundial de Comércio (OMC) um capítulo especial sobre agroenergia nas regras de comercialização agrícola vigentes, até que seja definida a rodada de renegociação de Doha. "Tenho proposto que a OMC crie um capítulo especial para a agroenergia porque é tão importante agora quanto a questão alimentar do planeta. Deveria haver um tratamento para isso. A gente precisa de uma visão mais completa do que vai acontecer na frente", disse (**Colaborou BB**)

Há limites para a "agroinflação" global - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 11/06/2007

Preocupação crescente desde o fim de 2006, quando a febre dos biocombustíveis começou a contagiar a demanda global por produtos agrícolas e a alavancar as cotações internacionais de commodities como milho, soja e trigo, a tendência de elevação dos preços dos alimentos no mundo tem limite.

Mesmo que as previsões mais pessimistas indiquem que, para chegar ao teto, as cotações ainda subirão por pelo menos mais três anos, há sinais de que até lá a escalada poderá ser atenuada por recomposições de estoques. E, nas próximas décadas, possíveis disparadas poderão ser contidas ou amenizadas por expansões de áreas plantadas em países como o Brasil e aumentos de produtividade proporcionados por uma "revolução verde" hoje liderada pelos organismos geneticamente modificados (OGMs) - os transgênicos.

Lembrada mesmo por especialistas que acreditam que os biocombustíveis de fato elevarão definitivamente as médias históricas dos preços de commodities destinadas a alimentos - que já vinham em alta graças ao maior consumo em países emergentes como China e Índia -, a "revolução verde" nasceu na década de 50.



E os ganhos de produtividade gerados a partir do maior uso de insumos nas lavouras atropelaram os temores dos ambientalistas e evitaram preços excessivamente elevados em pelo menos dois outros momentos em que as previsões sobre o futuro alimentar global foram tão ou mais sombrias do que agora: logo depois da Segunda Guerra e na década de 70, a partir de diagnósticos da 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar da FAO, braço da ONU para agricultura e alimentação.

A mesma FAO prevê que, em grande parte graças à "agroinflação" resultante da panacéia dos biocombustíveis, o valor das importações globais de alimentos baterá novo recorde histórico neste 2007. Em extenso relatório divulgado na quinta-feira, o órgão estima que essas importações vão superar US\$ 400 bilhões, 5% mais que em 2006, que ostenta o atual recorde. O relatório vai além: no caso dos países emergentes, o aumento médio do valor das importações será de 9%.

As previsões refletem saltos expressivos das cotações internacionais das commodities nos últimos 12 meses. Segundo o Valor Data, na bolsa de Chicago, os preços médios mensais do milho (contratos futuros de segunda posição de entrega, normalmente os de maior liquidez) subiram 46,52% no período de doze meses até maio. A soja em grão, pelo mesmo critério, registrou alta de 29,93% - o óleo de soja aumentou 35,47% e o farelo, 19,05% -, enquanto o trigo ficou 23,54% mais caro. Em Nova York, registraram valorizações no intervalo o cacau (25%), o suco de laranja (4,77%) e o café (4,47%).

Especialmente milho e soja agradecem aos biocombustíveis pela alta alcançada, acelerada a partir de outubro de 2006. Vale lembrar, contudo, que as cotações já vinham sentindo há alguns anos os efeitos da maior demanda gerada pelos crescimentos

econômicos dos emergentes China e Índia, com reflexos marcantes em fretes e insumos, com destaque para o encarecimento dos fertilizantes. Nos últimos 62 meses (seis anos) até maio último, os ganhos do milho em Chicago atingiram 84,12%, enquanto os da soja chegaram a 77,66%, segundo o Valor Data.

"Como a demanda cresceu muito rápido nos últimos anos, a relação entre os estoques e o consumo global de algumas commodities agrícolas ficou relativamente modesta. As carnes também passaram por isso. Mas esses estoques serão recompostos", acredita o economista Fabio Silveira, da RC Consultores, que acompanha de perto esse mercado. A própria FAO, no relatório que divulgou na quinta-feira, aponta crescimento de estoques globais de milho (principal matéria-primas para a fabricação de etanol nos EUA) em 2008, ainda que para o arroz a projeção indique uma nova retração.

Silveira pode ser incluído em uma ala de "agroeconomistas" que acredita que as forças do mercado vão se equilibrar com o passar do tempo, que a curva da oferta encontrará a demanda e que as cotações das commodities tenderão a voltar a suas médias históricas, com seus tradicionais soluços cíclicos e talvez com mudança de patamar em um caso ou outro - mas nada dramático. Somente nesta década, lembra, soja e açúcar foram às alturas e voltaram, enquanto o café beirou o fundo do poço e emergiu.

Um caso que ilustra bem o raciocínio de Silveira é o da soja. Quando o apetite chinês levou o grão a superar US\$ 10 por bushel em Chicago, em 2004, muitos produtores (inclusive no Brasil) acreditavam a média histórica de US\$ 6 seria finalmente superada, já que as projeções para a economia do gigante asiático eram de avanço forte e duradouro. Os chineses seguiram causando inveja a quase todos os outros países do mundo, mas mesmo assim a soja caiu abaixo de US\$ 6 antes de pegar carona com o milho e voltar a subir. Alguns sojicultores brasileiros têm dívidas até hoje por acreditarem que margens de lucro de 80% ou mais seriam eternas como os diamantes.

A busca por escala e produtividade, afirma Silveira, é inerente à atividade capitalista e os preços de equilíbrio normalmente são referenciados pelo produtor mais eficiente, o que coíbe disparadas sem fim e fortalecem a característica cíclica das commodities. E como as commodities agrícolas são renováveis e expansíveis, diz, esta lógica deverá prevalecer. "Aconteceria o contrário se não houvesse terras disponíveis para plantio no mundo. Mas há. Brasil e Argentina podem crescer muito nos próximos anos, e a partir de um determinado momento, talvez 2020, teremos a África como supridor importante de alimentos. Não é à toa que os chineses estão investindo na agricultura africana". Destaca-se, nessa conquista chinesa da África, parceria com empresas de pesquisa como a estatal brasileira Embrapa.

Também faz parte dessa equação a resistência dos consumidores e seu poder de substituir produtos caros por alternativas mais baratas. Foi assim no passado no Brasil, quando as massas passaram a interferir nos preços do prato de arroz e feijão, e mais recentemente com o suco de laranja no mercado internacional. Exportado principalmente pelo Brasil, a cotação do produto na bolsa de Nova York saiu de 58,43 centavos de dólar por libra-peso (abaixo da média histórica), em maio de 2004, e chegou a US\$ 1,9960 em dezembro de 2006, por conta de problemas de oferta na Flórida. Nesse patamar, o consumo diminuiu em diversos mercados - EUA e China entre eles - e as cotações já caíram quase 20%.

Fernando Homem de Melo, professor titular da FEA/USP, acompanha os embates entre as forças do mercado agrícola há mais de 30 anos e corrobora a tese de equilíbrio no futuro. A questão, para ele, é saber quando esse futuro chegará e se até lá os efeitos das altas em curso serão suportáveis, principalmente pelos países e consumidores mais pobres,

para quem os alimentos tem peso maior no orçamento. "O atual ciclo inflacionário não está consolidado. Sem dúvida há um limite, mas não sabemos qual" - até porque a "inflação dos biocombustíveis" continuará com estreitas ligações com o preço do petróleo por muito tempo.

Em recente estudo intitulado "How Biofuels Could Starve the Poor", os professores C. Ford Runge e Benjamin Senauer, da Universidade de Minnesota, calculam que, com o barril do petróleo em cerca de US\$ 80 (hoje está abaixo de US\$ 70), é possível pensar no bushel do milho acima de US\$ 5 em Chicago (hoje está perto de US\$ 4). Mas, se o barril por acaso recuar para US\$ 30, US\$ 2 pelo bushel do milho estará bom demais. O International Food Policy Research Institute, em Washington, acredita no petróleo caro e projeta alta de 41% do milho até 2020, com ou sem "revolução verde" - ou "verde 2", já que ela terá de respeitar as rigorosas regras ambientais atuais, impensáveis na década de 50.

Nesse cenário de limite sem data para a "agroinflação", resta ao Brasil a enorme vantagem de ser fornecedor mundial de commodities como soja e, mais recentemente, milho, ainda que o país importe 80% do trigo que consome. Aliado a um câmbio que limita ganhos domésticos e a um grande mercado interno, esse fator tem ajudado a diluir os efeitos das disparadas internacionais. Mas não as elimina, o que reduz as margens das agroindústrias e preocupa sobremaneira o Banco Central. O índice de preços agrícolas no atacado da Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, aponta alta de 11% da cesta básica nos últimos 12 meses.

Marcio Nakane, coordenador da pesquisa do IPC da Fipe, acredita que, para o país, o pior já passou, e que o cenário "agroinflacionário" tende a ser tranqüilo até o fim deste ano. Mas alimentos industrializados ou semi-processados preocupam, principalmente os derivados do leite e do trigo. Os primeiros sofrem a influência de uma alta internacional que estimula as exportações brasileiras; já os derivados do trigo sobem pela queda do fornecimento da Argentina.

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL ETANOL

Na terra do álcool, sobram empregos e bons salários - Fernando Dantas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/06/2007

Sertãozinho é o Eldorado para quem busca trabalho; mas quem já está lá avisa: é preciso ter qualificação

Reginaldo Lopes de Carvalho Junior, 35 anos, chegou a Sertãozinho em 1991, vindo de Campos, Norte fluminense, uma das regiões mais atrasadas do Estado do Rio. Filho de pai motorista e mãe professora, e com um curso técnico em química, ele tentou uma vaga de analista de laboratório na usina Santa Elisa, mas foi mandado de volta para casa e ainda teve de ouvir comentários desabonadores sobre a sua condição de "carioca" (ele ainda vivia no Rio na época). Três dias depois de voltar para casa, porém, Reginaldo recebeu um telefonema da Santa Elisa com uma oferta para outra vaga, numa função cuja remuneração hoje está em torno de R\$ 800 por mês.

Passados 16 anos, Reginaldo é gerente de produção industrial e de controle de qualidade da usina Santa Elisa e comanda 400 técnicos. Com apoio da empresa, e sem deixar de trabalhar, ele se graduou em engenharia química e fez duas pós-graduações em administração em universidades da região. Hoje, segundo fontes locais, um cargo como o de Reginaldo em Sertãozinho paga salários em torno de R\$ 20 mil mensais, com direito a gratificações.

A espetacular ascensão profissional de Reginaldo é emblemática do fulgurante momento econômico de Sertãozinho, a capital mundial do etanol, e um exemplo do seu aquecidíssimo mercado de trabalho para mão-de-obra qualificada. A cidade tem soldadores ganhando entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil, incluindo algumas mulheres, e a escassez de qualificação abriu um filão de negócios no segmento de cursos técnicos.

Num raio de 200 quilômetros em torno da cidade, conforme explica Mário Garrefa, presidente local do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), concentra-se 60% da produção de álcool de São Paulo, 40% da produção brasileira e 10% da mundial. O município tem cinco usinas de açúcar e álcool e duas destilarias (que só produzem álcool), provavelmente mais que qualquer outra cidade no mundo.

Mas a grande força de Sertãozinho vem das 550 indústrias que produzem, no nível mais avançado da tecnologia mundial, praticamente todas as máquinas e equipamentos consumidos pela indústria sucroalcooleira, como caldeiras, turbinas, moendas, evaporadores, cristalizadores, esteiras, colunas de destilação, etc. “O importante para o nosso município não é a cana-de-açúcar, mas sim as indústrias”, diz o prefeito de Sertãozinho, José Alberto Ximenes (PSDB).

Muitos desses negócios foram fundados por profissionais que saíram da antiga Zanini, empresa de equipamentos de base para as usinas sucroalcooleiras, que demitiu milhares de funcionários durante o traumático processo de fusão com a Dedini, de Piracicaba, na esteira da crise do Pró-Álcool, na década de 90 (que, aliás, representou o ponto mais baixo da história recente de Sertãozinho).

O complexo de indústrias metalúrgicas e de base de Sertãozinho atende a diversos outros setores, como óleo e gás, petroquímico, papel e celulose, mineração e energia, e as exportações do município para mais de 70 países saltaram de US\$ 69 milhões em 2003 para US\$ 157 milhões em 2006.

Mas o grande responsável pelo atual dinamismo econômico da cidade é o segmento de açúcar e álcool. “Hoje, qualquer empresário no mundo que queira montar uma usina de álcool, na fronteira da tecnologia, pode vir a Sertãozinho e encomendar tudo, do projeto até a automação industrial”, diz Garrefa.

São indústrias como a fabricante de turbinas a vapor TGM, que saiu de um faturamento anual de R\$ 80 milhões em 2003 para os atuais R\$ 350 milhões, com aumento do número de funcionários de pouco menos de 400 para os atuais 850. “Do total de usinas brasileiras, 85% são nossas clientes”, diz o diretor-superintendente, José Roberto Santo André.

Na área de automação industrial, um destaque é a Smar, que está a todo vapor e dobrou o faturamento em dólares desde 2001 (mesmo com a forte valorização do real no período) para US\$ 80 milhões. Somente em 2007, a Smar contratou mais 100 funcionários, levando o total para 1 mil. Com 50 patentes registradas ou pendentes, a Smar tem como carro-chefe, entre os produtos seriados, o transmissor de pressão diferencial, com o qual é possível monitorar automaticamente teores de açúcar, densidade de álcool e a vazão em diversas áreas de uma usina.

Na Santa Elisa, por exemplo, onde Reginaldo trabalha, há cerca de 1 mil transmissores daquele tipo, que fazem parte de um sistema de automação industrial que tem como centro o que os funcionários chamam de “Nasa”. Como explica Sebastião Henrique Gomes, diretor administrativo da usina, “na Central de Operações Industriais (nome oficial da “Nasa”), administramos tudo o que acontece na usina, do esmagamento da cana até a fabricação de açúcar e álcool”.

A Central de Operações - uma sala com cerca de 40 telas de computador e quase 20 telas de TV - abrange não só a Santa Luzia, mas também a usina Continental, no município paulista de Colômbia, a 150 quilômetros de distância.

A Santa Elisa, da família Biagi, é a terceira maior usina de processamento de cana do mundo, com 6 milhões de toneladas por ano, para a produção de 270 milhões de litros de álcool e 475 mil toneladas de açúcar. A usina vende o excedente de energia (além da usada na própria operação), resultante da queima do bagaço de cana, de 30 MW.

Com faturamento anual de R\$ 700 milhões, a Santa Elisa faz parte de um grupo de cinco usinas que fatura R\$ 2,5 bilhões. Com uma fusão recente e a construção de quatro novas usinas, o grupo planeja elevar o processamento de cana dos atuais 18 milhões de toneladas anuais para 30 milhões nos próximos cinco anos e para 40 milhões nos próximos dez.

Esse crescimento explosivo faz parte da corrida brasileira do etanol, pela qual, segundo as projeções do setor, um total de 86 novos projetos levará a produção anual dos 17,7 bilhões de litros de 2006 para 38 bilhões em 2012.

Estudos apontam que o projeto americano de reduzir o uso de gasolina em 20% até 2017 poderia levar a uma demanda anual de etanol de 132 bilhões de litros, bem mais que o dobro da produção mundial de 58 bilhões prevista para 2007.

No ano passado, o Brasil exportou 3,4 bilhões de litros, equivalentes a US\$ 1,6 bilhão. Isso é uma gota d’água perto do potencial que vem sendo projetado, mas o ritmo de negócios mostra que a confiança no crescimento é inabalável.

Não é difícil entender, portanto, a euforia econômica em Sertãozinho, cidade que tem um domínio completo da cadeia produtiva do etanol. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, os empregos formais em Sertãozinho, que tem pouco mais de 100 mil habitantes, tiveram uma alta de

10,3% em 2006, puxados pelos postos de trabalho na indústria da transformação, que cresceram 11,6%.

“Me tornar soldadora foi uma vitória porque esta é uma profissão de homens, e isso aconteceu por causa do álcool, que fez a cidade crescer muito”, diz Aurilene Pereira da Silva, de 27 anos, que trabalha na fabricante de caldeiras Equipalco.

Barrinha só fica com os problemas sociais da cana – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/06/2007

A menos de 20 quilômetros de Sertãozinho, o município de Barrinha, com quase 30 mil habitantes, é um retrato do lado negativo do boom do etanol. Ao contrário de Sertãozinho, Barrinha não é sede de nenhuma usina do setor sucroalcooleiro e quase não tem indústrias. De outro lado, o município é coberto por plantações de cana e tem um grande número de cortadores, muitos dos quais migrantes nordestinos.

Segundo o secretário de Indústria de Barrinha, Luiz de Lucca, a arrecadação do município é prejudicada pelo baixo valor agregado no cultivo da cana, que influencia na repartição do ICMS. “Somos cercados por sete usinas de açúcar, mas o que sobra são os problemas sociais”, reclama, citando a sobrecarga nos serviços de saúde e as casas com moradores em excesso.

O alagoano Adailton Dias de Gois, 28 anos, casado e com dois filhos, divide a casa com o irmão, que também é casado e tem uma filha. O grande problema para Adailton, porém, é o aluguel de R\$ 150, que leva boa parte do dinheiro que ele consegue cortando cana.

Os cortadores têm uma rotina duríssima, acordando às 4 horas da manhã para preparar a comida que vão consumir durante o dia e se encaminham para as plantações. O trabalho, realizado normalmente debaixo de um sol escaldante, e em contato com a fuligem deixada pela queimada prévia à colheita (sem a qual o corte manual é virtualmente impossível), pode durar de 8 a 12 horas.

A refeição fria é consumida rapidamente, já que o pagamento é por produção. Estima-se que um cortador desfira mais de 180 mil golpes (o podão) por dia. Segundo os cortadores, é preciso trabalhar muito pesado para conseguir algo em torno de R\$ 600 por mês, cortando até 13 a 14 toneladas por dia. Os problemas físicos, especialmente na coluna, são frequentes.

A tendência, porém, é que o corte manual seja substituído pela mecanização. Há também uma iniciativa do governador José Serra para acabar com as queimadas (o que, na prática, significa adotar a mecanização) até 2014. Em Sertãozinho, o prefeito José Alberto Ximenez diz que de 60% a 70% da colheita de cana já é mecanizada.

O São Paulo Ethanol Summit, organizado pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) na semana retrasada, chamou a atenção para três aspectos do setor sucroalcooleiro: 1) O enorme interesse despertado pelo evento (mais de 1.500 participantes de vários países); 2) a liderança brasileira na corrida global da eficiência agroenergética; 3) o fato de o agronegócio já ter ultrapassado a fronteira dos alimentos, bebidas e fibras. O evento concentrou-se no novo paradigma dos combustíveis renováveis e produção de energia elétrica a partir de biomassa, a chamada bioeletricidade. Hoje tratarei desta nova fronteira do agronegócio, ainda pouco conhecida pela sociedade brasileira.

Todo mundo se lembra do apagão elétrico de 2001, que custou caro aos consumidores finais, às empresas e à popularidade do governo FHC. Apesar dos investimentos realizados nos últimos seis anos, se o Brasil crescer mais de 4% ao ano, o risco de apagão continuará rondando a sociedade, podendo ocorrer antes do final da década.

Uma das melhores alternativas para mitigar esse risco potencial é a co-geração de energia a partir de biomassa renovável. A possibilidade mais concreta neste campo é o uso do bagaço e da palha da cana-de-açúcar, que juntos representam uma parcela subutilizada de dois terços da energia contida na planta, já que açúcar e álcool são gerados unicamente a partir do suco da cana. Montanhas de bagaço de cana se acumulam nos pátios de usinas, hoje parcialmente utilizado para gerar a auto-suficiência energética das unidades processadoras de cana para produção de açúcar e álcool. Ademais, um terço da energia da cana presente nas palhas e nos ponteiros é desperdiçada em decorrência do corte manual, que exige a queima da cana no campo.

Antes do racionamento de 2001, o potencial de exportação de bioeletricidade para a rede elétrica era de ínfimos 120 megawatts (MW). Hoje a potência instalada e contratada para exportação já atinge 1.650 MW, o que ainda representa módicos 2% das necessidades do País. Estima-se que, se utilizássemos somente 50% da biomassa disponível na cana-de-açúcar, seria factível expandir o uso de bioeletricidade na matriz elétrica para 8% das necessidades nacionais até 2012, ou seja, 9 mil MW, equivalentes à energia prevista para ser gerada nos polêmicos projetos hidrelétricos do Rio Madeira.

O mais interessante é que a bioeletricidade se encontra disponível no coração da região de maior consumo do País - o Estado de São Paulo, que responde por 62% da produção nacional de cana. Melhor ainda, esta produção ocorre durante a safra da cana, de maio a novembro, que corresponde ao período seco, de menor hidrologia e de maior demanda por eletricidade.

Outras vantagens são o fato de se tratar de energia 100% renovável, de baixo impacto ambiental, fartamente disponível no pátio das usinas, que possibilita mitigar a emissão de gases de efeito estufa, enquadrando-se no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com direito a receber créditos de carbono. Um programa estruturado de bioeletricidade pode produzir investimentos superiores a R\$ 13 bilhões no Estado até 2015, gerando mais de 50 mil empregos e a compra de R\$ 9 bilhões em equipamentos,

componentes e peças para a instalação das centrais de co-geração, produzidos principalmente pela indústria paulista.

Vale notar que as centrais de bioeletricidade têm custos de implantação inferiores aos das usinas termo e hidrelétricas, demandando menor tempo para a sua construção (inferior a 30 meses) e possibilitando menores custos de transmissão para a rede elétrica. Se pudermos ainda aproveitar as palhas e os ponteiros com o fim da queima da cana (em São Paulo, prevista para 2014 nas áreas mecanizáveis e 2017 em áreas não-mecanizáveis), poderíamos ampliar a produção de bioeletricidade para 20% da matriz elétrica brasileira no horizonte de 2020, ou mais de 20 mil MW, equivalentes a duas usinas do porte de Itaipu!

O Brasil possui tecnologia de ponta para atuar no mercado de energia limpa, de forma competitiva e sustentável. Ocorre, todavia, que ainda há importantes ajustes a serem feitos pelo poder público, que hoje impedem a obtenção de retornos compatíveis que gerem um ritmo sustentado de expansão da oferta de bioeletricidade. São três os problemas centrais: 1) A definição de critérios econômicos para uma valoração adequada dessa nova forma de energia, seja no que tange aos níveis de preços, seja na definição de metodologia única, justa e transparente para os leilões de energia, que de fato reconheça a importância da bioeletricidade como energia complementar à sazonalidade hidrelétrica; 2) as dificuldades de acesso e conexão das centrais às redes elétricas; 3) a outorga difícil e morosa do licenciamento ambiental dos projetos.

A bioeletricidade é uma das maiores fronteiras da indústria sucroalcooleira nacional e pode gerar uma revolução de magnitude semelhante à obtida com o etanol. Ela pode reduzir fortemente a necessidade de licenciamento de novos projetos hidrelétricos em regiões ambientalmente sensíveis, o risco de termos de reingressar na energia nuclear e o custo ambiental dos projetos termoelétricos à base de gás natural, óleo combustível e carvão, mais caros e poluentes.

De fonte alternativa de energia pouco valorizada, a bioeletricidade pode-se tornar a maior esperança do País para gerar oferta de energia elétrica renovável, barata e sustentável ambiental e socialmente. Não se trata de mágica, mas apenas de racionalizar produtos e processos a partir de um melhor uso de recursos subutilizados e do know-how de que dispomos. Para isso será necessário desenvolver mecanismos regulatórios racionais e duradouros, que garantam tanto a sustentabilidade econômica do setor sucroalcooleiro como as necessidades energéticas de longo prazo da Nação.

**Marcos Sawaya Jank, professor da FEA-USP, é presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône) e futuro presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica)
E-mail: msjank@usp.br**

IAC fecha parceria com o México - Fernanda Yoneya – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 27/06/2007

Aos 120 anos, festejados hoje, instituto consolida parcerias para além das fronteiras do Estado de São Paulo

O Instituto Agrônômico (IAC) chega aos 120 anos como referência na pesquisa agrícola do País e do mundo. Hoje, o trabalho do instituto não só extrapola fronteiras de São Paulo, mas do País. Já está acertada, por exemplo, uma parceria com o México que prevê a troca de informações sobre cana-de-açúcar. O acordo, explica o secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, João de Almeida Sampaio Filho, inclui treinamento e capacitação de pessoal, desenvolvimento e troca de material genético, métodos de controle de pragas e manejo básico da lavoura.

A negociação foi feita com o estado mexicano de Veracruz. Há interesse em cana-de-açúcar e plantas forrageiras. Sampaio Filho não citou valores, mas quando o projeto estiver em operação, calcula-se que ele poderá gerar receita anual acima de US\$ 500 mil.

O secretário destaca que o objetivo da parceria é exportar conhecimento. “Com o IAC, São Paulo pode fazer a diferença, como difusor de tecnologia para outros Estados e para o mundo. E não só em cana, mas em café, frutas e outras culturas.” Moçambique e Angola também demonstraram interesse em firmar parcerias com o instituto, também na área de cana-de-açúcar.

Parcerias, aliás, têm se mostrado essenciais para tornar projetos de pesquisa viáveis. No ano passado, recursos obtidos na iniciativa privada e em agências de fomento somaram R\$ 16 milhões, valor próximo do orçamento liberado pelo Estado, de R\$ 25 milhões. O dinheiro atendeu 600 projetos de pesquisa.

O Programa Cana IAC ilustra bem a expansão do instituto além de terras paulistas. O coordenador do programa, Marcos Guimarães de Andrade Landell, explica que foi criada uma rede envolvendo usinas, destilarias e associações para uma pesquisa integrada, para o desenvolvimento de variedades e de estratégias de manejo varietal local.

“Os precursores foram Goiás e Minas, mas hoje a rede abrange Paraná, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Bahia, Tocantins, Mato Grosso do Sul”, diz. “Essa rede é importante porque nem todos os estados têm a mesma estrutura de São Paulo.” Hoje são mais de 300 experimentos em todo o País. “Introduzimos e avaliamos a adaptação de material desenvolvido para São Paulo em outros Estados. Outra maneira é testar populações iniciais melhoradas para chegar a uma variedade local”, explica. Em dois anos deve ser lançada uma variedade para o cerrado.

EXPANSÃO - Outra prova da expansão do trabalho do IAC é o caso da Orange Citros Agroindustrial, de Rosário do Sul (RS), cidade a 400 quilômetros de Porto Alegre. O diretor da empresa, Rogério Gonçalves, conta que está investindo em fruticultura de mesa

(laranja e tangerina sem sementes) e chegou ao IAC por indicação da Embrapa Clima Temperado, de Pelotas (RS). Iniciou, então, o plantio de tangerina sem sementes em julho do ano passado com as variedades satsuma okitsu, clemenules, nova e ortanique e deve colher em 2008.

“O Uruguai exporta tangerina sem sementes para o Brasil. Resolvi me aprofundar e cheguei ao IAC”, conta. Gonçalves tem hoje 60 hectares e pretende, nos próximos quatro anos, chegar a mil hectares (com laranja e tangerina de mesa). “A produção será destinada ao mercado interno, mas vamos ficar de olho no mercado externo também.” Segundo ele, há demanda pela fruta no Estado, mas não há produção em escala.

O cafeicultor Luis Aduato de Oliveira, de Poço Fundo, no sul de Minas Gerais, é outro exemplo. Produtor familiar (possui 6 hectares), tem qualidade reconhecida internacionalmente. “Em 2004 testei algumas variedades e mantenho estreito contato até hoje.” Oliveira cultiva duas variedades IAC e tem produção média anual de 180 sacas. Tudo orgânico. “Meu café vai para a Dinamarca, Estados Unidos, Itália e Inglaterra”, conta. Este ano, ele recebeu o prêmio Cafeicultor Destaque 2007, indicado pelo pesquisador Sérgio Parreiras Pereira, do IAC.

Outro agricultor que tem apoio técnico do IAC é Antonio Carlos Di Tullio, que produz borracha em Itapagipe (MG), Monte Aprazível e Nhandeara (SP). Começou com 30 mil árvores; hoje, são 200 mil árvores plantadas, metade está em produção. “Procurei o IAC para saber qual material se adaptaria melhor na região”, conta. “O IAC então indicou os melhores clones que haviam sido pesquisados e importados pelo instituto.” Hoje, Di Tullio produz as próprias mudas.

Odebrecht investirá R\$ 5 bi em cana - Wellington Bahnemann – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2007

Grupo quer estar entre os maiores produtores brasileiros de açúcar e álcool em um prazo de dez anos

O grupo Odebrecht anunciou ontem que vai começar a atuar com açúcar e álcool, e tem planos bastante ambiciosos: a meta da empresa é estar entre as líderes do setor num prazo de dez anos. Para alcançar esse objetivo, a companhia investirá, no mínimo, R\$ 5 bilhões nos próximos oito anos.

A Odebrecht pretende atuar na produção, logística e comercialização de açúcar e etanol. 'Em 2006, decidimos iniciar um novo negócio e avaliamos diversos setores que poderiam agregar valor', disse o diretor de investimentos da Odebrecht, Ruy Sampaio. 'Pelo potencial de crescimento, decidimos investir no setor sucroalcooleiro.'

Segundo o executivo, a escolha do setor sucroalcooleiro foi baseada em três pontos principais: potencial de crescimento; o fato de o Brasil ser referência mundial no setor - um

ponto importante já que a base política e estratégica da companhia é o País; e o direcionamento do etanol para o mercado internacional. 'Outros fatores que consideramos foi a possibilidade de inovação que o setor proporciona e a questão ambiental', justificou Sampaio.

Segundo Sampaio, o investimento de R\$ 5 bilhões é o volume necessário para que a empresa alcance uma capacidade de moagem de cana entre 30 milhões e 40 milhões de toneladas. Isso é a capacidade que a líder Cosan detém atualmente. 'Entretanto, dentro de oito anos essa capacidade pode não ser suficiente', diz Sampaio. 'Faremos o que for preciso para sermos líderes.' A Cosan já anunciou que pretende elevar sua produção para 60 milhões de toneladas, com o dinheiro conseguido com a venda de ações na Bolsa de Nova York.

NOVA EMPRESA

Para investir no setor sucroalcooleiro, a Odebrecht criará uma nova empresa, cujo nome ainda não foi definido. 'Certamente não terá ligação com nome Odebrecht, até porque consideramos levar no futuro a companhia para o mercado', explicou Sampaio. De acordo com o executivo, não há prazo para isso ocorrer. 'Não será em oito anos, mas não será na próxima semana', disse, em tom de brincadeira.

A nova empresa será 100% Odebrecht, mas terá a parceria de antigos executivos do setor sucroalcooleiro, como Eduardo Pereira Carvalho, ex-Unica, e Clayton Higinio Miranda, ex-Coimex. Os dois executivos haviam constituído recentemente a CZRE, empresa que atuaria na atração de capital de fundos de investimentos para o setor sucroalcooleiro e realizaria a gestão dos ativos.

Com a operação, a CZRE foi incorporada pela Odebrecht. De acordo com Miranda, que será presidente da nova empresa, as conversas com a construtora tiveram início há um mês. 'Os nossos objetivos coincidiram com o plano de ação da Odebrecht. Na CZRE, estávamos nos valendo da alta liquidez do mercado. O projeto com a Odebrecht confere muito mais estabilidade.'

O grupo Odebrecht é líder em construção e petroquímica na América Latina. É o controlador da Braskem, maior petroquímica latino-americana - que anunciou recentemente que vai iniciar a produção de polietileno a partir de álcool.

Ritmo Menor – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 16/06/2007

O ritmo de queda nos preços do álcool foi menor nesta semana. O anidro caiu para R\$ 0,6736 por litro nas usinas (menos 1,9%). Já o hidratado recuou para R\$ 0,5896 (baixa de 0,88%). Os dados são do Cepea.

Distribuição concentrada encarece álcool – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2007

Apesar de uma queda de 39% nas usinas, o preço do produto nos postos recua apenas 8% no Estado de São Paulo

Margens de lucro de distribuidoras e postos de abastecimento aumentam com o início da safra, que eleva a oferta

Enquanto o preço médio do litro do álcool hidratado teve queda de 39% na porta das usinas paulistas nas últimas oito semanas, o produto recuou apenas 8% em média nos postos do Estado de São Paulo, conforme dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo). Rubens Ometto, presidente do grupo Cosan (usinas), atribui essas diferenças a uma concentração na distribuição, o que distorce o mercado. "Como está, o mercado não é perfeito. Quando há excesso de produção, os preços caem nas usinas, mas essa queda não chega aos consumidores", afirma ele.

Ismael Perina Júnior, presidente da Orplana (associação dos plantadores de cana), diz que a concentração na distribuição e a demora do repasse dos preços pelos postos acaba afetando não só os consumidores, que deixam de pagar menos, mas também os produtores, que são pagos conforme os preços recebidos pelas usinas.

O não-repasse do preço menor praticado pelas usinas para os consumidores inibe o aumento do consumo, interferindo nos preços finais recebidos pelos produtores. Com excesso de oferta, os preços caem e já não cobrem nem os custos de produção, argumenta Perina.

A preocupação maior dos produtores é que esse cenário persista. Afinal, as usinas ainda não chegaram ao pico da safra, quando as 350 unidades produtoras produzirão 50 milhões de litros de álcool por dia e apenas 30 empresas distribuirão 90% desse volume ao varejo.

O grande volume produzido pelas usinas imprime forte recuo de preços ao produto. Essa redução, no entanto, não é acompanhada pelas distribuidoras e pelo varejo.

Margem

Há um ano, as margens brutas do setor de distribuição eram de R\$ 0,11 por litro. As da revenda, de R\$ 0,18. Na semana passada, as distribuidoras conseguiam R\$ 0,275 por litro na margem bruta, e as revendas, R\$ 0,351, conforme dados da ANP.

As distribuidoras já atuam com margens menores neste mês -estavam em R\$ 0,44 por litro na segunda quinzena de maio. Chegou a vez, no entanto, dos postos, que subiram as margens para R\$ 0,35, após estarem em R\$ 0,25 na segunda quinzena do mês passado. Essas margens elevadas provocam distorções no mercado. O consumidor paulista, apesar de o Estado ter o menor ICMS sobre o produto e ter uma melhor logística de distribuição,

paga R\$ 1,325 por litro, valor superior ao R\$ 1,304 pago pelos usuários de Mato Grosso. Essa concentração, que inibe o acompanhamento da queda de preços das usinas para os consumidores finais, é fruto da própria "boa intenção" da ANP, segundo o mercado. A resolução nº 7, deste ano, que proíbe o revendedor varejista de adquirir qualquer espécie de combustível (gasolina, diesel ou álcool) de outra bandeira que não a sua, é boa para inibir eventuais aditivos ilegais à gasolina.

Com relação ao álcool, no entanto, ela não faz sentido, segundo produtores do setor. O álcool seria sempre igual em todas as unidades de produção e de distribuição, afirmam os produtores.

Apesar de os preços do álcool estarem livres nos três elos da cadeia -produção, distribuição e revenda-, esse engessamento dos preços prejudicaria o consumidor e não permitiria um desenvolvimento maior do mercado, dizem.

Ometto afirma que o poder de fogo dos distribuidores é muito grande hoje, principalmente quando se leva em consideração a distribuição de gasolina, álcool e diesel. O mercado ficaria mais bem adequado com liberdade de compras e de vendas e com mudança na legislação tributária, defende ele.

A liberdade de compra e venda permitiria aos postos buscar o álcool onde fosse mais barato. Poderiam ser criados centros de distribuição pelo país, evitando o "passeio" e o encarecimento do álcool. O consumidor sairia ganhando, e o mercado seria mais perfeito. Claro que a ANP continuaria fiscalizando essas operações para garantir a qualidade do produto, diz Ometto.

O empresário acredita, ainda, que poderia haver mudança do recolhimento dos impostos nas unidades produtoras. Se essas medidas forem adotadas, "o consumidor vai ganhar, e muito, porque a concorrência passa a ser perfeita", diz Ometto.

O sistema atual de comercialização restringe as operações e dificulta o desenvolvimento do mercado com a participação de novos parceiros e de negociações em Bolsa, diz o produtor. O mercado está engessado e é necessário aumentar o ganho de eficiência, deixando o setor mais solto, avalia Ometto.

Governo considera "decepção" leilão de energia alternativa – Márcio Rodrigues - Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2007

Usinas ofertam e vendem menos eletricidade do que sua capacidade de produção

Fonte alternativa é a que não se enquadra na geração hidráulica oriunda de grande hidrelétrica, nuclear, gás natural, carvão ou petróleo

O 1º Leilão de Energia de Fontes Alternativas, realizado ontem em São Paulo, frustrou as expectativas do governo e do setor energético, mesmo tendo movimentado cerca de R\$ 4,2 bilhões. O ministro interino Nelson Hubner (Minas e Energia) considerou uma "decepção", principalmente em relação à oferta das usinas térmicas à biomassa (madeira e bagaço de cana-de-açúcar).

Fontes alternativas de energia são as que não se enquadram na geração hidráulica oriunda de grandes hidrelétricas, nuclear, gás natural, carvão ou derivados de petróleo. Segundo o ministro, apesar de as usinas sucroalcooleiras dizerem possuir uma capacidade de produção de energia entre 2.000 e 3.000 MW (megawatts), foram ofertados apenas 1.019 MW e vendidos 542 MW. A iniciativa do governo em realizar esse leilão, de acordo com Hubner, partiu justamente de pedidos feitos pelas usinas.

"A oferta, principalmente das térmicas, foi decepcionante. Foi muito baixa se comparada à capacidade de produção. Se os volumes permanecerem pequenos, não valerá a pena realizar leilões específicos."

No leilão organizado pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o total de energia vendido no caso da biomassa foi de 542 MW, e as PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) comercializaram 97 MW, totalizando 639 MW a um preço médio geral de R\$ 137,32 por MWh.

O montante negociado é inferior aos 1.165 MW de 38 empreendimentos que apresentaram garantias físicas à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para disputar o leilão e muito abaixo dos 2.803 MW, em 87 projetos, que se habilitaram na EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

De acordo com Maurício Tomasquim, presidente da EPE, o número é "razoável, mas poderia ser maior". "O próximo leilão geral, marcado para o próximo dia 10 de julho, já tem cerca de 20.000 MW inscritos", afirmou.

O presidente da APMPE (Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica), Ricardo Pigatto, disse que as regras do leilão tornaram os empreendimentos "inviáveis". A reclamação é principalmente em relação ao preço, máximo de R\$ 140 para usinas térmicas a base de biomassa e R\$ 135 para PCHs.

Cultura

Tanto Hubner quanto Tomasquim avaliam que o setor sucroalcooleiro ainda não possui uma cultura para vender energia.

"O custo de produção da energia de biomassa é muito inferior aos R\$ 140 por MWh, preço inicial do leilão. No entanto, esse setor trabalha com taxas de retorno muito maiores do que as oferecidas pela energia", afirma Tomasquim.

Para ele, devido à flutuação de preços a que o álcool e o açúcar estão sujeitos, a produção e a venda de energia poderiam ser uma proteção para os usineiros. "A vantagem da energia é a usina fechar um contrato de 15 anos que irá garantir determinada renda fixa. Isso poderia funcionar como uma espécie de hedge [proteção] da produção."

MOAGEM DE CANA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 21/06/2007

Até o início deste mês as usinas do centro-sul já tinham moído 71 milhões de toneladas de cana, volume 1% acima do de igual período de 2006, segundo dados da Unica. Esse volume representa 17% da previsão de moagem da safra.

SAFRA ALCOOLEIRA– Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 21/06/2007

A produção total de álcool atinge 2,97 bilhões de litros, com aumento de 253 milhões de litros em relação à safra de 2006. Já a produção de açúcar recuou para 3,62 milhões de toneladas, 425 mil menos do que em igual período do ano passado. Dados divulgados ontem pela Cosan também mostraram essa tendência.

QUEBRA NA CANA– Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 21/06/2007

Até o final de maio houve quebra agrícola de 4% e rendimento 1,3% menor na qualidade da matéria-prima. Se esse cenário continuar por mais um mês, a estimativa de 420 milhões de toneladas pode não ser atingida no centro-sul.

EXPORTAÇÕES– Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 21/06/2007

As exportações de álcool somam 380 milhões de litros em abril e maio, volume 25% superior aos 304 milhões de igual período de 2006. No ano passado, as maiores exportações ocorreram de junho a agosto, quando as vendas somaram 1,5 bilhão de litros, volume que não deverá ser atingido no mesmo trimestre deste ano.

Governo marca reunião para discutir não-repasse

O consumo de álcool no país ficou em 1,15 bilhão de litros na média mensal de abril e maio, conforme dados divulgados ontem pela Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). Esse volume é inferior ao 1,2 bilhão de litros consumidos no final de 2006, período em que a frota de veículos flex era menor do que a atual. Na avaliação da Unica, a demanda pelo combustível estaria em 1,3 bilhão de litros por mês se a queda de preços promovida pelas usinas tivesse chegado aos consumidores. O não-repasse da queda inibe o consumo, segundo a entidade.

Para tratar da questão do preço do álcool, o governo marcou para amanhã uma reunião. Participarão representantes dos ministérios de Minas e Energia, da Agricultura, da ANP (Agência Nacional do Petróleo), distribuidores e revendedores de combustível. O governo quer saber por que, quando o álcool sobe na usina, há repasse imediato para o consumidor, e, quando o preço cai, o mesmo não ocorre.

Na edição de terça, a Folha publicou reportagem segundo a qual, apesar de uma queda de 39% do preço do álcool nas usinas nas últimas oito semanas, nos postos os preços caíram só cerca de 8%.

A reportagem também informou que as margens de lucro das distribuidoras e dos postos subiram neste ano ante 2006.

No Brasil, os preços de combustíveis são liberados. No caso da gasolina e do diesel, o produto é vendido nas refinarias da Petrobras e comprado pelas distribuidoras, que repassam para os postos. Os preços são liberados em toda a cadeia. No caso do álcool, ele é vendido nas usinas para as distribuidoras, que repassam aos postos. Dessa forma, o preço final ao consumidor depende não apenas do preço na refinaria (para gasolina e diesel) ou na usina (álcool) mas também do nível de competição entre distribuidoras e entre postos.

Em locais de pouca competição, com mercado cartelizado, os preços tendem a ser maiores. Nesse cenário, quando o preço do álcool cai na usina, distribuidoras e postos se apropriam da redução e engordam suas margens de lucro. Em locais onde a competição é mais acirrada, tende a haver repasse maior da queda de preço para o consumidor. Sempre que há alta de preços, ou que uma queda esperada não acontece, o governo marca reuniões para tratar do assunto. As reuniões não têm efeitos práticos, uma vez que o governo já reiterou, diversas vezes, que não pretende voltar a tabelar o preço dos combustíveis, medida extinta em 1996.

DA SUCURSAL DO RIO

A Petrobras vai fechar os cinco primeiros contratos com parceiros privados para a construção de complexos de produção de álcool nos próximos três meses. Serão investidos de US\$ 200 milhões a US\$ 250 milhões em cada um. O início da produção está previsto para 2009.

Segundo o diretor da Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, a estatal entrará nos negócios como investidora, sempre ao lado da Mitsui (conglomerado japonês com atuação em energia e commodities). Juntas, terão de 20% a 30% em cada um dos projetos.

"As cinco unidades são privadas. São empreendedores brasileiros que estão apresentando esses projetos", disse Costa.

A Petrobras e a Mitsui vão fazer um aporte de recursos para fomentar os empreendimentos. Em troca, terão o direito de compra do álcool produzido por 15 anos. A logística e a venda do produto ficarão a cargo das duas empresas.

Inicialmente, o álcool será destinado ao Japão. O período de 15 anos de contrato tem como objetivo, diz Costa, garantir a estabilidade de fornecimento por longo prazo - condição prévia imposta pelos asiáticos.

Os empresários que apresentaram os projetos e serão controladores das usinas ficarão responsáveis por obter o financiamento, que terá como garantia o contrato de fornecimento à Petrobras e à Mitsui.

O empreendedores poderão contar com empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do JBIC (Banco de Cooperação Internacional do Japão, na sigla em inglês).

Costa não quis dizer nem a localização das usinas nem o nome dos empreendedores, pois as negociações estão protegidas por um acordo de confidencialidade.

Produção

Atrasos na entrada em operação de novas plataformas colocam em risco a meta da Petrobras de produzir 1,91 milhão de barris/dia na média do ano. Segundo o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, "não é possível prever agora se meta será alcançada" **(PEDRO SOARES)**

MERCADO NOVO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 28/06/2007

O atrativo mercado da cana-de-açúcar começa a despertar também o setor segurador. A AGF passa a oferecer um pacote completo de seguros aos usineiros. O pacote inclui desde a implantação e a construção da usina -válido até 60 dias após o início da operação industrial- até o seguro da propriedade e do canavial.

DIFERENCIAL – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 28/06/2007

Para definir as cláusulas desse pacote de seguros, a AGF deslocou uma equipe de engenheiros agrônomos especializados e com conhecimento técnico para auxiliar na elaboração das coberturas, diz Luiz Carlos Meleiro, superintendente de agronegócio da AGF.

Belga investirá R\$ 155 mi em biomassa em SP – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/06/2007

DA FOLHA ONLINE

A Suez Energy International anunciou ontem que vai investir R\$ 155 milhões na construção de uma central elétrica abastecida por biomassa de cana-de-açúcar no Brasil. Segundo comunicado divulgado pela empresa, será instalada uma termelétrica em São João da Boa Vista (SP), que começará a operar em janeiro de 2010. O BNDES financia 70% do projeto.

Forbes investe US\$ 400 mi no álcool – Jorge Soufen Jr. – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/06/2007

Empresa americana erguerá usina na República Dominicana com tecnologia brasileira visando EUA

75% do total investido deve ficar na região de Ribeirão Preto; planta no Caribe se beneficiará de acordo de livre comércio com EUA
O grupo americano Forbes anunciou em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, que investirá US\$ 400 milhões, ou R\$ 796 milhões, para montar uma usina de cana-de-açúcar na República Dominicana, país da América Central.

Do total dos investimentos, 75% (o equivalente a R\$ 597 milhões) devem ficar no país, na região de Ribeirão Preto, principal pólo sucroalcooleiro do mundo. O restante será investido na construção da usina na ilha de Santo Antonio.

O CEO da Forbes, Lucien Edward Forbes, esteve em Ribeirão Preto para assinar o contrato com um consórcio formado por dez empresas da região para a construção da usina.

Lideradas pela Proeng, de Jaboticabal, as empresas vão fornecer o projeto de construção, know-how e maquinário para o empreendimento internacional.

"É um momento histórico porque, com esse empreendimento, queremos modificar a política energética, primeiro, dos EUA e, depois, do mundo. A energia renovável é a forma de salvar o planeta", disse o executivo, em português fluente.

É o primeiro grande investimento americano a beneficiar o setor sucroalcooleiro do Brasil anunciado desde a visita do presidente do EUA, George W. Bush, ao país, em março. A Forbes já revende álcool brasileiro nos EUA. A nova usina será a primeira do grupo e, além de produzir álcool com cana plantada na República Dominicana, vai transformar o álcool hidratado comprado do Brasil em anidro (que é misturado à gasolina). Segundo Forbes, a República Dominicana foi escolhida porque faz parte do acordo de livre comércio entre EUA, América Central e o país (Cafta-DR), o que garante a exportação do álcool a preços bem mais baixos do que se a usina fosse construída no Brasil. Forbes disse que o grupo não pretende produzir açúcar. Também afirmou que a plantação de cana será orgânica -sem uso de agrotóxicos ou fertilizantes sintéticos. A lavoura será totalmente mecanizada.

Ele prevê que a usina começará a produzir no primeiro semestre de 2008 cerca de 750 mil litros de álcool/dia. Em plena capacidade, deverá chegar a 3 milhões. Terá capacidade inicial de processar 4 milhões de toneladas de cana ao ano, chegando ao auge de 7 milhões.

A usina também vai produzir energia pelo bagaço da cana (a chamada co-geração) e subprodutos da cana, como fertilizantes. O empreendimento deverá criar 5.000 empregos diretos.

Segundo Forbes, a empresa poderá expandir os investimentos no Caribe e em Cuba e já tem outros dois projetos engatilhados, um na Nigéria, outro no Equador. "No Brasil, estamos estudando."

João Luiz Franca, diretor da Proeng, afirmou que o projeto da usina na República Dominicana prevê o mínimo de poluição. "É uma unidade que tem preocupação muito grande com o impacto ambiental, que será praticamente zero."

O grupo Forbes trabalha com sistemas globais de telecomunicação por tecnologia digital e também publica a revista de mesmo nome, de negócios.

Álcool cai mais na usina do que no posto - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 19/06/2007

Os preços do litro do álcool combustível registraram uma queda média de 2,48% entre os dias 10 e 16 de junho no país em relação à semana anterior, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nas últimas quatro semanas, a baixa chega a 7,5%. Já o litro da gasolina registrou reduções de 0,27% na comparação com a semana anterior e de 0,43% nas últimas quatro semanas.

A baixa dos preços do álcool nas bombas reflete o avanço da colheita da cana na região centro-sul do país. O levantamento da ANP mostra que em 15 Estados, além do Distrito Federal, a paridade do álcool com a gasolina está abaixo de 70%, o que sinaliza vantagem de se usar álcool nos tanques. Boa parte desses Estados está localizada no centro-sul, que está em plena colheita.

Apesar do recuo dos preços do álcool nas bombas, o ritmo dessa queda está muito abaixo da verificada na venda das usinas às distribuidoras. Segundo dados da consultoria Datagro, entre a terceira semana de abril e a primeira semana de junho, o preço do álcool hidratado ao produtor recuou 36,91%. No mesmo período, caiu apenas 2,56% ao consumidor.

Ainda segundo a consultoria, essa defasagem no repasse dos preços ao consumidor pode trazer implicações para o equilíbrio do quadro de oferta e demanda do setor sucroalcooleiro, uma vez que a queda dos preços do álcool impulsiona o consumo do combustível. As vendas de carros flexfuel cresceram, nos últimos anos, baseadas nesta premissa.

O mercado trabalha com a expectativa de uma defasagem de 30 a 45 dias para que a queda dos preços seja repassada ao consumidor. No entanto, de acordo com a Datagro, esse maior reajuste não foi realizado.

Recurso para biodiesel – Valor Econômico – Agronegócios- Curtas – 19/06/2007

O BNDES aprovou financiamento de R\$ 35,6 milhões à Tauá Biodiesel Ltda., para implantar uma usina de biodiesel em Nova Mutum (MT), com capacidade para 36 milhões de litros por ano. As matérias-primas usadas serão soja, girassol e caroço de algodão.

Grupo Cosan reafirma apetite por mais aquisições de usinas – Monica Scaramuzzi – Valor Econômico – Agronegócios - 21/06/2007

O grupo Cosan, maior processadora de açúcar e álcool do país, deverá manter seu apetite por aquisições no Brasil, de acordo com Paulo Diniz, vice-presidente financeiro e de relações com o mercado do grupo.

Com 17 usinas no país, além de uma participação de 33,3% na unidade Santa Luíza, em Matão (SP), o grupo também está construindo três unidades no Centro-Oeste, investimentos que somam US\$ 650 milhões. Diniz afirmou ontem que o grupo está em negociações para possíveis aquisições de novas unidades, mas ainda não há nada de concreto. Projetos para investir no exterior e também de emissão de ações nos EUA também estão em análise.

Na última terça-feira, o grupo anunciou que encerrou a safra 2006/07 com receita líquida de R\$ 3,605 bilhões, 45,8% mais que em 2005/06, e lucro líquido de R\$ 357,3 milhões, revertendo um prejuízo de R\$ 64,6 milhões em 2005/06. Essa boa performance,

contudo, não deverá ser repetida em 2007/08, por conta dos baixos preços do açúcar no mercado internacional, reconheceu Diniz.

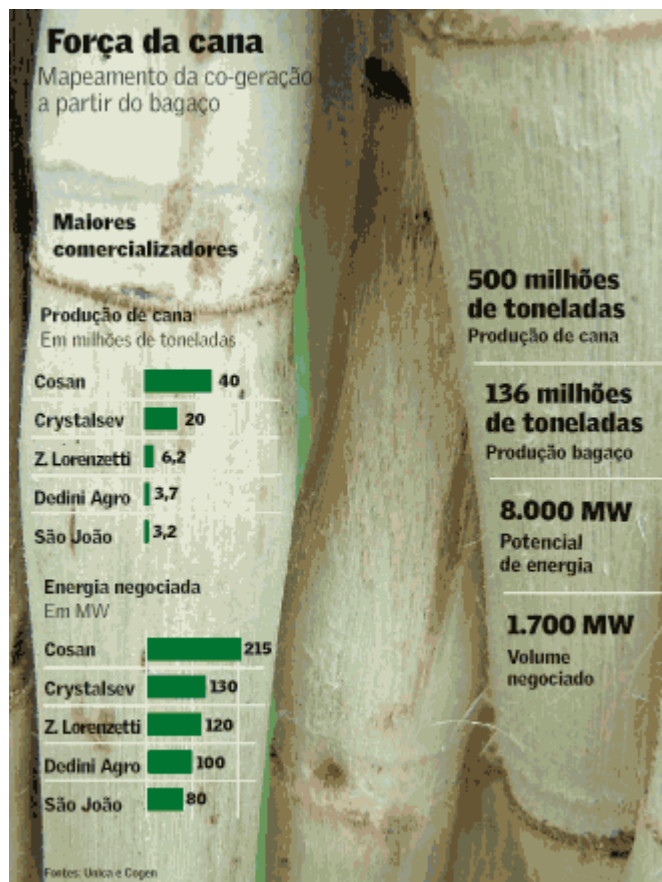
Por conta dos baixos preços do açúcar, o grupo Cosan deverá produzir mais álcool nesta safra, um crescimento de pelo menos 5%. No ciclo 2006/07, a produção de álcool do grupo ficou em torno de 1,3 bilhão de litros. A produção de açúcar do grupo "deverá ter uma ligeira queda". Em 2006/07, ficou em 3,2 milhões de toneladas. As usinas da Cosan moeram 36,2 milhões de toneladas em 2006/07. (MS)

Bagaço de cana pode adicionar uma usina do Madeira ao setor - Maurício Capela e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Empresas e Tecnologia - 25/06/2007

De cana em cana, de corte em corte, uma revolução ainda silenciosa começa a tomar conta das usinas de álcool e açúcar espalhadas pelo Brasil. Certos de que é só uma questão de tempo para que o etanol deixe de ser coadjuvante para dividir o papel de ator principal no mercado mundial de combustíveis com o petróleo, os usineiros do país resolveram não perder tempo. E investem pesado no aumento da área plantada, na incorporação de tecnologias e até na melhora do padrão genético da matéria-prima. E como efeito colateral de tanto esforço, nove entre dez produtores já perceberam que não é só de etanol e açúcar que se vive. Também dá para fazer bom dinheiro transformando o bagaço da cana em megawatts (MW).

Portanto, é com esse cenário à mesa que consultorias, comercializadoras de energia no mercado livre e os próprios usineiros rabiscam um punhado de projeções. E o resultado revela que seria possível adicionar entre 6 mil MW e 8 mil MW ao potencial instalado de geração de energia do país. Em outras palavras, é como se a moagem de toneladas e toneladas de cana que hoje são queimadas com efeitos perversos ao meio ambiente pudessem gerar o equivalente à usina hidrelétrica do rio Madeira, cujo projeto prevê potência instalada de 6,48 mil MW.

"Acho bastante factível que as usinas de álcool e açúcar gerem um excedente de energia ao redor de 6 mil MW", afirma Marcelo Parodi, co-presidente da comercializadora de energia Comerc. "Podemos chegar a 8 mil MW com a atual produção brasileira de cana", afirma Onório Kitayama, consultor de energia da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica).



O consultor da Unica conta que os investimentos nesta área começaram na década de 90, mas ganharam força nos últimos quatro anos. Cerca de R\$ 4 bilhões já foram aplicados neste período e novos aportes já foram anunciados.

"Todos os novos projetos de usinas, que somam US\$ 15 bilhões em quase 90 unidades até 2012, já contemplam investimentos em co-geração", diz Kitayama. E, segundo Carlos Roberto Silvestrin, vice-presidente executivo da Associação Paulista de Cogeração de Energia (Cogen/SP), entre 2007 e 2011 outros R\$ 4 bilhões serão injetados no setor para aumentar a atual capacidade instalada e para aportes em novos planos. Com os novos projetos de usinas concluídos, o potencial de geração de energia chegará a 11.000 MW, em uma projeção conservadora.

O fato é que tanto a conta de Kitayama como as análises, por exemplo, da comercializadora Grym, que estima os cerca de 6 mil MW de energia excedente atual, baseia-se na moagem de 500 milhões de toneladas de cana prevista para a safra 2007/08. E a diferença entre um indicador e outro reside justamente na disponibilidade de bagaço, com a inclusão da palha para a geração.

Hoje, praticamente todas as usinas de álcool e açúcar geram energia para o seu próprio consumo, mas somente 10% delas (de um total de 350 unidades) comercializam excedente no mercado. Portanto, a negociação desse excedente soma ao redor de 1,7 mil MW. A região de Ribeirão Preto (SP), maior pólo produtor de cana do país, responde por 35% da co-geração a partir do bagaço, afirma Eduardo de Amorin, diretor regional da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em Ribeirão. "Há um potencial de clientes que podem comprar energia das usinas na própria região."

Mas apesar das entusiasmadas projeções, muitos agentes do setor ainda carregam dúvidas. Uma delas, por exemplo, diz respeito a sazonalidade da matéria-prima, já que o bagaço de cana somente é obtido no período da safra que ocorre entre maio e novembro de cada ano. Outra é mais filosófica e procura entender o real posicionamento dos usineiros a respeito da geração de energia.

A julgar pelos últimos movimentos no setor sucroalcooleiro, contudo, a energia originada do bagaço de cana tem tudo para ser definitiva. Primeiro, porque há uma percepção por parte dos usineiros de que a geração de energia a partir da cana não é mais um subproduto e sim uma terceira fonte de negócios. Tanto que as novas usinas de álcool e açúcar já adotam caldeiras maiores que geram mais vapor com a mesma quantidade de bagaço. E o movimento é tão forte que também atinge antigas usinas, que já procuram remodelar seu parque fabril. Além disso, há ações quanto a estocagem do bagaço, o que na prática eliminaria a sazonalidade e daria mais garantia de geração ao longo de todo o ano.

Silvestrin lembra que a sazonalidade da safra não é um problema. "O pico da produção de cana coincide com o período de seca das hidrelétricas. As usinas entregam um volume maior de energia durante a safra [maio a dezembro] e o sistema complementa durante a entressafra [janeiro a abril]", diz.

Um bom exemplo é a Crystalsev. Empresa que negocia a produção de açúcar e álcool de nove usinas paulistas, a Crystalsev afirma que vai investir R\$ 500 milhões para aumentar a sua geração de energia a partir do bagaço em mais 500 MW nos próximos cinco anos.

Atualmente, a Crystalsev já negocia seu excedente, que é de 130 MW, volume suficiente para abastecer uma cidade como São José do Rio Preto (SP), com cerca de 400 mil habitantes, diz Celso Zanatto, gerente de comercialização de energia da empresa. Tanto é assim que a companhia negocia sua energia diretamente com os consumidores desde janeiro. "Temos um contrato de abastecimento de dois anos com a unidade de Jacaré (SP) da Rhodia", exemplifica.

Biodiesel para Portugal – Valor Econômico- Agronegócios – 25/06/2007

O governo do Paraná está investindo R\$ 3,4 milhões em uma usina no Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) para produção de biodiesel - modelo que será repassado a pequenos produtores para estimular a produção no Estado. O governo também realiza investimentos no Porto de Paranaguá, para viabilizar o embarque de biodiesel. Na sexta-feira, o governo paranaense firmou acordo com grupos portugueses para viabilizar exportações de biodiesel e soja em grão para produção naquele país. Conforme o governo do Estado, também serão instalados no porto sete tanques com capacidade estática de 35 milhões de litros de álcool. A obra permitirá armazenar o conteúdo de um navio e fazer o carregamento em até 48 horas, o que significa que 15 navios de 35 milhões de litros cada poderão ser carregados por mês.

Investimento em açúcar com os dias contados - Bettina Barros e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 25/06/2007

Os investimentos no aumento da produção de açúcar estão com os dias contados. "Há muito açúcar no mundo", resume Martin Todd, diretor-gerente da britânica LMC International, respeitada consultoria do setor de agronegócio. "O Brasil deveria vender mais etanol", constata.

O alerta de Todd, que ecoa entre a grande maioria de analistas do mercado de açúcar, é respaldado pelo comportamento dos preços internacionais da commodity nas bolsas internacionais nos últimos meses. Na bolsa de Nova York, por exemplo, os contratos futuros de segunda posição de entrega (normalmente os de maior liquidez) acumulam queda de quase 42% nos últimos doze meses. Na sexta, eles até que registraram ligeira alta, mas permanecem abaixo de 10 centavos de dólar por libra-peso.

Com isso, a tendência mundial é que os investimentos sejam mesmo concentrados em álcool combustível. E Todd lembra que Brasil e Estados Unidos estão fazendo fortes aportes em plantas novas para incrementar essa produção. O mix de produção de cana do Brasil já vem sendo direcionado para elevar a oferta de álcool, e o país tem a seu favor a crescente demanda doméstica dos carros flexfuel.

Segundo Todd, a queda nos preços do açúcar teve como fator determinante a recuperação da produção de cana da Índia - segundo maior produtor mundial, atrás do Brasil -, além das sucessivas produções recordes brasileiras. A retomada da oferta indiana de açúcar, depois de dois anos de forte seca no país, voltou a pressionar os preços internacionais no mercado.

Quando há mais oferta de açúcar para os destinos tradicionais, a oferta também se estende a regiões mais remotas. E, neste caso, a Índia tem uma vantagem competitiva sobre o Brasil, diz Todd. O país está melhor localizado, por exemplo, para atender de modo mais fácil e barato mercados como África, Golfo Pérsico e Mar Vermelho. Além disso, o governo indiano paga até 1.450 rúpias (US\$ 33) por tonelada para compensar os elevados custos de escoamento do produto até os portos do país.

De acordo com Todd, o Estado de Maharashtra, um dos maiores produtores do país, já foi além e concede um subsídio extra de aproximadamente US\$ 10 por tonelada. "A Índia está pressionando o mercado", diz ele.

A entrada de outros produtores de açúcar no jogo, como Rússia, China, Paquistão e Vietnã, não seria suficiente para abalar drasticamente o mercado, acredita o especialista. "Seria um aumento de 500 mil toneladas. Não é grande coisa", desdenha.

Apesar de preocupações com o impacto ambiental da expansão dos canaviais no Brasil, o especialista afirma que a Europa ainda não encara com apreensão a atividade. O foco das atenções no momento está na Indonésia e na Malásia, grandes fornecedores asiáticos de óleo de palma para a Europa. A Holanda já embargou as compras do óleo devido a denúncias de desmatamento de florestas tropicais nesses países.

"O Brasil está mais consciente disso [proteção ambiental] e tem mais noção do que está fazendo com a sua terra", acredita Todd, rebatendo as críticas de países, sobretudo europeus, que afirmam que a expansão da cana no Brasil ameaça a floresta amazônica.

Bioenergia é vantajosa até 2013, diz técnico - Cláudia Schüffner – Valor Econômico –
Brasil - 26/06/2007

A energia gerada a partir da biomassa, a bioenergia, é a mais barata que o Brasil poderá produzir até 2013 para passar incólume pelo período crítico, quando não terá novos projetos de hidreletricidade para oferecer em leilão. Mário Veiga, presidente da PSR Consultoria, vê uma "janela de oportunidade" para a bioeletricidade com a escassez de novos projetos hidrelétricos em oferta no país.

Segundo ele, a biomassa - principalmente de sobras da industrialização da cana-de-açúcar - pode ser uma alternativa eficiente para sustentar o crescimento do consumo de energia elétrica. Considerando a expansão da área plantada até 2012, de 425 milhões de toneladas (ton) para 728 milhões/ton e a construção de novas usinas, Veiga calcula que se forem instaladas caldeiras mais eficientes para processar o bagaço de cana adicional, poderiam ser gerados 3 mil MW de energia. E mais, se um terço das usinas existentes modernizasse seus equipamentos, poderiam gerar mais 1.200 MW, superando a geração prevista nas usinas do Rio Madeira. Isso tudo a um custo relativamente baixo, já que seria necessário apenas comprar caldeiras mais eficientes para as usinas.

Além do volume expressivo de energia, os cálculos da PSR mostram que a bioeletricidade custaria R\$ 109 por megawatt/hora (MW/h), mais barato que a hidreletricidade (R\$ 112), que as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), R\$ 110 MW/h, as térmicas movidas a GNL (R\$ 131 MW/h) e até carvão (R\$ 145 MW/h) e óleo combustível (R\$ 175 MW/h), que são grandes poluentes. Outro detalhe é que a bioeletricidade não substituiria a energia hídrica porque o período de safra é complementar ao regime hidrológico. (CS)

Petrobras e Mitsui aceleram parceria na área de etanol - Chico Santos – Valor Econômico – Agronegócios - 27/06/2007

Petrobras e a japonesa Mitsui deverão fechar nos próximos três meses com empresas privadas brasileiras os contratos para as cinco primeiras usinas de etanol voltadas exclusivamente para a exportação do produto para o Japão. O diretor de abastecimento da estatal, Paulo Roberto Costa, disse ao Valor que essas unidades serão pilotos do projeto que prevê exportações anuais de 1,8 bilhão de litros de etanol ao Japão. Ao todo, estão sendo examinados cerca de 40 projetos no âmbito do memorando de entendimento assinado em 2006 entre Petrobras e Mitsui.

De acordo com o executivo, a Petrobras e a Mitsui terão participação máxima de 30% nas empresas produtoras. O restante será dos sócios privados. Costa disse que ainda não é possível informar quais serão os parceiros nessas primeiras cinco usinas a serem contratadas. Ele disse também que os contratos de fornecimento terão prazos mínimos de 15 anos e acrescentou que a política de preços está em fase de ajustes. Nesse campo, a idéia é estabelecer regras que evitem oscilações drásticas, com picos prejudiciais aos compradores e vales que ameacem o equilíbrio econômico-financeiro dos produtores.

Os japoneses querem o álcool brasileiro para adicioná-lo à gasolina do seu país, tornando-a ambientalmente mais limpa, e também para uso na geração de energia elétrica, substituindo parte do gás natural hoje usado. Em dezembro de 2005 foi criada a empresa Brasil-Japan Ethanol, uma parceria da Petrobras com a Nippin Alcool Humbari. Essa empresa será a responsável pela comercialização do etanol importado do Brasil

Além de produzir etanol, as usinas deverão gerar energia elétrica em regime de co-geração, utilizando o bagaço da cana. Não haverá produção de açúcar nessas empresas, eliminando a dicotomia das usinas tradicionais que acabam deixando os consumidores de álcool em perigo quando o mercado açucareiro está mais atraente.

Ontem, durante seminário realizado na sede da Petrobras sobre o futuro da agroindústria sucroalcooleira do norte do Estado do Rio de Janeiro, Costa abriu para os produtores da região a possibilidade de examinar projetos que eles apresentem no âmbito do acordo com a Mitsui. "Dos 40 projetos em exame, nenhum é do Estado do Rio de Janeiro. Fica o desafio", disse.

A possibilidade de entrada desses novos projetos foi condicionada à capacidade dos produtores de açúcar e álcool fluminenses para apresentar propostas tecnologicamente avançadas, com lavouras canavieiras de alta produtividade. Esse é justamente o mal de que padece há vários anos o setor sucroalcooleiro do Estado. O Rio de Janeiro já foi um dos principais pólos açucareiros do país, mas o setor não se modernizou e há anos sofre com a problemas como a baixa produtividade e relações de trabalho atrasadas.

Odebrecht planeja destinar R\$ 5 bi para açúcar e álcool - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 28/06/2007

O grupo Odebrecht confirmou ontem a sua entrada no setor sucroalcooleiro, prevendo injetar R\$ 5 bilhões nos próximos oito anos em usinas e no plantio de cana-de-açúcar. A meta é ficar entre as três maiores empresas do setor.

Segundo Ruy Sampaio, diretor de investimentos da Odebrecht, o novo negócio faz parte do projeto de expansão do grupo de um faturamento próximo a US\$ 12 bilhões em 2006 para US\$ 18 bilhões em 2012. "As operações no setor de açúcar e álcool têm potencial para responder por 15% a 20% do faturamento da Odebrecht em oito anos", afirmou o executivo.

A investida em açúcar e álcool segue o plano estratégico da Odebrecht de criar um terceiro negócio depois de consolidação dos investimentos em construção e petroquímica. Em 2006, o grupo faturou R\$ 24 bilhões, dos quais R\$ 16,5 bilhões vieram da petroquímica Braskem (70% da receita) e R\$ 7,4 bilhões da construtora CNO (30%). Nos últimos cinco anos, a receita do grupo cresceu em média 17% ao ano. A compra de ativos petroquímicos da Ipiranga em março deve elevar a receita da Braskem para perto de R\$ 20 bilhões.

Como primeiro movimento no setor sucroalcooleiro, a Odebrecht vai incorporar a empresa de participações CZRE. A companhia foi criada há pouco mais de um mês por Eduardo Pereira de Carvalho (ex-presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar/Unica, entidade que reúne as empresas do setor), além de Clayton Hygino Miranda, Zenilton Melo e Roger Haybittle, todos ex-executivos da Coimex.

A nova estrutura societária, sob o controle da Odebrecht e que terá os demais executivos da CZRE como sócios minoritários, será presidida por Miranda. Essa empresa terá seu nome escolhido pela agência Africa, do publicitário Nizan Guanaes.

Eduardo Pereira de Carvalho disse que a negociação durou pouco mais de um mês. "As duas empresas perceberam que tinham objetivos em comum e, para a CZRE, era mais seguro associar-se a um grupo com um projeto de longo prazo do que captar recursos de fundos, que possuem prazos para sair do negócio", justificou Carvalho.

Segundo Ruy Sampaio, da Odebrecht, a meta é abrir o capital da nova empresa no médio prazo para a captação de recursos no mercado. "Isso não ocorrerá neste ano, nem no ano que vem; depende de como vai reagir o mercado", afirmou o diretor.

A Odebrecht avalia que poderá produzir entre 30 milhões e 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano no prazo de oito anos. "Hoje o maior grupo do setor sucroalcooleiro produz isso. Se em oito anos eles estiverem produzindo 80 milhões, vamos atrás dessa nova marca. A idéia é brigar pela liderança", afirmou Clayton Miranda.

O investimento de R\$ 5 bilhões não leva em consideração os aportes previstos para logística e co-geração de energia a partir do bagaço de cana, explicou Ruy Sampaio. Segundo ele, a Odebrecht também fará investimentos em armazéns e vagões para transporte do açúcar aos portos. Não está descartada a formação de parcerias para a instalação de um alcooduto para transporte do etanol. Tais negócios, no entanto, ainda estão em fase de estudos, disse Sampaio.

A formação do complexo de usinas, segundo Sampaio, será feita com a construção de unidades próprias, aquisições e parcerias com outros grupos. O foco é a formação de clusters, formados por três a quatro usinas com capacidade conjunta de moagem de 12 milhões de toneladas de cana por ano. Os locais avaliados pelo grupo são áreas de fronteira dos Estados de Minas Gerais, de Goiás, de Mato Grosso do Sul e do Paraná.

Do total de cana a ser produzido, 60% serão destinados à produção de etanol - o equivalente a 1,4 bilhão a 1,9 bilhão de litros por ano - que inicialmente serão destinados ao mercado interno. Os outros 40% irão para a produção de açúcar, o que pode render de 1,6 milhão a 2,2 milhões de toneladas por safra. Essa produção será exportado.

A nova empresa começará a operar já neste ano com a usina adquirida recentemente pela CZRE e cujo nome ainda é mantido em sigilo. A usina está localizada no Estado de São Paulo, processa 2 milhões de toneladas de cana por ano e é avaliada por especialistas do mercado em US\$ 132 milhões.

Conforme Sampaio, o negócio de produção de polímeros verdes (resinas plásticas à base de cana-de-açúcar) e a produção de ETBE (aditivo para gasolina feito a partir de etanol), que serão produzidos pela Braskem a partir de 2009, não terão ligação direta com a nova empresa. "A Braskem pode até tornar-se cliente", explicou Sampaio. A demanda estimada pela Braskem é de 250 milhões a 300 milhões de litros, podendo chegar a 1 bilhão por ano até 2019.

A Odebrecht avaliou áreas diversas potenciais para a abertura do seu terceiro negócio, o que incluía investimentos em biotecnologia, transmissão de energia e mineração. Um dos fatores que pesou pela escolha do grupo pela indústria de açúcar e álcool foi o grande potencial de competitividade do país além da ainda baixa concentração de empresas grandes no setor. A Odebrecht chegou a ter outros negócios no passado, mas teve de se desfazer de ativos em reflorestamento para celulose e telecomunicações, entre outros. O alto endividamento provocado pela desvalorização do real no início da década levou o grupo a desfazer-se destes ativos, concentrando apenas nas atividades de construção e de petroquímica.

Odebrecht adere ao etanol com R\$ 5 bi - Ronaldo D'Ercole – O Globo – Economia – 28/06/2007

Para estar entre os líderes no setor, grupo vai comprar e construir usinas

SÃO PAULO. O grupo Odebrecht, líder nos setores de engenharia e petroquímica na América Latina, pretende investir pelo menos R\$ 5 bilhões na produção de açúcar e álcool nos próximos oito anos. A meta é alcançar capacidade para processar entre 30 milhões e 40 milhões de toneladas de cana por ano o mais rapidamente possível, e, assim, colocar-se entre os maiores conglomerados sucroalcooleiros do país — como a líder Cosan, que está nesse patamar de produção.

Segundo o diretor de Investimentos da Odebrecht, Ruy Sampaio, a intenção é fazer do setor a terceira grande área de negócios do grupo: — Queremos estar entre os líderes do setor atuando em três segmentos: além da produção, logística e comercialização.

O grupo baiano se aliou a quatro experientes executivos do mercado sucroalcooleiro, entre eles, Eduardo Pereira de Carvalho, que nos últimos sete anos presidiu a Unica, entidade de produtores de São Paulo.

Também estão incumbidos de estruturar a nova divisão da Odebrecht Clayton de Miranda, Zenilton de Mello e Roger Haybittle, egressos da Coimex, uma das maiores empresas de comércio exterior do Brasil.

Os quatro tinham acabado de criar a CZRE, empresa de consultoria e investimentos no setor.

— Estamos nos juntando a um grupo que tem uma estratégia de longo prazo de investimentos no setor.

Isso nos dá a segurança que não tínhamos no modelo anterior — disse Carvalho.

Para acelerar a entrada no setor, o grupo quer comprar usinas e construir novas unidades.

A estratégia é criar centros de produção integrada (clusters), com várias usinas em uma determinada área, que permita otimizar custos. Como isso demanda áreas de plantio de porte razoável, o foco deve ser em Goiás e Mato Grosso.

Empresa já poderia levar destilaria no interior de SP

Observando que a cogeração de energia também será parte do negócio, Sampaio afirmou que a Odebrecht buscará recursos em fontes diversas.

Associações, parcerias e, num segundo momento, o lançamento de ações na Bolsa, inclusive no exterior.

Ao se associar a executivos da CZRE, a Odebrecht praticamente incorporou a primeira usina de açúcar e álcool de sua nova divisão de negócios. A empresa está em fase final de aquisição de uma usina de porte no Pontal do Paranapanema (SP), com capacidade para moer 1,14 milhão de toneladas de cana por ano.

Segundo fontes do setor, a usina é a Destilaria Alcídia. O negócio deve ser fechado em duas semanas.

Há uma semana, a Braskem, braço da Odebrecht, anunciou o início da produção de polietileno a partir do álcool da cana.

Segundo Sampaio, a princípio não há intenção de vincular o fornecimento de álcool à nova unidade de negócios.

BIODIESEL

Equipe usa açúcar para produzir biocombustível – eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 25/06/2007

Novo produto é 40% mais energético que o etanol

A corrida pela produção dos chamados biocombustíveis de segunda geração -que fogem dos padrões comerciais atuais - ganhou mais um capítulo. Ele foi escrito na semana passada por pesquisadores nos EUA.

Pelo menos em laboratório, cientistas da Universidade de Wisconsin descobriram uma nova forma de tirar energia de biomassa. E o resultado foi um produto com uma densidade energética 40% maior que o tão declamado álcool etílico.

O combustível batizado de dimeltifurano (DMF) surgiu diretamente a partir da frutose, um tipo de açúcar que, como o próprio nome diz, é bastante abundante em frutas. "O processo que nós usamos para o obter o combustível é bem similar ao processos usados normalmente pela indústria do petróleo", disse à Folha o pesquisador James Dumesic, o principal autor do estudo, publicado pela revista "Nature".

Por isso, o cientista não tem dúvida de que isso poderá ser feito em escala comercial sem maiores problemas.

"Nós usamos dois tipos conhecidos de catálise [interferência na velocidade de uma reação química por meio de uma substância neutra]."

Do ponto de vista científico, o que Dumesic e os seus colegas fizeram foi misturar a via termoquímica de conversão de biomassa (que usa calor e a catálise) com a biológica (enzimas e microrganismos).

Uma das grandes dúvidas entre os cientistas dessa área hoje no mundo, pelo menos antes desse cruzamento, é saber qual desses dois caminhos vai obter mais sucesso.

Balança desfavorável

Além da densidade energética, explica o pesquisador, existem outras duas vantagens a favor do DMF quando ele é comparado com o álcool de cana. "O ponto de ebulição do combustível é 20°C mais alto. Isso permite uma maior maleabilidade no momento do refino, no caso de uma mistura com a gasolina", explica o cientista.

O DMF também é hidrofóbico, o que significa que a gasolina, quando misturada a ele, não vai absorver água da atmosfera, o que é prejudicial para o rendimento do combustível. "Nós conseguimos fazer isso retirando cinco dos seis átomos de oxigênio presentes em uma molécula de frutose", explica.

Apesar de em um primeiro momento a pesquisa norte-americana poder parecer o atalho para uma tecnologia que o Brasil ainda não tem - o que no futuro terá sérias implicações econômicas - o próprio pesquisador americano dá a deixa: "Tudo começa com a frutose, que por sua vez pode vir da glucose. E, no caso do Brasil, isto é especialmente importante: um tipo de açúcar encontrado na cana é composto de uma frutose e de uma glucose."

Biocombustível une Galp e Petrobras - Maurício Capela – Valor Econômico – Empresas - 19/06/2007

Poucas palavras e mesmo expressões estiveram tão presentes nos últimos discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como o biocombustível. E as aparições não escolhem lugar, até porque o presidente Lula costuma se referir ao produto como uma das alternativas futuras ao petróleo.

O fato é que o presidente Lula parece não estar mais sozinho. Portugal definiu que até 2010 pelo menos 10% de seu consumo de combustível deverá estar atrelado às fontes renováveis. Sendo assim, como explica o presidente do conselho de administração da Galp, Francisco Murteira Nabo, cuja empresa é dona de 37% do mercado português de distribuição de combustíveis, não há outra saída a não ser os biocombustíveis.

Portanto, foi assim, com esse cenário debaixo do braço, que a Galp e a estatal brasileira Petrobras ensaiam uma aproximação. Já com um memorando de entendimento firmado em maio deste ano, as companhias estudam agora a construção de uma refinaria capaz de processar 600 mil toneladas por ano de biocombustíveis. E a idéia é que esse projeto esteja em pleno funcionamento em 2010.

"Das 600 mil toneladas, 50% ficarão com a Petrobras e outros 50% permanecerão com a Galp", conta o executivo ao Valor. E mesmo sem revelar números de investimento e a localidade do projeto, Murteira Nabo assegura que a Galp não plantará um pé sequer em Portugal, ou seja, a empresa vai levar o produto pronto e acabado.

O fato é que a necessidade da Galp, que fatura 12,5 bilhões de euros por ano, não pára no projeto brasileiro. Na verdade, as 300 mil toneladas de biocombustíveis que serão obtidas por meio deste acordo somente corresponderão à metade da necessidade.

"Nossa estimativa é de 600 mil toneladas por ano a partir de 2010. Portanto, os outros 50% deverão ser obtidos em projetos que estamos formatando em Angola e em Moçambique", conta o presidente do conselho de administração. Aliás, Angola já tem uma participação na Galp. Por meio da estatal Sonangol, a companhia possui 45% da Amorim Energia, sendo que o restante pertence ao próprio grupo português Amorim.

Portanto, além dos 33% da Amorim Energia, a Galp tem ainda como acionistas o estado português (7%), a italiana Eni (33%), a espanhola Iberdrola (4%), o banco estatal Caixa Geral de Depósitos (1%) e possui 22% na bolsa de valores. A instituição financeira do governo, inclusive, tem direitos especiais. Um deles, por exemplo, é o de indicar o presidente do conselho de administração, e outro é ter a opção de compra, caso algum acionista resolva vender sua parte.

O fato é que para viabilizar a empreitada dos biocombustíveis no Brasil, em Angola e em Moçambique e de outros projetos, a Galp desenhou investimentos de 3 bilhões de euros para o período entre 2006 e 2010. E, desse total, 2 bilhões de euros serão usados na construção de usinas eólicas, centrais produtoras de energia a partir de gás e vapor e até no incremento da extração e produção de petróleo.

"Mas estimamos também 1 bilhão de euros para a conversão das duas refinarias que temos em Portugal. A idéia é que elas passem a processar petróleo pesado e não só o produto leve na produção dos combustíveis comuns, como óleo diesel", conta Murteira Nabo. Atualmente, as refinarias portuguesas processam petróleo comprado na Argélia e Nigéria, países suscetíveis a conflitos.

A dependência externa, portanto, é uma questão que está presente nos debates internos da companhia. Tanto que atualmente a Galp só possui um campo produtor de petróleo. Localizado em Angola, esse campo processa hoje 9,5 mil barris por dia.

Mas segundo o executivo, a empresa tem trabalhado na diminuição dessa dependência. E hoje já possui 55 blocos de prospecção sendo desenvolvidos no Brasil, em Moçambique e no Timor Leste. E os parceiros são os mais diversos. Vai desde a Sonangol, passando pela Petrobras e Shell, até a Eni.

Agora, mesmo sem uma visão definitiva de quando esses campos vão entrar em operação, o fato é que a Galp deseja ter 33% do consumo nacional de combustíveis saindo de áreas próprias de prospecção. "Atualmente, este número não passa de 7%", conta Nabo.

Diante de tantas iniciativas, o presidente do conselho de administração não tem dúvidas de que a companhia mudará sua cara no futuro. Se 56% da sua geração de caixa de 1 bilhão de euros registrada em 2006 decorre da distribuição, em 2010 a meta é que este segmento represente 50%. E a explicação é simples. "Queremos maior equilíbrio", encerra.

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEL ETANOL

São Paulo limita áreas de queimada para cana - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/06/2007

Governo reduz em 4% área autorizada para a queima

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo publica hoje no Diário Oficial do Estado uma resolução que reduz em 4% a área de cana com autorização para queima - a redução atingirá 130 mil hectares de canaviais. A queima é parte da preparação do canavial para o corte manual. A cana crua (sem queima) é cortada com máquinas.

Segundo o secretário de Meio Ambiente, Francisco Graziano, o Estado vai autorizar nesta safra a queima de 2,210 milhões de hectares de cana. No ano passado, a Secretaria autorizou a queima de 2,340 milhões de hectares.

Apesar de haver uma legislação que impõe reduções para as queimadas, esta será a primeira vez que haverá uma diminuição efetiva. Os limites impostos em porcentuais pela lei tinham este objetivo, mas dada a expansão da cultura em São Paulo, as áreas de cana com autorização de queima para o corte manual cresceram nos últimos anos.

Para a safra 2007/2008, por exemplo, o setor sucroalcooleiro pediu à Secretaria do Meio Ambiente autorização para a queima de 2,8 milhões de hectares de cana, 460 mil hectares a mais do que havia sido queimado na safra passada.

“A área de cana com queimadas em São Paulo chegou ao nível máximo, agora começará efetivamente a cair”, prometeu o secretário.

A medida do governo paulista faz parte do protocolo assinado com o setor sucroalcooleiro há duas semanas no evento São Paulo Ethanol Summit. Neste entendimento, as usinas ligadas à União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica) fecharam o compromisso de zerar as queimadas nas áreas consideradas mecanizáveis até o ano de 2014. O prazo final pela legislação atual para o mesmo tipo de área era 2021.

Para as áreas com declividade acima de 12 graus (terrenos inclinados consideradas não-mecanizáveis), o fim da prática da queima foi abreviado para 2017, segundo o protocolo assinado com o setor. Pela legislação atual, o setor teria mais 24 anos para eliminar as queimadas nestas áreas - o prazo final termina apenas em 2031.

LICENÇA RESTRITA

Além de impor a redução de 4% em relação à área queimada no ano passado, o secretário informou ontem ao Estado que a resolução publicada hoje exigirá que toda a usina licenciada a partir de agora só possa moer cana crua.

Há na Secretaria de Meio Ambiente 56 novas usinas em análise de licença ambiental. “A partir de agora, não serão dadas licenças para usinas que queimarem a cana. As novas licenças serão somente para as que moerem cana crua”, afirmou Graziano

A Secretaria tomou a decisão com base em uma interpretação da legislação atual e o acordo com o setor, por isso não acredita que enfrentará resistências em relação aos novos limites. “Certamente a Unica não fará questionamentos. A resistência poderá vir de alguma usina isoladamente.”

Quem cumprir as novas regras, além de receber um certificado ambiental, poderá obter benefícios adicionais na revalidação do licenciamento. Hoje, a licença de operação das usinas varia entre 2 e 3 anos. “Quem respeitar os novos limites de queima poderá ter o prazo da licença ampliada em até 50%. Passa a ser uma empresa que a Secretaria não precisa fiscalizar a todo momento”, explicou Graziano.

As mentes brilhantes do etanol brasileiro - Angélica Santa Cruz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007

Os cientistas que, sob críticas, apostaram no álcool combustível

O físico José Walter Bautista Vidal tinha 40 anos e cabelos pretos quando - no início de 1975 - entrou em um auditório da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) lotado de empresários do setor automobilístico para defender que o álcool

seria o combustível do futuro e colocaria o Brasil no meio de uma revolução energética mundial. Ouviu risadas que eram, sem dúvida, de escárnio.

Tinha 69 anos e cabelos brancos quando, em 2004, foi chamado ao palco da Conferência Mundial de Energias Renováveis em Bonn, na Alemanha. Tomou um susto ao ser aplaudido de pé por três mil representantes de 154 países.

Nova meca de multinacionais, item obrigatório na agenda de governantes de todas as pontas do mundo, objeto de visita recente do presidente americano George W. Bush ao Brasil, área de atuação de investidores como o bilionário George Soros e negócio que só no ano passado movimentou US\$ 6 bilhões, o etanol brasileiro é a mais viável promessa de alternativa energética global e grande chance de salto econômico para o País.

Mas, no começo da linha do tempo desse triunfo em potencial, está um punhado de cientistas brasileiros que se dedicaram a melhorar a produção do álcool, compraram brigas em sua defesa, foram chamados de loucos e, por vezes, pararam para pensar se de fato estavam no caminho certo.

A grande bossa do álcool brasileiro - e, até o momento, sua grande vantagem competitiva - é que ele é mais barato porque sai de máquinas movidas a energia elétrica produzida com a queima do bagaço da cana. Maiores produtores mundiais, os Estados Unidos, por exemplo, fazem o combustível a partir do milho e por meio de energia tirada do carvão ou gás natural - um processo duas vezes mais caro do que o brasileiro.

A tecnologia de gerar energia elétrica do bagaço é quase tão antiga quanto a cultura da cana, mas os pesquisadores brasileiros melhoraram esse processo até deixar as usinas auto-suficientes. O esforço só foi possível por causa do Programa Nacional do Álcool, o Proálcool.

Iniciado em 1975 no rastro do choque do petróleo e morto por inanição em meados de 2000, o programa foi associado por décadas a uma invenção do Regime Militar para subsidiar usineiros Brasil afora, alguns deles atavicamente comprometidos com o atraso. Não se pode dizer que é um argumento falso. Mas, olhando para trás, vê-se que vieram do programa os avanços que hoje colocam o País na vanguarda do setor.

Baiano, capaz de se inflamar ao falar de novas formas de energia limpa e renovável, secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio nos governos de Ernesto Geisel e José Sarney, Bautista Vidal costuma ser identificado pelo aposto “pai do Proálcool” - que define como “o único programa de substituição em larga escala dos derivados de petróleo”.

O físico implantou o Proálcool a pedido do ex-ministro Severo Gomes, fundou 30 instituições de pesquisa, e foi acusado de estar a serviço de uma farra sucroalcooleira promovida pela ditadura. “Era uma maneira de criar alternativas para um combustível que leva 400 milhões de anos para se renovar!” diz. Hoje, espia a euforia em torno do etanol e diz que fica “muuuuito recompensado”.

‘DESÂNIMO DANADO’

Os maiores avanços nas tecnologias de produção do etanol se deram dentro de uma instituição privada, com benefício indireto do Proálcool. Reunidos na Copersucar, maior conglomerado de usinas do País, grandes usineiros beneficiados pelo programa investiram na criação do Centro de Tecnologia da Cana (CTC), que chegou a contar com US\$ 20 milhões anuais para pesquisas.

O engenheiro Manoel Sobral Júnior tinha 35 anos, deixou um empregão de professor titular da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, e aceitou o convite da Copersucar para montar o CTC. Juntou especialistas brasileiros e trouxe outros dos Estados Unidos, Havaí e África do Sul. Fez andanças pelos canaviais do Brasil. Montou estações de pesquisa em sete cidades, com 1.800 pessoas envolvidas.

“Ninguém trabalhava com tecnologias de cana nas universidades. Foi um esforço novo, de onde vieram os avanços que temos agora”, conta ele, hoje com 78 anos, aposentado, ainda dedicado a prestar consultorias na área, mas interessado em ouvir música clássica, de preferência sem invencionices sobre as partituras originais.

Na coordenação da divisão de processos químicos, trabalhava o engenheiro Carlos Eduardo Vaz Rossel, maior especialista do País em hidrólise ácida - processo pelo qual o bagaço da cana é transformado em energia elétrica. “Na tentativa e erro, a gente ia desenvolvendo melhores formas de produção”, conta. Quando o Proálcool acabou e o dinheiro para a pesquisa minguou, Vaz Rossel chegou a pensar se tinha dedicado décadas de sua carreira a uma área sem futuro. “A gente faz uma autocrítica. Mas passa logo”, brinca ele, hoje com 64 anos, professor da Universidade de Campinas.

“Quando as pessoas pararam de pensar no álcool como alternativa viável, cogitei se estava trabalhando num setor condenado. Mas sabia que era questão de tempo”, diz o engenheiro agrícola Oscar Braunbeck, responsável no CTC pela melhoria da produção do etanol a partir do campo, hoje com 64 anos, professor da Unicamp.

Especialista, em sua própria definição, em “entrar no barco quando ele está afundando”, Manoel Regis Lima Verde Leal entrou no CTC em meados dos anos 80, justo quando os usineiros passaram a produzir mais açúcar do que álcool por conta das demandas do mercado.

De 1986 a 2004, além de supervisionar a área de processamento da cana, tinha a tarefa de defender o trabalho do CTC em congressos, seminários e reuniões de corpo de trabalho - muitas vezes diante de fabricantes de veículos, produtores de motores ou distribuidores de combustíveis. “Eu ficava ali defendendo o aumento do teor de álcool na gasolina. Às vezes dava um desânimo danado. Hoje olho essa animação toda e não dá para evitar: eu me sinto parte disso”, diz ele, 65 anos, aposentado e coordenando pesquisas no Ceará.

TRANCOS E BARRANCOS - A linha evolutiva que jogou as cerca de 400 usinas brasileiras que produzem álcool no meio das mudanças energéticas se deu aos trancos e

barrancos. A tecnologia que hoje aparece como solução para as chagas mundiais da escassez de petróleo e aquecimento global foi desenvolvida pelo método empírico . “Nossos pesquisadores melhoraram a produção por tentativa e erro. Não há produção científica consolidada e a partir de agora isso vai ser cada vez mais importante”, diz o físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, 75 anos, coordenador do Projeto Etanol. Há décadas ele compra brigas pelo combustível.

Nos anos 70, Cerqueira Leite acompanhou de perto o nascimento do Proálcool. Nos anos 80, escreveu artigos sobre o efeito estufa quando a academia execrava a idéia de que a queima de combustíveis fósseis pudesse ter efeitos sobre clima. “Houve um período de campanha contra o etanol e o dinheiro gasto no Proálcool. Ser do contra dava confusão. Mas a gente gosta de briga.”

O cérebro da elite da Petrobrás não é flex' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2007

Entrevista com: **José Walter Bautista Vidal: Físico, considerado o 'pai' do Proálcool**

Para ele, o governo Lula não tem projeto estratégico para o etanol - nem ministros que entendam do assunto. Criticado antes da disparada do preço do petróleo, hoje transformado em certos círculos em herói das energias renováveis, José Walter Bautista Vidal tem 72 anos, é físico, engenheiro e professor de termodinâmica. Mas gosta mesmo é de ser chamado de “pai do Proálcool”. “Antes do programa, não havia a noção de que o Brasil poderia ser uma potência das energias alternativas.” Há 2 meses, foi chamado para conversar com o presidente Lula. Achou o presidente “até inteligente”. Mas saiu de lá como entrou: crítico em relação à maneira como o País administra sua dianteira na área.

O senhor acompanha a euforia geral com o etanol brasileiro?

Temos uma tradição de 400 anos de cultivo de cana e 40 anos de desenvolvimento de tecnologias de produção de álcool. O Brasil não é um país trivial, temos condições naturais excepcionais. O sol que incide o ano inteiro no Brasil e nos fornece o milagre da cana vai acabar em 11 bilhões de anos. Para os otimistas, o petróleo acaba em 50 ou 60 anos. Para outros, como eu, acaba em 30 anos, considerando o aumento da demanda. Ou seja, temos todas as condições naturais e desenvolvemos a tecnologia. Mas, apesar do cenário incrivelmente favorável, corremos o risco de perder a dianteira.

Como assim?

Ser a maior potência energética do mundo não é pouca coisa. E é impressionante, mas o governo não está atento a isso. Não temos na composição do governo Lula um único ministro que entenda de etanol. O presidente foi encontrar George Bush nos Estados Unidos e não levou um projeto estratégico. A ministra Dilma Rousseff é a mulher do gás. Eu estava na última Conferência de Energias Renováveis, na Alemanha, e vi quando ela

entrou e afirmou que o etanol é um projeto de longo prazo do Brasil, começou a falar de hidrelétricas. Houve um estupor geral.

O que o Brasil deve fazer para não perder a oportunidade de ser a estrela de revolução energética?

Obviamente, precisamos dominar os sistemas de distribuição do combustível. É assim que funciona - sempre. A soja no Brasil está nas mãos de cinco multinacionais porque elas dominam a distribuição. O leite também. Mas agora estamos falando de combustíveis, um setor estratégico que pode até mesmo ser o motor de uma profunda mudança social. Isso não é ideologia, é pragmatismo. O governo precisa entrar agora com investimentos pesados de infra-estrutura, precisa ter um projeto para o Brasil. A tecnologia também precisa estar em constante evolução - e só a iniciativa privada tem feito isso. Os pioneiros do estudo do etanol, pesquisadores que desenvolveram as tecnologias do Brasil estão todos aí, com os cabelos brancos. Só há dois meses o presidente Lula me chamou para uma conversa!

E como foi o encontro?

Achei o presidente até inteligente. Ele teve uma idéia que considerei interessante. Falou que é preciso criar uma empresa de economia mista para gerir o etanol. Mas me pareceu ser só uma idéia, não um ato de governo.

Mas a Petrobrás não está aí, administrando também o etanol?

Fui professor de metade da cúpula da Petrobrás e posso dizer que alguns cérebros brilhantes do País estão ali. Mas as mesmas pessoas formadas para administrar um combustível renovável a cada 400 milhões de anos não podem ser as mesmas que lidam com alternativas que se renovam na natureza a cada 4 anos. Não é a mesma coisa. O cérebro deles não é flex, não se pode colocar ali gasolina e álcool. O Brasil precisa ter uma política de soberania nessa área porque o etanol terá valor estratégico rapidamente. O Iraque foi invadido porque é a segunda maior reserva de petróleo do mundo. E hoje todas as multinacionais com um pingão de visão estratégica se preparam para comprar terras ou assumir o controle de grandes usinas no Brasil. Ao mesmo tempo, há países como Japão e Alemanha interessados em ver o Brasil com um projeto alternativo. A conjuntura internacional é excepcional. Vamos perdê-la?

Quem é: J.W. Bautista Vidal - Físico com pós-graduação em Santiago de Compostela, na Espanha, e em Stanford, nos Estados Unidos. Foi três vezes secretário de Tecnologia Industrial, nos governos Ernesto Geisel e José Sarney. Criou o Proálcool, em 1975, programa que subsidiou a produção de usinas e estimulou a indústria automobilística a adotar motores a álcool

Deputado quer convocar ANP para discutir regra sobre venda de álcool – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/06/2007

Para Arnaldo Jardim, é preciso revisar norma de distribuição do combustível

O deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) apresenta hoje à Comissão de Minas e Energia, da Câmara dos Deputados, um requerimento de audiência pública com Alísio Jacques Vaz, vice-presidente-executivo do Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes), e Haroldo Lima, diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo).

O pedido ocorre, segundo o deputado, devido à reportagem de ontem da **Folha** que mostrou o descasamento entre a queda de preços do álcool hidratado nas usinas e os valores pagos pelos consumidores. Enquanto nas últimas oito semanas os preços caíram 39% nas usinas, recuaram apenas 8% nas bombas de São Paulo.

O deputado Jardim vai propor à ANP que revise a norma que regula hoje a questão da distribuição e da venda do álcool combustível. "A audiência servirá, ainda, para discutir toda essa sistemática de comercialização do álcool combustível." Segundo o setor sucroalcooleiro, essa disparidade de preços se dá em razão de uma concentração na distribuição, que distorce o mercado.

A ANP, que indiretamente estaria cooperando para segurar os preços do álcool devido à recente resolução que estipula comercialização entre postos e distribuidoras apenas da mesma bandeira, "está, na verdade, formalizando o mercado de álcool", diz Roberto Ardenghy, superintendente de Abastecimento da entidade.

A ANP admite que essa resolução causou uma certa pressão, mas por causa da regulação do mercado.

"No ano passado, havia 1 bilhão de litros vendidos sem nota fiscal. Houve uma grande formalização desse mercado, que está mais mais saneado e pagando mais impostos", afirma Ardenghy.

Produção de álcool formaliza vagas temendo imagem externa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A produção de álcool é apontada pelo Ministério do Trabalho como um dos motivos para o forte crescimento do emprego formal no setor agropecuário e na indústria. Só o cultivo de cana foi responsável pela geração de 25.622 empregos com carteira assinada em maio. No ano, somam 109.324 -um aumento de 10,85% em relação a janeiro-maio de 2006. O governo e o setor está preocupado com a ocorrência de trabalho degradante nessas

atividades e, principalmente, com sua repercussão internacional, que poderia reduzir a atratividade do produto brasileiro.

O ministro Carlos Lupi (Trabalho) disse que em reunião da OIT (Organização Internacional do Trabalho) percebeu nas comitivas americana e alemã a intenção de explorar os problemas nos canaviais. "Os americanos, os alemães dão uma conotação de que o Brasil só tem esse potencial porque usa trabalho escravo, não respeita direitos. É um movimento para tentar prejudicar o país."

QUEIMA DE CANA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 22/06/2007

O governo paulista vai impor um limite de hectares de cana-de-açúcar a serem queimados, que deverá ser menor a cada ano. No ano passado foram queimados 2,4 milhões de hectares, área que deverá ser reduzida. As medidas saem hoje no "Diário Oficial" do Estado.

RESTRICÇÕES – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 22/06/2007

"Vamos restringir, independentemente do protocolo", disse o secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano, em referência ao acordo assinado com os usineiros em maio. O secretário não revelou o percentual de redução anual.

Brasil usará mais álcool e gás como fontes de energia em 2030, diz EPE – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/06/2007

DA SUCURSAL DO RIO

Álcool e gás ganharão mais relevância no conjunto de fontes de energia que abastece o país, revela estudo da EPE (Empresa de Pesquisa Energética). Segundo a estatal, responsável pela elaboração de um Plano Nacional de Energia com foco em 2030, o país dependerá majoritariamente de petróleo, energia hidráulica, álcool e gás no futuro. A projeção mostra sinais de diversificação em relação ao histórico do país. Na década de 70, o Brasil dependia principalmente de petróleo e lenha, que eram 86% da energia. As estimativas mostram ainda que a energia hidrelétrica deverá perder espaço, passando de 91% para 78% até 2030.

O estudo considera que o consumo de energia crescerá a um ritmo de 3,7% ao ano e a economia brasileira terá expansão de 4,1% ao ano. Até 2030, o crescimento populacional será de cerca de 53,1 milhões de habitantes, equivalente ao tamanho da população atual do Nordeste. O setor de energia deverá receber até 2030 investimentos de US\$ 804 bilhões. Deste total, 49% ficarão com petróleo e derivados.

A EPE estima manutenção da auto-suficiência em petróleo até 2030 e produção de 3,0 milhões de barris/ dia.

NA BOMBA: GRUPO VAI CHECAR POR QUE PREÇO NÃO CAI – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/06/2007

O governo decidiu criar um grupo de trabalho para o mercado de álcool. A preocupação do governo é a alta volatilidade dos preços e a falta de repasse para o consumidor final da queda de preços nas usinas, abordada em reportagem da Folha na semana passada. Entre as propostas estão o incentivo à criação de um mercado futuro para o produto ou estoques reguladores. Participarão do grupo de trabalho os ministérios de Minas e Energia, da Agricultura, da Fazenda, do Desenvolvimento, a ANP, representantes dos usineiros, dos distribuidores de combustíveis e dos postos.

Ministro considera decepcionante leilão de energia de fonte alternativa - Mônica Tavares – O Globo – Economia – 19/06/2007

Para Nelson Hubner, oferta foi baixa. Negócios alcançaram R\$ 4,1 bilhões
BRASÍLIA.

O ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner, considerou decepcionante o resultado do 1º Leilão de Compra de Energia Proveniente de Fontes Alternativas, realizado ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A energia negociada no processo foi equivalente a 186 megawatts (MW) médios, o que representou um volume de R\$ 4,189 bilhões, com preço final médio de R\$ 137,32 por megawatt/hora (MWh) — considerando fontes de usinas termelétricas movidas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

— A oferta, sobretudo da biomassa, foi uma decepção. Foi muito baixa se comparada à capacidade de produção que essas usinas possuem. Se os volumes permanecerem pequenos, não valerá a pena realizar leilões específicos para esse segmento — disse o ministro.

Hubner acenou ainda com a possibilidade da realização, em separado, de um leilão de energia eólica, em razão do preço desse tipo de fonte energética ser mais elevado. No Programa de Incentivo de Fontes Alternativas (Proinfa), o preço está cotado a R\$ 200 o MWh, enquanto o da energia no leilão realizado ontem ficou abaixo de R\$ 140 o MWh.

Com o pregão, o Sistema Interligado Nacional (SIN) contará com mais 638,64MWs a partir de 2010, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Desse total, 541,9MWs, ou 75%, são de termelétricas movidas a biomassa e 96,74MWs (15%), de PCHs.

Os 186MWs médios negociados no leilão são energia suficiente para atender a mais de 742 mil unidades consumidoras em 233 municípios do Piauí, que são abastecidos pela Cepisa, segundo a Aneel.

Sem gás boliviano, usina de Cuiabá continua parada Na próxima segunda-feira, as empresas vencedoras do leilão deverão apresentar os documentos de habilitação jurídica, econômico-financeira e de comprovação de regularidade fiscal. Serão assinados Contratos de Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, que terão duração de 30 anos para PCHs e de 15 anos para termelétricas de biomassa. Participaram da licitação, realizada via internet, 38 empresas vendedoras, sendo 19 PCHs e 19 termelétricas; e 17 compradoras (distribuidoras).

A termelétrica de Cuiabá, que gera 40% da energia elétrica produzida no estado de Mato Grosso, permaneceu paralisada ontem por problemas de abastecimento de gás natural da Bolívia. Desde o fim de semana, os bolivianos estão enviando apenas 600 mil metros

cúbicos de gás por dia, insuficientes para manter as turbinas funcionando. A termelétrica recebe normalmente 1,2 milhão de metros cúbicos por dia.

Parceria em etanol e trem-bala – O Globo – Economia – 19/06/2007

Em visita a Lula, presidente indicado do Bird oferece ajuda ao Brasil

BRASÍLIA. O Brasil poderá contar com a ajuda do Banco Mundial (Bird) para a área de etanol e em projetos de infraestrutura, como aeroportos, hidrelétricas e o trem de alta velocidade que ligará o Rio a São Paulo (trem-bala). A oferta foi feita ontem pelo presidente indicado do organismo, o americano Robert Zoellick, que concluiu em Brasília seu périplo de duas semanas por diversos países, em três continentes, antes de assumir o cargo, em julho.

— O Brasil lidera a área de etanol e podemos colaborar, seja na transferência de tecnologia a outros países mais pobres, seja no financiamento para a criação de um mercado de etanol — afirmou.

Acompanhado do ministro da Fazenda, Guido Mantega, Zoellick foi recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2002, Lula recusou-se a negociar com o americano — que era representante dos Estados Unidos nas discussões sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) — e o chamou de “sub do sub do sub”, reagindo a uma crítica feita ao Brasil.

BIODIESEL

Unicamp produz biodiesel mais "verde" – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 30/06/2007

Tecnologia já vendida ao setor privado permite a usina usar álcool de cana em vez de metanol na produção do combustível

Derivado de combustível fóssil, metanol ajuda na quebra de óleos vegetais; fabricação de biodiesel usa 25% dessa substância bruta

A tecnologia é 100% nacional e vai contribuir para que o processo de produção de biodiesel no Brasil fique mais versátil e, finalmente, menos sujo.

O novo processo desenvolvido pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), a partir do trabalho do pesquisador Antonio José da Silva Maciel, ao lado de uma equipe de colaboradores, permite que o tóxico metanol, por exemplo, não seja mais usado no processo de fabricação do biodiesel.

Apesar de ser vendido como um combustível "verde", na prática quase todo o processo de produção de biodiesel hoje no Brasil usa até 25% de metanol bruto para cada litro produzido na usina. Além de tóxica, a substância é derivada de gás natural, um combustível fóssil.

"Além da questão ambiental, existe algo até mais importante que é a independência econômica que essa tecnologia vai possibilitar", disse Maciel à Folha. O catalisador feito da Unicamp, já considerado de terceira geração, também pode funcionar a partir do álcool. "A eficiência dele, tanto com etanol quanto com metanol, é de 90%", afirma o pesquisador. Com essa versatilidade, o produtor poderá escolher qual a substância será agregada à matéria-prima, soja, por exemplo, dentro do catalisador, uma das máquinas da usina. Tanto o álcool quanto o metanol ajudam na quebra da gordura animal ou do óleo vegetal, que resulta no biodiesel e em outros produtos, como a glicerina.

A tecnologia nacional, informa o cientista, já foi licenciada, sem nenhum tipo de exclusividade, para duas empresas em Mato Grosso. "A comercialização ocorreu com a Biocamp e a Cooperbio", disse Maciel.

Investimento pesado em tecnologia também é a saída para o Brasil não perder o passo, segundo outro pesquisador entusiasmado com biodiesel brasileiro, Miguel Dabdoub, da USP.

"O metanol é uma substância tóxica, sem dúvida. Mas o biodiesel, mesmo produzido com ele, será renovável se for usada toda uma tecnologia que permita a recuperação da substância durante o processo", explica o pesquisador.

Nas contas dele, metade do metanol usado na produção do biodiesel pode ser perfeitamente recuperado, dentro do que ele chama de ciclo fechado.

O problema, segundo Dabdoub, é que, na prática, muitas usinas no Brasil estão partindo para a improvisação.

Fundo de quintal

"Muita gente está fazendo "fabriquinhas" pequenas, de fundo de quintal. Tem até algumas usinas de porte médio também que não estão recuperando o metanol. E o que vai ocorrer então com o ambiente nesse caso?"

A resposta é óbvia, segundo o próprio pesquisador. "Um dos pontos é o descarte de efluentes líquidos. A água descartada é contaminada com metanol e com outros produtos químicos derivados dos catalisadores."

O outro produto decorrente da produção de biodiesel nas usinas, a glicerina, também preocupa Dabdoub.

"Tem empresa que está armazenando a glicerina. Mas isso não pode ser feito para sempre. A produção de 50 milhões de litros por ano gera 5 milhões de litros de glicerina", diz o pesquisador da USP.

A outra solução disponível no mercado hoje é vender esse material para as empresas dos setores farmacêutico e cosmético, que usam a glicerina como matéria-prima.

O pesquisador da USP está confiante que o Brasil vai continuar na vanguarda tecnológica do biodiesel. "O que temos que fazer é exportar e compartilhar a tecnologia. Criar a competência para criar um mercado."

Ministro se encontra com representantes da União Brasileira do Biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2007

Representantes da recém-criada União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio) se reuniram, em Brasília, com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. O presidente da Ubrabio, Odacir Klein, participou do encontro e enfatizou que o objetivo da entidade é trabalhar em sintonia com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A reunião aconteceu na última quarta-feira (13).

“Entendemos que é perfeitamente viável haver um programa de agroenergia que, ao mesmo tempo, possa ser promotor de inclusão social”, afirmou o presidente da Ubrabio. De acordo com o ministro Cassel, essa questão é a única indiscutível no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. “Dentro dele não se tem questões fechadas, com exceção da idéia de que se trata de um programa com inclusão social, voltado para a agricultura familiar. O resto pode ser conversado”, explicou.

Para Cassel, a criação da entidade ajuda muito no ambiente de desenvolvimento do programa. “Ele exige que todos os atores envolvidos estejam muito sintonizados. O programa está crescendo e, na medida em que isso acontece, surge a necessidade de alguns ajustes. Quanto mais sintonizado a gente estiver, mais fácil será se antecipar aos problemas e corrigi-los”.

A Ubrabio representa atualmente 25 empresas, entre produtoras de biodiesel e fornecedoras de equipamentos e matérias-primas. A fundação oficial da entidade deverá acontecer no início de julho. No País, cerca de 55 empresas estão atuando neste ramo. Isso representa mais de 70 instalações produtoras de biodiesel, sendo que a maior parte aguarda autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para iniciar efetivamente as atividades.

Leilões do biocombustível

O presidente da Ubrabio, Odacir Klein, juntamente com o diretor e o secretário-executivo, Sérgio Beltrão e Donizete Tokarski, respectivamente, enfatizaram a importância de se manter os leilões da ANP. “A retirada dos leilões nesse momento prejudica a busca do Selo Combustível Social e o entusiasmo no sentido de implantação de indústrias produtoras do biodiesel”, afirmou.

O primeiro leilão de biodiesel do País aconteceu em novembro de 2005. A idéia inicial era o Governo Federal passar a comprar o produto para começar a criar um mercado consumidor e, assim, auxiliar na implantação do novo combustível na matriz energética brasileira.

De acordo com o coordenador-geral de Agregação de Valor e Renda da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, Arnaldo de Campos, presente no encontro, quase todas as indústrias que estão se filiando à Ubrabio ou tem ou querem ter o Selo Combustível Social, requisito para participar dos leilões.

O selo é concedido pelo MDA às empresas produtoras de biodiesel que promovem a inclusão social de agricultores familiares enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Por meio dele, o produtor tem acesso a alíquotas diferenciadas de PIS/Pasep e Cofins e a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a instituições financeiras credenciadas.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS ETANOL

Governo convoca reunião do álcool - Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2007

Representantes de postos e distribuição devem explicar o descasamento no preço do etanol

Distribuidores e revendedores de combustíveis se reúnem amanhã com o governo federal, em Brasília, para discutir o mercado de etanol no País. Os itens da pauta são o aumento da mistura de álcool na gasolina, de 23% para 25%, a partir de 1º de julho e, principalmente, os preços do produto ao consumidor. Há quem diga no mercado que os representantes das duas cadeias foram intimados pelo governo a explicar por que o preço do combustível na bomba não tem acompanhado a queda verificada nas usinas.

A reunião contará com representantes dos ministérios de Minas e Energia e Agricultura, Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP), distribuidores e revendedores de álcool. Os usineiros não foram convidados para participar do encontro, o que aumenta a especulação de que a motivação da reunião é o repasse menor da queda do preço do álcool combustível para o consumidor.

Em São Paulo, de acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), desde o início de maio até o dia 15 de junho, o preço do álcool hidratado nas usinas havia caído cerca de 35%, de R\$ 0,91755 para R\$ 0,5893 o litro. Nesse mesmo período, o recuo para o consumidor não chegou a 11%, com os preços passando de R\$ 1,484 para R\$ 1,325, segundo dados da ANP. Esse descasamento entre os preços é difícil de explicar para o consumidor, especialmente porque quando há alta do preço do combustível na usina, o repasse é quase imediato.

O diretor do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicon), Alísio Vaz, argumenta que o repasse para os postos tem ocorrido nas últimas semanas. De fato as reduções podem ser verificadas no relatório semanal da ANP, mas ainda não correspondem ao corte ocorrido na produção. Entre 26 de maio e 16 de junho, os preços dos distribuidores caíram 18%, de R\$ 1,187 para R\$ 0,974 o litro. Nesse mesmo período, o preço dos postos para o consumidor caiu 8,49%, de R\$ 1,448 para R\$ 1,325 o litro.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivado de Petróleo do Estado São Paulo (Sincopetro), José Alberto Paiva Gouveia, afirma que os estabelecimentos têm reduzido o preço para o consumidor conforme o repasse dos distribuidores. 'Já reduzimos cerca de R\$ 0,10. Não repassamos mais porque os distribuidores não reduziram', afirmou Gouveia, destacando que ainda não foi convocado pelo Ministério de Minas e Energia para participar da reunião de amanhã. Alísio Vaz confirmou a presença. 'Vamos ouvir o que o governo tem a nos falar.'

Brasil cobra corte em tarifa do etanol – Estado de São – Economia e Negócios – 21/06/2007

Mas Senado dos Estados Unidos derruba projeto de lei que acabava com cobrança

O Brasil cobra dos Estados Unidos uma solução para as barreiras de importação do etanol. Mas, na noite de ontem, o Senado americano deu provas de que não está disposto a ceder às pressões brasileiras. Por 56 votos a 36, os parlamentares rejeitaram proposta de lei para acabar com a tarifa de importação sobre o etanol. O projeto, de autoria do senador republicano Judd Gregg, foi apresentado como emenda à Lei de Energia que está sendo votada. 'O etanol de milho, produzido no Meio-Oeste, não chega à costa leste do país, por causa de problemas com oleodutos, então precisamos acabar com a tarifa sobre o etanol importado', disse o senador. Uma lei aprovada em dezembro do ano passado prorrogou a tarifa de US\$ 0,54 por galão até 2009.

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, queria que o assunto fosse discutido na reunião do G-4, que está sendo realizada em Potsdam, desde terça-feira. Brasil, Índia, EUA e Europa tentam fechar um acordo para permitir avanços nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Para o Brasil, as sobretaxas impostas pelos americanos ao biocombustível terão de ser solucionadas para que haja um acordo.

Para exportadores brasileiros, a taxa impede as vendas para o mercado considerado central para o avanço do etanol.

Washington demonstra que não está preparado para trazer o tema à OMC. Há um mês, apresentou uma lista de produtos ambientais que terão corte mais profundo de tarifas, mas não incluiu o etanol. A relação, com cerca de 400 produtos, conta até com barcos a vela e bicicleta, bens supostamente benéficos ao meio ambiente.

A diplomacia brasileira se irritou e o embaixador do País na OMC, Clodoaldo Hugueneu, ligou para os responsáveis pelo setor nos EUA para tentar entender por que o produto não foi incluído. 'Há um entendimento de que esse não é o local nem o momento para falar de etanol', afirmou um representante de um país rico.

Na semana passada, o Senado dos Estados Unidos sancionou a nova Lei do Etanol (Energy Bill), que terá enorme impacto sobre o mercado mundial de bioenergia.

Ficou definido que os Estados Unidos tratarão de garantir em 2022 a oferta de 36 bilhões de galões (136,1 bilhões de litros) anuais de etanol (álcool) para contribuir na substituição de derivados de petróleo no transporte.

Em 2006, a produção mundial de etanol ultrapassou 13 bilhões de galões (50 bilhões de litros). Brasil e Estados Unidos produzem cerca de 4,5 bilhões de galões (17 bilhões de litros) por ano cada. Prover os 36 bilhões de galões em 2022 implica ampliar em oito vezes a oferta de 2006. A pergunta seguinte é saber de onde aparecerá tanto etanol.

Hoje quase todo o etanol produzido nos Estados Unidos provém do milho, cultura que, em 2005, recebeu US\$ 9,4 bilhões em subsídios. A produção anual alcança 10,5 bilhões de bushels (266,7 milhões de toneladas). Se toda a produção de milho fosse canalizada para a produção de etanol, à proporção de 2,7 galões de etanol por bushel, os americanos conseguiriam produzir apenas 28,4 bilhões de galões de etanol. Ou seja, aos números de hoje, faltariam 7,6 bilhões de galões.

É provável que consigam aumentar a área plantada e também a produtividade do milho. Mas será indispensável que a maior parte da produção continue destinada à alimentação humana, à produção de rações e ao processamento industrial.

Para não trocar uma dependência por outra, os americanos imaginam que poderão produzir etanol a partir da celulose, cuja matéria-prima podem ser restos de madeira, palha de cereais e um capim nativo, o switch grass, que comparece aos discursos do presidente Bush sobre o assunto.

O problema é que ninguém sabe a partir de quando se poderá contar com a produção de etanol de celulose. As pesquisas estão sendo desenvolvidas tanto nos Estados Unidos como no Brasil, mas não prometem resultados antes de 5 a 7 anos.

Mesmo que essa tecnologia seja comercialmente aproveitável, será preciso garantir áreas agricultáveis. Artigo publicado no dia 27, na revista americana Slate, cita cálculos de John Deutch, ex-diretor da CIA e hoje professor de Química no Massachusetts Institute of Technology (MIT), de Boston, segundo os quais a produção de 22 bilhões de galões de etanol por ano a partir do switch grass exigiria área de 25 milhões de acres (100 mil km²), igual à superfície do Estado de Kentucky ou a 5% da área agricultável dos Estados Unidos.

A conclusão é a de que está aberto um enorme mercado para o etanol. Os Estados Unidos têm uma política protecionista para o produto. Cobram uma tarifa adicional de US\$ 0,54 por galão de etanol importado do Brasil, o que acaba de ser prorrogado até 2010. Mas a virtual impossibilidade de garantir o suprimento total de 36 bilhões de galões anuais com

produção própria torna inevitável a abertura às importações. E este é mais um enorme atrativo para o setor no Brasil.

EUA: SENADO MANTÉM TARIFA PARA ÁLCOOL IMPORTADO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2007

Por 56 votos a 36, o Senado dos EUA rejeitou uma lei que retirava a tarifa de US\$ 0,54 por galão de álcool importado. O Brasil seria o principal beneficiado com o fim da tarifa, já que é o maior exportador mundial de álcool. O fim da tarifa contou com maior apoio entre os republicanos, partido de George W. Bush. Já a bancada democrata, que tem maioria na Casa, foi, em grande parte, contrária.

Morales cita artigo que liga fome a biocombustíveis – Rodrigo Röttsch – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/06/2007

DO ENVIADO A ASSUNÇÃO

Com a ausência de Hugo Chávez, o presidente boliviano Evo Morales criou constrangimento na Cúpula do Mercosul.

Dizendo não pretender provocar, Morales leu um trecho de uma reportagem da revista britânica "The Economist" (à qual chamou de "The Economic"), de abril, com o título "Castro estava certo".

O texto diz que o ditador cubano Fidel Castro tem razão que a produção de álcool combustível a partir de milho poderia aumentar a fome global. A "sinistra idéia" de converter alimento em combustível exporia uma lógica de aumento, o que teria ocorrido nos EUA.

Antes do discurso, Lula tinha dito que "a experiência brasileira não compromete a segurança alimentar. (RR)

Forbes investe US\$ 400 mi no álcool – Jorge Soufen Jr. – O Globo – Economia – 26/06/2007

Empresa americana erguerá usina na República Dominicana com tecnologia brasileira visando EUA - 75% do total investido deve ficar na região de Ribeirão Preto; planta no Caribe se beneficiará de acordo de livre comércio com EUA

O grupo americano Forbes anunciou em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, que investirá US\$ 400 milhões, ou R\$ 796 milhões, para montar uma usina de cana-de-açúcar na República Dominicana, país da América Central.

Do total dos investimentos, 75% (o equivalente a R\$ 597 milhões) devem ficar no país, na região de Ribeirão Preto, principal pólo sucroalcooleiro do mundo. O restante será investido na construção da usina na ilha de Santo Antonio.

O CEO da Forbes, Lucien Edward Forbes, esteve em Ribeirão Preto para assinar o contrato com um consórcio formado por dez empresas da região para a construção da usina. Lideradas pela Proeng, de Jaboticabal, as empresas vão fornecer o projeto de construção, know-how e maquinário para o empreendimento internacional.

"É um momento histórico porque, com esse empreendimento, queremos modificar a política energética, primeiro, dos EUA e, depois, do mundo. A energia renovável é a forma de salvar o planeta", disse o executivo, em português fluente.

É o primeiro grande investimento americano a beneficiar o setor sucroalcooleiro do Brasil anunciado desde a visita do presidente do EUA, George W. Bush, ao país, em março. A Forbes já revende álcool brasileiro nos EUA. A nova usina será a primeira do grupo e, além de produzir álcool com cana plantada na República Dominicana, vai transformar o álcool hidratado comprado do Brasil em anidro (que é misturado à gasolina). Segundo Forbes, a República Dominicana foi escolhida porque faz parte do acordo de livre comércio entre EUA, América Central e o país (Cafta-DR), o que garante a exportação do álcool a preços bem mais baixos do que se a usina fosse construída no Brasil. Forbes disse que o grupo não pretende produzir açúcar. Também afirmou que a plantação de cana será orgânica -sem uso de agrotóxicos ou fertilizantes sintéticos. A lavoura será totalmente mecanizada.

Ele prevê que a usina começará a produzir no primeiro semestre de 2008 cerca de 750 mil litros de álcool/dia. Em plena capacidade, deverá chegar a 3 milhões. Terá capacidade inicial de processar 4 milhões de toneladas de cana ao ano, chegando ao auge de 7 milhões.

A usina também vai produzir energia pelo bagaço da cana (a chamada co-geração) e subprodutos da cana, como fertilizantes. O empreendimento deverá criar 5.000 empregos diretos.

Segundo Forbes, a empresa poderá expandir os investimentos no Caribe e em Cuba e já tem outros dois projetos engatilhados, um na Nigéria, outro no Equador. "No Brasil, estamos estudando."

João Luiz Franca, diretor da Proeng, afirmou que o projeto da usina na República Dominicana prevê o mínimo de poluição. "É uma unidade que tem preocupação muito grande com o impacto ambiental, que será praticamente zero." O grupo Forbes trabalha com sistemas globais de telecomunicação por tecnologia digital e também publica a revista de mesmo nome, de negócios.

Líder boliviano fez ataque logo após Lula defender biocombustíveis na reunião do Mercosul

ASSUNÇÃO. O presidente da Bolívia, Evo Morales, reacendeu ontem as críticas aos biocombustíveis e ao etanol, carro-chefe da política externa brasileira.

Em seu discurso na reunião de chefes de Estado do Mercosul, Morales citou um artigo da revista britânica “The Economist”, sob o título “Fidel tinha razão”.

O texto destaca a alta dos preços das terras, do milho e das carnes por conta da expansão desse mercado.

— Quando (Fidel Castro) se levantou da cama para escrever um artigo criticando o entusiasmo nocivo de George W.

Bush pelo etanol, ele tinha razão — disse Morales.

A declaração do líder boliviano foi feita pouco depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fazer uma defesa veemente dos biocombustíveis. Em referência às críticas feitas há alguns meses pelos presidentes de Cuba, Fidel Castro, e Venezuela, Hugo Chávez, Lula disse que a experiência brasileira na produção de biocombustíveis “não compromete em nada a segurança alimentar”.

Lula: é hora de buscar acordos com outros mercados Segundo o presidente da Bolívia, é “sinistra” a idéia de converter alimentos em combustíveis para “famintos automóveis americanos”: — Os biocombustíveis fizeram subir o preço do milho (a partir do qual se produz etanol), que é mais usado para alimentar animais e, com isso, o preço das carnes também aumentou.

Lula — que se reuniu depois com Morales a portas fechadas e evitou comentar as declarações do boliviano — pediu, em seu discurso, soluções criativas para fortalecer o Mercosul. Ele enfatizou que houve avanços com as medidas de redução das assimetrias econômicas entre os países da região e disse que é hora de buscar acordos comerciais com outros mercados: — Está claro que o Mercosul deve aprofundar a parceria com outros países e blocos desenvolvidos e em desenvolvimento.

Isso fará com que o bloco se fortaleça como interlocutor internacional.

Uma semana após se juntar a um grupo de nações latino-americanas e apresentar uma proposta de redução das tarifas de produtos industrializados na Organização Mundial de Comércio (OMC), o Chile voltou atrás e reiterou, ontem, seu apoio ao Brasil nas negociações da Rodada de Doha. A informação foi dada pela presidente do país, Michelle Bachelet, a Lula, em um encontro realizado pela manhã: — Meu país, como associado ao Mercosul, expressa todo o seu apoio às gestões realizadas pelo Brasil em representação ao G-20.

O uruguaio Tabaré Vázquez, que assumiu ontem a presidência do Mercosul por seis meses, disse que dará atenção especial ao livre comércio, à criação do Banco do Sul, à integração energética e às questões ambientais.

Preocupado com a repercussão negativa provocada pela ausência do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que está em viagem à Rússia, o vice-presidente venezuelano, Jorge Rodríguez, assegurou ontem que seu país jamais pensou em desistir de ser membro do Mercosul. Ele criticou os meios de comunicação, afirmando que a imprensa “criou um fato” que não é verdadeiro.

País 'apresenta' cadeia do álcool a europeus - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 26/06/2007

O governo brasileiro está convidando um grupo de parlamentares europeus a visitar o país em meados de julho, antes da discussão no Parlamento europeu para o estabelecimento de uma rotulagem específica para os biocombustíveis ecologicamente sustentáveis. Brasília procura, assim, reagir às persistentes denúncias de lobistas do setor agrícola e de organizações não governamentais na Europa, que acusam o país de desmatar a floresta amazônica também para a produção de biocombustíveis, inclusive o etanol.

O governo quer explicar ao grupo de parlamentares como funciona a produção brasileira de álcool. Os europeus visitarão São Paulo e Brasília. A Amazônia está fora da agenda, porque o governo argumenta que na região não há produção de biocombustível, ao contrário das denúncias. Se algum parlamentar desejar, poderá estender a visita. A Comissão Européia, braço executivo da UE, abriu consulta pública para definir sua diretiva sobre energia renovável, que inclui etanol. A diretiva será depois submetida aos 27 Estados-membros e ao Parlamento.

Parece claro que o custo aumentará para que os exportadores se enquadrem neste futuro sistema europeu, com três critérios de sustentabilidade ambiental. O primeiro é estimular o etanol, cuja produção poupa a emissão de gás de efeito-estufa. Os dois outros estão relacionados ao uso da terra: evitar o desmatamento da floresta e proteger uma "biodiversidade excepcional", onde não se poderia produzir biocombustíveis.

Só que setores do Parlamento europeu querem incluir critérios de sustentabilidade social, dando maior flexibilidade para no futuro Bruxelas frear a importação de etanol. Recentemente, o ministro brasileiro do Trabalho, Carlos Lupi, deu razão a críticas de ativistas na Europa, confirmando trabalho degradante e péssimas condições na produção de cana para etanol. Na ocasião, Lupy afirmou que muitos trabalhadores se submetem a "condições horríveis, trabalham sem luvas e até perdem os dedos".

Bruxelas quer negociar acordos bilaterais, para fazer cumprir os critérios. Em troca, o país com o rótulo da sustentabilidade poderia se beneficiar de tarifa mais baixa na Europa. Os europeus poderão importar qualquer tipo de etanol. Mas só a importação deste biocombustível com o rótulo é que contará para o cumprimento das metas obrigatórias de mistura no bloco europeu. O Brasil já alertou Bruxelas de que poderá recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) se a futura diretiva discriminar o etanol do país.

Unica vai internacionalizar atuação - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 26/06/2007

A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) vai montar escritórios em Washington (EUA), Bruxelas (Bélgica) e na Ásia para trabalhar a abertura de mercados para o açúcar e álcool nos países mais protecionistas, como os Estados Unidos e a União Européia (UE).

Marcos Jank, que toma posse oficialmente hoje como novo presidente da Unica, tem uma razão especial para colocar em prática esses projetos. Especialista em relações internacionais, o ex-presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône) trabalhou em vários casos de abertura comercial agrícola, junto com o governo brasileiro e a iniciativa privada. "O setor privado [como um todo] tem de deixar de pensar que a embaixada do Brasil vai trabalhar por eles."

A expectativa é de que esses escritórios sejam abertos nos próximos meses. Jank está à procura de profissionais para atuarem nessas regiões. "Pensamos em contratar profissionais locais. Não pensamos na possibilidade de contratar executivos daqui para levá-los para esses escritórios", disse.

Jank ainda não definiu qual o local do escritório na Ásia, mas estuda o Japão (por conta do mercado de álcool que pode se abrir naquele país), na China (com nível de poluição alta e necessidade de utilizar energia renovável) e na Índia (por ser o segundo maior produtor de açúcar do mundo, mas não produzir álcool combustível).

A Unica também vai trabalhar para ter maior adesão das usinas na entidade. Hoje, são 99 associadas, que representam 86% da cana de São Paulo.

Segundo o executivo, a intenção da Unica é quebrar alguns mitos criados em torno da produção sucroalcooleira no país. Entre elas, a de que a expansão da cana poderá provocar monocultura em algumas regiões e de que a cana avançará sobre a região amazônica. Jank rebate as críticas afirmando que embora haja uma expansão da cultura no país, há espaço para que os grãos e a própria cana avancem sobre as áreas de pastagens e não sobre a região amazônica.

A entidade também se voltará para as questões socioambientais. Jank lembrou que no Estado de São Paulo já houve a antecipação do prazo de redução da queima da cana. O "Protocolo Verde" assinado pelo governo do Estado prevê adesão voluntária aos prazos de fim da queima de 2021 para 2014 em áreas mecanizáveis e de 2031 para 2017 o fim da queima para áreas não-mecanizáveis.

Com o fim da queima e maior mecanização, parte desses cortadores de cana sairá do setor sucroalcooleiro. A Unica estuda cursos de requalificação profissional para esses trabalhadores. O setor emprega 1 milhão pessoas, das quais 430 mil são cortadores de cana. Cerca de 110 mil trabalham na parte industrial da usina (não abrange a área administrativa).

BIODIESEL

AGRICULTURA: MOSCOU SUGERE CRIAR "OPEP DOS GRÃOS" – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/06/2007

O ministro russo de Agricultura, Alexei Gordeev, propôs ontem aos principais produtores de grãos a formação de aliança similar à Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). O ministro atribuiu a proposta da "Opep de grãos" a desafios e ameaças que a humanidade enfrenta. Segundo a agência Interfax, o ministro considerou que o grão, além de principal produto alimentício e usado na produção de carne e leite, é uma importante fonte para fabricar combustíveis biológicos.

Encontro debate ações em assistência técnica para a safra 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2007

Todos os 26 estados e o Distrito Federal estiveram representados por suas instituições oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em reunião na última sexta-feira (15), em Brasília. A finalidade do encontro foi a discussão dos temas e ações para elaboração de projetos que receberão apoio de recursos em 2007 do Departamento de

Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA).

A abertura da reunião contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Segundo o ministro, foi encerrado um primeiro ciclo, em que se reergueu a ATER no País por meio de uma injeção de recursos, abrindo novas possibilidades para oferecer serviços de boa qualidade. Neste momento, ele acrescentou, ocorre a construção de um sistema com a participação das empresas estaduais de ATER, organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais e cooperativas. “Hoje vemos uma situação diferente”, disse.

O ministro frisou que o modelo esperado para o desenvolvimento do meio rural brasileiro passa por menos latifúndios, diminuição da monocultura, investimentos na produção diversificada e orgânica, geração de mais empregos e renda e preservação do meio ambiente. Para Cassel, todas essas ações repercutem na ATER. Por isso, há a necessidade de ampliar os serviços. “É melhor para o desenvolvimento rural brasileiro e para o Brasil como um todo”, finalizou.

Também participaram da mesa de abertura o secretário de Agricultura Familiar, Adoniram Sanches Peraci; o diretor do Dater, Argileu Martins da Silva; o presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), José Silva; e o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Ercílio Broch.

O encontro tratou das perspectivas da agricultura familiar e do Plano Safra 2007/2008; estratégias para agregação e apropriação de renda e para qualificação do crédito rural; além da utilização dos recursos em 2007 para assistência técnica e extensão rural.

Avanços nos últimos anos

O secretário da SAF afirmou na abertura da reunião que o debate sobre ATER nunca foi tão enfatizado durante as discussões de um Plano Safra como atualmente, mobilizando parte dos movimentos sociais. Segundo ele, o momento é de programação e reorganização para se preparar para novos conceitos. “Qual o padrão que queremos estabelecer nos próximos quatro anos com a assistência técnica?”, indagou.

Peraci fez um balanço das ações ocorridas nos últimos quatro anos. O secretário destacou o aumento do crédito rural; a criação de seguros, como o Garantia-Safra para o Semi-Árido brasileiro, especialmente voltado ao público do Nordeste; o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), um seguro de risco climático; e o mais recente, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), que proporciona mais segurança para a comercialização dos produtos.

“Em 2005, investimos R\$ 250 milhões para a revitalização da Aquisição do Governo Federal (AGF)”, disse. Essa ação garante, com base nos preços mínimos, a aquisição de produtos agropecuários pelo Governo Federal.

O secretário destacou entre as ações destes últimos quatro anos a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, para 2007, terá uma alocação de recursos de R\$ 150 milhões. Além disso, adiantou que será aprovada uma medida do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ela irá permitir a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. “Hoje, o FNDE gasta cerca de R\$ 1,8 bilhão com a compra de alimentos para a merenda”, explica Peraci.

Ao final, Peraci reforçou o papel da extensão rural como motriz para o desenvolvimento no campo. “Cada extensionista precisa entender o leque de políticas para

levar informações ao campo, conversar com os movimentos sociais. A relação terá de ser mais estratégica” avaliou.

Projetos para 2007

As organizações oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural terão até o dia 31 de julho para encaminhar seus projetos, que serão analisados pelo Dater. Os projetos terão de ser executados pelos estados até 31 de março de 2008. A estimativa inicial é de investimento de recursos de aproximadamente R\$ 80 milhões.

Esses projetos devem contemplar ações que promovam o desenvolvimento rural sustentável, a produção e aumento da oferta de alimentos saudáveis, a segurança alimentar das famílias participantes, a geração de renda e agregação de valor aos produtos e serviços agrícolas e não-agrícolas da agricultura familiar, a redução da pobreza e a inclusão social, bem como a criação de novos postos de trabalho no meio rural.

Metas para ATER

Para o diretor do Dater, Argileu Silva, o Governo Federal tem apostado na extensão rural, já que os extensionistas podem ser responsáveis pela convergência das políticas públicas para os agricultores. Ele apresentou a proposta de termo de referência para convênios com as organizações oficiais de ATER para o ano de 2007, cujas diretrizes são: Redução da Pobreza Rural; Incentivos a Sistemas de Produção Sustentáveis; Geração de Renda e Agregação de Valor; Segurança Alimentar e Nutricional; Qualificação do Crédito Rural; Ações a partir das diversidades de Gênero, Raça e Etnia; Ações que promovam Metodologias Participativas; Redes Territoriais de ATER; e Assistência Técnica Gerencial.

“Precisamos encarar a pobreza rural, a diversificação de culturas, a segurança alimentar, a questão ambiental e a geração de renda”, reforçou. Foi apresentado aos representantes das 27 organizações oficiais de ATER o plano de implementação de redes temáticas. Por intermédio delas, cada instituição deverá indicar técnicos para atuarem no processo de articulação de temas das redes, os quais serão relacionados com as metas obrigatórias. “Vamos respeitar as diversidades dos estados”, destacou Silva. Os temas são:

Redes Temáticas
Fortalecimento da Agricultura Familiar na Cadeia do Leite
Agroindústria Familiar
Produtos e Mercados Diferenciados
Apoio à Comercialização dos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar
Atividades Não-agrícolas (Turismo na Agricultura Familiar e Artesanato)
Biodiesel
Formação de Agentes de ATER
Agroecologia
Crédito, Seguro da Agricultura Familiar, Garantia-Safra e PGPAF
Metodologias Participativas de ATER

Os projetos que serão apresentados pelos estados terão de cumprir metas para que possam ser aprovados pelo Dater. Algumas metas são:

- Selecionar e atuar em pelo menos duas cadeias produtivas, a partir de um mapeamento das principais cadeias de cada região, sendo que uma delas deverá ser obrigatoriamente a cadeia do leite.
- Formar agentes de ATER para atuar na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) e no fortalecimento da agricultura familiar.
- Garantir prestação de serviços de assistência técnica a beneficiários do Pronaf B nos estados.
- Garantir assistência técnica a todos os agricultores beneficiários do crédito de investimento do Pronaf.
- Fortalecer a agricultura familiar na cadeia do leite – capacitação de técnicos e orientação aos agricultores familiares.
- Capacitar técnicos e orientar agricultores familiares na implementação de agroindústrias familiares.
- Apoiar a comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar – capacitação técnicos e orientação aos agricultores familiares e elaborar projetos para Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Capacitar técnicos e lideranças sobre o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).
- Capacitar técnicos, agricultores familiares e lideranças sobre atividades não-agrícolas, como turismo rural e artesanato.
- Capacitar técnicos para atuar na cadeia produtiva do leite, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Gado de Leite.
- Capacitar técnicos em tecnologias de convivência com o Semi-Árido.
- Estabelecer estratégia de atuação com os beneficiários do Garantia-Safra.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

